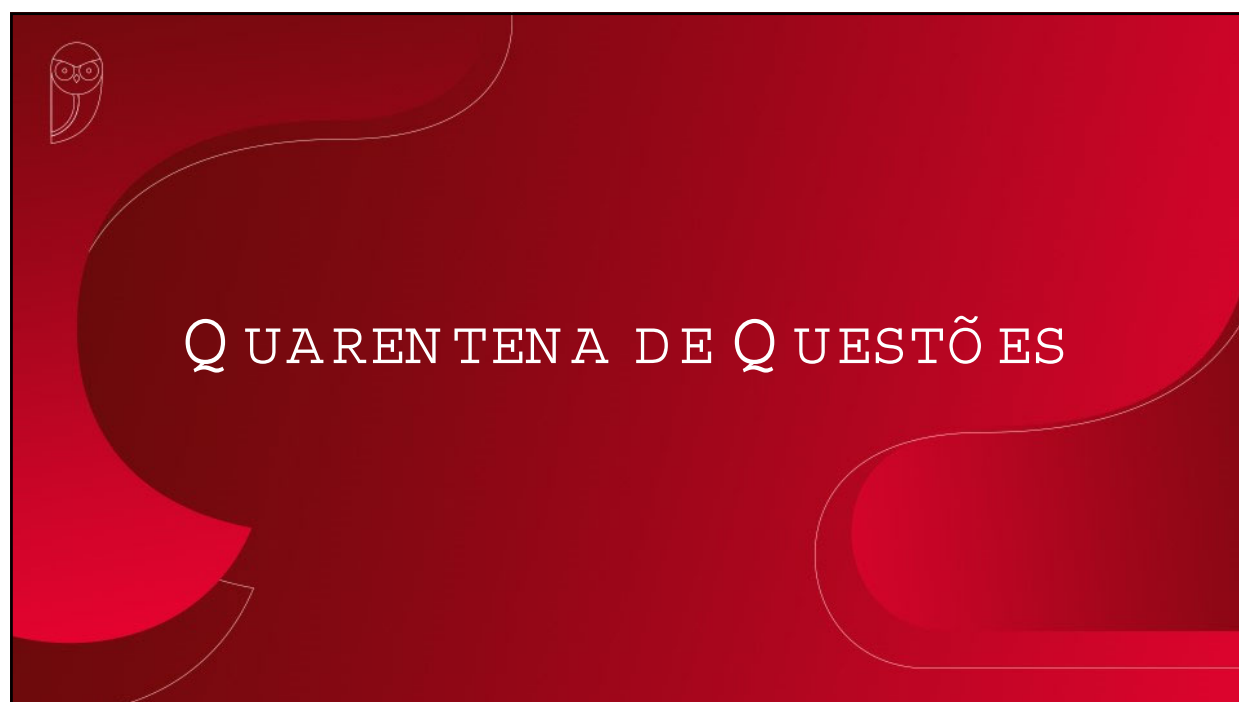




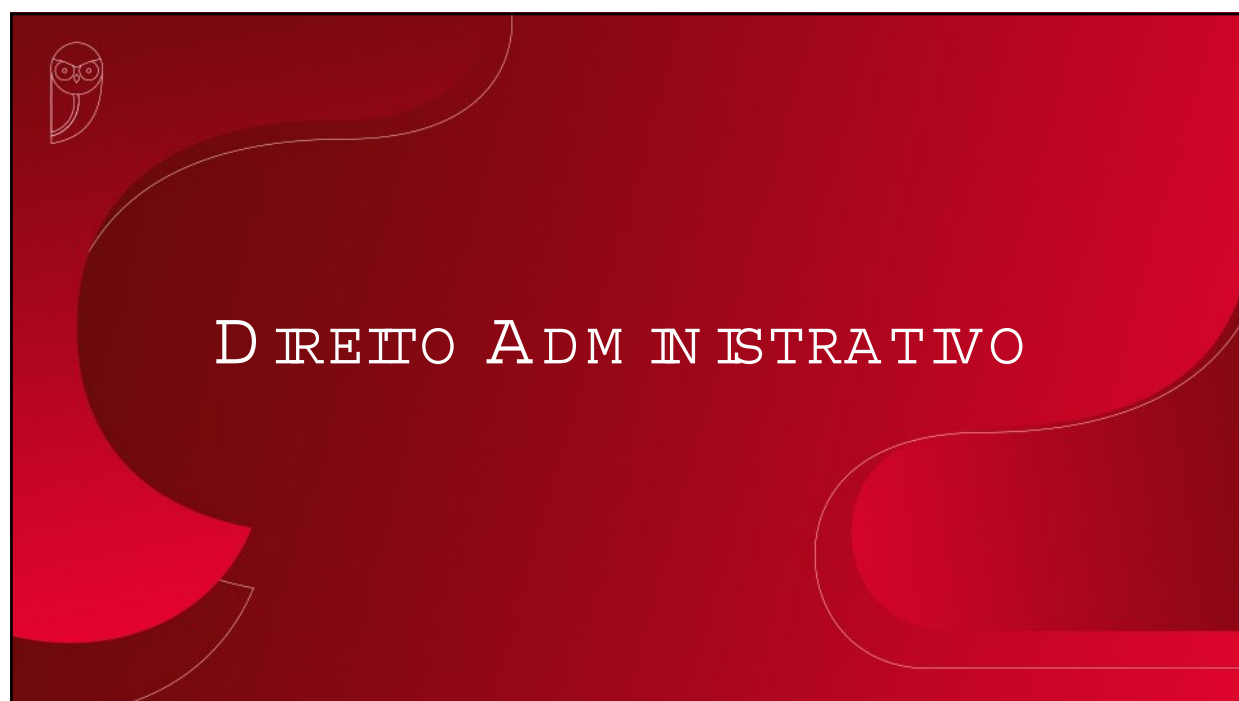
1



2



3



4



5



6

(FGV / OAB / XIII EXAME)

Acerca da desapropriação, assinale a afirmativa correta.

- a) Na desapropriação por interesse social, o expropriante tem o prazo de cinco anos, contados da edição do decreto, para iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado.
- b) Na desapropriação por interesse social, em regra, não se exige o requisito da indenização prévia, justa e em dinheiro.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

7

(FGV / OAB / XIII EXAME)

c) O município pode desapropriar um imóvel por interesse social, mediante indenização prévia, justa e em dinheiro.

d) A desapropriação para fins de reforma agrária da propriedade que não esteja cumprindo a sua função social não será indenizada.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

8

(FGV / OAB / XIII EXAME)

c) O município pode desapropriar um imóvel por interesse social, mediante indenização prévia, justa e em dinheiro.

d) A desapropriação para fins de reforma agrária da propriedade que não esteja cumprindo a sua função social não será indenizada.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

9

(FGV / OAB / XII EXAME)

O Município de Barra Alta realizou a desapropriação de grande parcela do imóvel de Manoel Silva e deixou uma parcela inaproveitável para o proprietário. No caso descrito, o proprietário obterá êxito se pleitear

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

10

(FGV / OAB / XII EXAME)



a) a reintegração de posse de todo o imóvel em função da má-fé do Município.

b) o direito de extensão da desapropriação em relação à área inaproveitável.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

11

(FGV / OAB / XII EXAME)



c) a anulação da desapropriação em relação à parcela do imóvel suficiente para tornar a área restante economicamente aproveitável.

d) a anulação integral da desapropriação, pois a mesma foi ilegal.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

12

(FGV / OAB / XI EXAME)

a) a reintegração de posse de todo o imóvel em função da má-fé do Município.

b) o direito de extensão da desapropriação em relação à área inaproveitável.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

13

(FGV / OAB / XI EXAME)

Após regular procedimento de desapropriação, fundado no Decreto Lei n. 3.365/41, um Estado da Federação assume o domínio do imóvel anteriormente titularizado por Gilberto. A desapropriação foi realizada com a finalidade de construir uma escola pública no local (Art. 5º, III, do Decreto Lei n. 3.365 / 41).

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

14

(FGV / OAB / XIEXAME)

No entanto, após algum tempo, Gilberto descobre que a utilização do imóvel foi transferida, sem qualquer formalidade, ao diretório regional do partido do governador do Estado. Indignado com a situação, Gilberto procura um advogado para orientá-lo.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

15

(FGV / OAB / XIEXAME)

Nesse caso, assinale a afirmativa que indica o correto encaminhamento a ser dado pelo advogado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

16

(FGV / OAB / XIEXAME)

a) A conduta do Estado não é vedada pelo ordenamento jurídico, não obstante a destinação diversa dada ao imóvel.

b) A conduta do Estado não é passível de controle judicial, porque diz respeito ao mérito administrativo, o que é vedado segundo nosso ordenamento jurídico.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

17

(FGV / OAB / XIEXAME)

c) Uma demanda judicial deve ser ajuizada, visando declarar a nulidade do ato de desapropriação ao argumento de ocorrência de destinação ilícita.

d) O ato não pode ser invalidado judicialmente, somente restando a liberdade ajuizar uma demanda, postulando reparação pelos danos materiais e morais sofridos.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

18

(FGV / OAB / XI EXAME)

c) Uma demanda judicial deve ser ajuizada, visando declarar a nulidade do ato de desapropriação ao argumento de ocorrência de destinação ilícita.

d) O ato não pode ser invalidado judicialmente, somente restando a Gilberto ajuizar uma demanda, postulando reparação pelos danos materiais e morais sofridos.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

19

(FGV / OAB / VII EXAME)

A empresa pública federal X, que atua no setor de pesquisas petroquímicas, necessita ampliar sua estrutura, para a construção de dois galpões industriais. Para tanto, decide incorporar terrenos contíguos a sua atual unidade de processamento, mediante regular processo de desapropriação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

20

(FGV / OAB / VII EXAME)



A própria empresa pública declara aqueles terrenos como de utilidade pública e inicia as tratativas com os proprietários dos terrenos - que, entretanto, não aceitam o preço oferecido por aquela entidade. Nesse caso,

Discente Administrativo
Prof. Igor Maciel

21

(FGV / OAB / VII EXAME)



a) se o expropriante alegar urgência e depositar a quantia arbitrada de conformidade com a lei, terá direito a imitir-se provisoriamente na posse dos terrenos.

b) a desapropriação não poderá consumar-se, tendo em vista que não houve concordância dos titulares dos terrenos.

Discente Administrativo
Prof. Igor Maciel

22

(FGV / OAB / VII EXAME)

c) a desapropriação de um andar a propositura de uma ação judicial, por não haver concordância dos proprietários, a contestação poderá versar sobre qualquer um deles.

d) os proprietários poderão opor-se à desapropriação, ao fundamento de que a empresa pública não é competente para declarar um bem como de utilidade pública.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

23

(FGV / OAB / VII EXAME)

c) a desapropriação de um andar a propositura de uma ação judicial, por não haver concordância dos proprietários, a contestação poderá versar sobre qualquer um deles.

d) os proprietários poderão opor-se à desapropriação, ao fundamento de que a empresa pública não é competente para declarar um bem como de utilidade pública.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

24

(FGV / OAB / IX EXAME)

A desapropriação é um procedimento administrativo que possui duas fases: a primeira, denominada declaratória e a segunda, denominada executória. Quanto à fase declaratória, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

25

(FGV / OAB / IX EXAME)

a) Acaute a aquisição da propriedade pela Administração, gerando o dever de justa indenização ao expropriado.

b) Importa no início do prazo para a ocorrência da caducidade do ato declaratório e gera, para a Administração, o direito de penetrar no bem objeto da desapropriação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

26

(FGV / OAB / IX EXAME)

c) Implica a geração de efeitos, com o titular mantendo o direito de propriedade plena, não tendo a Administração direitos ou deveres.

d) Gera o direito à emissão provisória na posse e o impedimento à desistência da desapropriação.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

27

(FGV / OAB / IX EXAME)

a) Acauteia a aquisição da propriedade pela Administração, gerando o dever de justa indenização ao expropriado.

b) Importa no início do prazo para a ocorrência da caducidade do ato declaratório e gera, para a Administração, o direito de penetrar no bem objeto da desapropriação.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

28

(FGV / OAB / IX EXAME)

a) Acaneta a aquisição da propriedade pela Administração, gerando o dever de justa indenização ao expropriado.

b) Importa no início do prazo para a ocorrência da caducidade do ato declaratório e gera, para a Administração, o direito de penetrar no bem objeto da desapropriação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

29

(FGV / OAB / IX EXAME)

Acerca do Instituto da Desapropriação, assinale a afirmativa correta.

a) A desapropriação do espaço aéreo ou do subsolo só se tomará necessária, quando de sua utilização resultar prejuízo patrimonial do proprietário do solo.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

30

(FGV / OAB / IX EXAME)



b) Em casos de urgência, é possível a emissão provisória do expropriante na posse dos bens, não sendo exigível o seu registro junto ao registro de imóveis com petente, mediante o depósito de valores.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

31

(FGV / OAB / IX EXAME)



c) Os concessionários de serviços públicos e os estabelecimentos de caráter público ou que exerçam funções delegadas de poder público poderão promover desapropriações, por decreto do Presidente da República.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

32

(FGV / OAB / IX EXAME)

d) Os bens expropriados, incorporados à Fazenda Pública, podem ser objeto de reivindicação, desde que fundada em nulidade do processo de desapropriação.

Distrito Administrativo
Prof. Igor Maciel

33

(FGV / OAB / IX EXAME)

Previsão específica do DL 3365/41:

Art. 2º Mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.

§ 1º A desapropriação do espaço aéreo ou do subsolo só se tomará necessária, quando de sua utilização resultar prejuízo patrimonial do proprietário do solo.

Distrito Administrativo
Prof. Igor Maciel

34

(FGV / OAB / IX EXAME)

Acerca do Instituto da Desapropriação, assinale a afirmativa correta.

a) A desapropriação do espaço aéreo ou do subsolo só se tomará necessária, quando de sua utilização resultar prejuízo patrimonial do proprietário do solo.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

35

(FGV / OAB / XVII EXAME)

O Município W, durante a construção de avenida importante, ligando a região residencial ao centro comercial da cidade, verifica a necessidade de ampliação da área a ser construída, mediante a incorporação de terrenos contíguos à área já desapropriada, a fim de permitir o prosseguimento das obras.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

36

(FGV / OAB / XVII EXAME)

Assim, expede novo decreto de desapropriação, declarando a utilidade pública dos imóveis indicados, adjacentes ao plano da pista. Diante deste caso, assinale a opção correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

37

(FGV / OAB / XVII EXAME)

a) É válida a desapropriação, pelo Município W, de imóveis a serem demolidos para a construção da obra pública, mas não a dos terrenos contíguos à obra.

b) Não é válida a desapropriação, durante a realização da obra, pelo Município W, de novos imóveis, qualquer que seja a finalidade.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

38

(FGV / OAB / XVII EXAME)

c) É válida, no curso da obra, a desapropriação, pelo Município W, de novos imóveis em área contígua necessária ao desenvolvimento da obra.

d) Em relação às áreas contíguas à obra, a única forma de intervenção estatal da qual pode se valer o Município W é a ocupação temporária.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Azeiteiro

39

(FGV / OAB / XVII EXAME)

c) É válida, no curso da obra, a desapropriação, pelo Município W, de novos imóveis em área contígua necessária ao desenvolvimento da obra.

d) Em relação às áreas contíguas à obra, a única forma de intervenção estatal da qual pode se valer o Município W é a ocupação temporária.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Azeiteiro

40

(FGV / OAB / XX EXAME)

O Estado Beta pretende estabelecer ligação viária entre dois municípios contíguos em seu território. Para tanto, mostra-se necessária a desapropriação, por utilidade pública, de bem de propriedade de um dos municípios beneficiários da obra.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

41

(FGV / OAB / XX EXAME)

Quanto à competência do Estado Beta para desapropriar bem público, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

42

(FGV / OAB / XX EXAME)



a) O Estado Beta não tem competência para desapropriar, por utilidade pública, bem municipal.

b) O Estado Beta não tem competência para desapropriar bens públicos.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

43

(FGV / OAB / XX EXAME)



c) O Estado Beta poderá desapropriar sem qualquer providência preliminar.

d) O Estado Beta poderá desapropriar mediante a respectiva autorização legislativa.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

44

(FGV / OAB / XX EXAME)



c) O Estado Beta poderá desapropriar sem qualquer providência preliminar.

d) O Estado Beta poderá desapropriar mediante a respectiva autorização legislativa.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

45

(FGV / OAB / XXIII EXAME)



O Estado "X" pretende fazer uma reforma administrativa para cortar gastos. Com esse intuito, espera concentrar diversas secretarias estaduais em um mesmo prédio, mas não dispõe de um imóvel com a área necessária.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

46

(FGV / OAB / XXIII EXAME)

Após várias reuniões com a equipe de governo, o governador decidiu desapropriar, por utilidade pública, um enorme terreno de propriedade da União para construir o edifício desejado.

Sobre a questão apresentada, assinale a afirmativa correta.

Deserto Administrativo
Prof. Igor Maciel

47

(FGV / OAB / XXIII EXAME)

a) A União pode desapropriar imóveis dos Estados, atendidos os requisitos previstos em lei, mas os Estados não podem desapropriar imóveis da União.

b) Para que haja a desapropriação pelo Estado "X", é imprescindível que este ente federado demonstre, em ação judicial, estar presente o interesse público.

Deserto Administrativo
Prof. Igor Maciel

48

(FGV / OAB / XXIII EXAME)

c) A desapropriação é possível, mas deve ser precedida de autorização legislativa dada pela Assembleia Legislativa.

d) A desapropriação é possível, mas deve ser precedida de autorização legislativa dada pelo Congresso Nacional.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

49

(FGV / OAB / XXIII EXAME)

a) A União pode desapropriar imóveis dos Estados, atendidos os requisitos previstos em lei, mas os Estados não podem desapropriar imóveis da União.

b) Para que haja a desapropriação pelo Estado "X", é imprescindível que este ente federado demonstre, em ação judicial, estar presente o interesse público.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

50

(FGV / OAB / XXIX EXAME)

O poder público, com fundamento na Lei nº 8.987/1995, pretende conceder à iniciativa privada uma rodovia que ligue dois grandes centros urbanos.

O edital, publicado em maio de 2018, previu a duplicação das pistas e a obrigação de o futuro concessionário desapropriar os terrenos necessários à ampliação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

51

(FGV / OAB / XXIX EXAME)

Por se tratar de projeto antigo, o poder concedente já havia declarado, em janeiro de 2011, a utilidade pública das áreas a serem desapropriadas no âmbito do futuro contrato de concessão.

Com base na hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

52

(FGV / OAB / XXIX EXAME)

A) O ônus das desapropriações necessárias à duplicação da rodovia não pode ser do futuro concessionário, mas sim do poder concedente.

B) O poder concedente e o concessionário só poderão adentrar os terrenos necessários à ampliação da rodovia após a conclusão do processo de desapropriação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

53

(FGV / OAB / XXIX EXAME)

C) O decreto que reconheceu a utilidade pública dos terrenos caducou, sendo necessária a expedição de nova declaração.

D) A declaração de utilidade pública pode ser emitida tanto pelo poder concedente quanto pelo concessionário.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

54

(FGV / OAB / XXIX EXAME)

C) O decreto que reconheceu a utilidade pública dos terrenos caducou, sendo necessária a expedição de nova declaração.

D) A declaração de utilidade pública pode ser emitida tanto pelo poder concedente quanto pelo concessionário.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

55

(FGV / OAB / XXXI EXAME)

Em novembro de 2014, Josué decidiu gozar um período sabático e passou, a partir de então, quatro anos viajando pelo mundo.

Ao retornar ao Brasil, foi surpreendido pelo fato de que um terreno de sua propriedade havia sido invadido, em setembro de 2015, pelo Município Beta, que nele construiu uma estação de tratamento de água e esgoto.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

56

(FGV / OAB / XXXI EXAME)



Em razão disso, Josué procurou você para, na qualidade de advogado(a), traçar a orientação jurídica adequada, em consonância com o ordenamento vigente.

Disco Administrativo
Prof. Igor Maciel

57

(FGV / OAB / XXXI EXAME)



- a) Deve ser ajuizada uma ação possessória, diante do esbulho cometido pelo Poder Público municipal.
- b) Não cabe qualquer providência em Juízo, considerando que a pretensão de Josué está prescrita.

Disco Administrativo
Prof. Igor Maciel

58

(FGV / OAB / XXXI EXAME)

c) Impõe-se que Josué aguarde que o bem venha a ser destinado pelo Município a uma finalidade alheia ao interesse público, para que, somente então, possa pleitear a indenização em Juízo.

d) É pertinente o ajuizamento de uma ação indenizatória, com base na desapropriação indireta, diante da incorporação do bem ao patrimônio público pela afetação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

59

(FGV / OAB / XXXI EXAME)

c) Impõe-se que Josué aguarde que o bem venha a ser destinado pelo Município a uma finalidade alheia ao interesse público, para que, somente então, possa pleitear a indenização em Juízo.

d) É pertinente o ajuizamento de uma ação indenizatória, com base na desapropriação indireta, diante da incorporação do bem ao patrimônio público pela afetação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

60

(FGV / OAB / XXV III EXAME)

Deterninado Município fez publicar decreto de desapropriação por utilidade pública de determinada área, com o objetivo de construir um hospital, o que incluiu o imóvel de Ana.

A proprietária aceitou o valor oferecido pelo ente federativo, de modo que a desapropriação se consumou na via administrativa.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

61

(FGV / OAB / XXV III EXAME)

Após o início das obras, foi constatada a necessidade, de maior urgência, da instalação de uma creche na mesma localidade, de modo que o Município alterou a destinação a ser conferida à edificação que estava sendo erigida.

Ana se arrependeu do acordo firmado com o poder público.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

62

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)

Diante dessa situação hipotética, na qualidade de advogado (a) de Ana, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

63

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)

a) Ana deverá autorizar a alienação de retrocessão do imóvel, considerando que o Município não possui competência para atuar na educação infantil, de modo que não poderá alterar a destinação do bem expropriado para esta finalidade.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

64

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)



b) Cabe a Ana buscar a anulação do acordo firmado com o Município, que deverá ter ajuizado a indispensável ação de desapropriação para consumir tal modalidade de intervenção do estado na propriedade.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

65

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)



c) O ordenamento jurídico não autoriza que Ana impugne a desapropriação amigável acordada com o Município, porque a nova destinação conferida ao imóvel atende ao interesse público, a caracterizara chamada redestinação lícita.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

66

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)



d) Ana deverá ajuizar ação indenizatória em face do ente federativo, com base na desapropriação indireta, considerando que o Município não pode conferir finalidade diversa da constante no decreto expropriatório.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

67

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)



c) O ordenamento jurídico não autoriza que Ana impugne a desapropriação amigável acordada com o Município, porque a nova destinação conferida ao imóvel atende ao interesse público, a caracterizar a chamada redestinação lícita.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

68

(FGV / OAB / XXXI EXAME)

Diante da necessidade de construção de uma barragem no Município Alfa, a ser efetuada em terreno rural de propriedade de certa sociedade de economia mista federal, o Poder Legislativo local fez editar uma lei para declarar a desapropriação por utilidade pública,

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

69

(FGV / OAB / XXXI EXAME)

após a autorização por decreto do Presidente da República, sendo certo que, diante do sucesso das tratativas entre os chefes do Executivo dos entes federativos em questão, foi realizado acordo na via administrativa para ulinar tal intervenção do Estado na propriedade.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

70

(FGV / OAB / XXXI EXAME)



Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

a) A autorização por decreto não pode viabilizar a desapropriação do bem em questão pelo Município Alfa, porque os bens federais não são expropriáveis.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

71

(FGV / OAB / XXXI EXAME)



b) A iniciativa do Poder Legislativo do Município Alfa para declarar a desapropriação é válida, cabendo ao respectivo Executivo praticar os atos necessários para sua efetivação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

72

(FGV / OAB / XXXI EXAME)

c) A intervenção na propriedade em tela não pode ser realizada na via administrativa, mediante acordo entre os entes federativos envolvidos.

d) O Município Alfa não tem competência para declarar a desapropriação por utilidade pública de propriedades rurais.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

73

(FGV / OAB / XXXI EXAME)

b) A iniciativa do Poder Legislativo do Município Alfa para declarar a desapropriação é válida, cumprindo ao respectivo Executivo praticar os atos necessários para sua efetivação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

74

(FGV / OAB / VIII EXAME)

Sívio, servidor público, durante uma diligência com carro oficial do Estado X para o qual trabalha, se envolve em acidente de trânsito, por sua culpa, atingindo o carro de João.

Considerando a situação acima e a evolução do entendimento sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

Deserto Administrativo
Prof. Igor Maciel

75

(FGV / OAB / VIII EXAME)

a) João deverá responder pelo acidente de trânsito, independentemente de quem estiver no veículo, porém, caso opte por responder pelo acidente de trânsito, terá que comprovar a sua culpa, ao passo que o Estado responde independentemente de quem estiver no veículo.

Deserto Administrativo
Prof. Igor Maciel

76

(FGV / OAB / VIII EXAME)

b) João poderá demandar Sílvio ou o Estado X, à sua escolha, porém, caso opte por demandar Sílvio, presumir-se-á sua culpa, ao passo que o Estado responde independentemente dela.

c) João poderá demandar apenas o Estado X, já que Sílvio estava em serviço quando da colisão e, por isso, a responsabilidade objetiva é do Estado, que terá direito de regresso contra Sílvio, em caso de culpa.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

77

(FGV / OAB / VIII EXAME)

d) João terá que demandar Sílvio e o Estado X, já que este último só responde caso comprovada a culpa de Sílvio, que, no entanto, será presumida por ser ele servidor do Estado (responsabilidade objetiva).

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

78

(FGV / OAB / VIII EXAME)

b) João poderá demandar Sívio ou o Estado X, à sua escolha, porém, caso opte por demandar Sívio, presumir-se-á sua culpa, ao passo que o Estado responde independentemente dela.

c) João poderá demandar apenas o Estado X, já que Sívio estava em serviço quando da colisão e, por isso, a responsabilidade objetiva é do Estado, que terá direito de regresso contra Sívio, em caso de culpa.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

79



80

(FGV / OAB / IV EXAME)

Antônio, vítima em acidente automobilístico, foi atendido em hospital da rede pública do Município de Mar Azul, por imperícia do médico que o assistiu, teve amputado um terço de sua perna direita.

Nessa situação hipotética, respondem pelo dano causado a Antônio

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

81

(FGV / OAB / IV EXAME)

a) o Município de Mar Azul e o médico, solidariamente e objetivamente.

b) o Município de Mar Azul, objetivamente, e o médico, regressivamente, em caso de culpa.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

82

(FGV / OAB / IV EXAME)



c) o Município de Mar Azul, objetivamente, e o médico, subsidiariamente.

d) o Município de Mar Azul, objetivamente, e o médico, solidária e subjetivamente.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

83

(FGV / OAB / IV EXAME)



a) o Município de Mar Azul e o médico, solidária e objetivamente.

b) o Município de Mar Azul, objetivamente, e o médico, regressivamente, em caso de dolo ou culpa.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

84

(FGV / OAB / IIIEXAME)

Um policial militar, de nome Norberto, no dia de folga, quando estava na frente da sua casa, de bem uida e sem camisa, discute com um transeunte e acaba desferindo tiros de uma arma antiga, que seu avô lhe dera.

Com base no relatado acima, é correto afirmar que o Estado

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

85

(FGV / OAB / IIIEXAME)

a) será responsabilizado, pois Norberto é agente público pertencente a seus quadros.

b) será responsabilizado, com base na teoria do risco integral.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

86

(FGV / OAB / IIIEXAME)



c) o ente será responsabilizado de forma subsidiária, ou seja, caso Norberto não tenha condições financeiras.

d) não será responsabilizado, pois Norberto, apesar de ser agente público, não atuou nessa qualidade; sua conduta não pode, pois, ser imputada ao Ente Público.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

87

(FGV / OAB / IIIEXAME)



c) o ente será responsabilizado de forma subsidiária, ou seja, caso Norberto não tenha condições financeiras.

d) não será responsabilizado, pois Norberto, apesar de ser agente público, não atuou nessa qualidade; sua conduta não pode, pois, ser imputada ao Ente Público.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

88

(FGV / OAB / XX EXAME)

A fim de pegar um atalho em seu caminho para o trabalho, Maria atravessa uma área em obras, que está interditada pela empresa contratada pelo Município para a reforma de um viaduto.

Entretanto, por desatenção de um dos funcionários que trabalhava no local naquele momento, um bloco de concreto se desprende da estrutura principal e atingiu o pé de Maria. Nesse caso,

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

89

(FGV / OAB / XX EXAME)

a) a empresa contratada e o Município respondem solidariamente, com base na teoria do risco integral.

b) a ação de Maria, ao burbar a interdição da área, excluiu o nexo de causalidade entre a obra e o dano, afastando a responsabilidade da empresa e do Município.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

90

(FGV / OAB / XX EXAME)

c) a empresa contratada e o Município respondem de forma atenuada pelos danos causados, tendo em vista a culpa concorrente da vítima.

d) a empresa contratada responde de forma objetiva, mas a responsabilidade do Município demanda com provação de culpa na ausência de fiscalização da obra.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

91

(FGV / OAB / XX EXAME)

c) a empresa contratada e o Município respondem de forma atenuada pelos danos causados, tendo em vista a culpa concorrente da vítima.

d) a empresa contratada responde de forma objetiva, mas a responsabilidade do Município demanda com provação de culpa na ausência de fiscalização da obra.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

92

(FGV / OAB / XX EXAME)

Caio, policial militar do Estado X, abalroou, com sua viatura, um veículo particular estacionado em local permitido, durante uma perseguição. Júlio, proprietário do veículo atingido, ingressou com demanda indenizatória em face do Estado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

93

(FGV / OAB / XX EXAME)

A sentença de procedência reconheceu a responsabilidade civil objetiva do Estado, independentemente de se perquirir a culpa do agente. Nesse caso,

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

94

(FGV / OAB / XX EXAME)

a) não pode o Estado ingressar com ação de regresso em face do policial militar, eis que atuava, no momento do acidente, na condição de agente público.

b) pode o Estado ingressar com ação de regresso em face do policial militar, devendo o ente público demonstrar a existência de dolo do agente.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

95

(FGV / OAB / XX EXAME)

c) pode o Estado ingressar com ação de regresso em face do policial militar, devendo o ente público demonstrar a existência de culpa ou dolo do agente.

d) não pode o Estado ingressar com ação de regresso em face do agente público, uma vez que o Estado não foi condenado com base na culpa ou dolo do agente.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

96

(FGV / OAB / XX EXAME)

c) pode o Estado ingressar com ação de regresso em face do policial militar, devendo o ente público demonstrar a existência de culpa ou dolo do agente.

d) não pode o Estado ingressar com ação de regresso em face do agente público, uma vez que o Estado não foi condenado com base na culpa ou dolo do agente.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

97

(FGV / OAB / XIX EXAME)

Um paciente de um hospital psiquiátrico estadual conseguiu fugir da instituição em que estava internado, ao aproveitar um momento em que os servidores de plantão largaram seus postos para acompanhar um jogo de futebol na televisão.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

98

(FGV / OAB / XIX EXAME)

Na fuga, ao pular de um viaduto próximo ao hospital, sofreu um a queda e, em razão dos ferimentos, veio a falecer. Nesse caso,

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

99

(FGV / OAB / XIX EXAME)

a) o Estado não responde pela morte do paciente, uma vez que não configurado o nexo de causalidade entre a ação ou omissão estatal e o dano.

b) o Estado responde de forma subjetiva, uma vez que não configurado o nexo de causalidade entre a ação ou omissão estatal e o dano.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

100

(FGV / OAB / XIX EXAME)



c) o Estado não responde pela morte do paciente, mas, caso comprovada a negligência dos servidores, estes respondem de forma subjetiva.

d) o Estado responde pela morte do paciente, garantido o direito de regresso contra os servidores no caso de dolo ou culpa.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

101

(FGV / OAB / XIX EXAME)



c) o Estado não responde pela morte do paciente, mas, caso comprovada a negligência dos servidores, estes respondem de forma subjetiva.

d) o Estado responde pela morte do paciente, garantido o direito de regresso contra os servidores no caso de dolo ou culpa.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

102

(FGV / OAB / XXI EXAME)



José, acusado por estupro de menores, foi condenado e preso em decorrência da execução de sentença penal transitada em julgado. Logo após seu recolhimento ao estabelecimento prisional, porém, foi assassinado por um colega de cela.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

103

(FGV / OAB / XXI EXAME)



Acerca da responsabilidade civil do Estado pelo fato ocorrido no estabelecimento prisional, assinale a afirmativa correta.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

104

(FGV / OAB / XXI EXAME)



a) Não estão presentes os elementos configuradores da responsabilidade civil do Estado, porque está presente o fato exclusivo de terceiro, que rompe o nexo de causalidade, independentemente da possibilidade de o Estado atuar para evitar o dano.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Azeiteiro

105

(FGV / OAB / XXI EXAME)



b) Não estão presentes os elementos configuradores da responsabilidade civil do Estado, porque não existe a causalidade necessária entre a conduta de agentes do Estado e o dano ocorrido no estabelecimento estatal.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Azeiteiro

106

(FGV / OAB / XXI EXAME)



c) Estão presentes os elementos configuradores da responsabilidade civil do Estado, porque o ordenamento jurídico brasileiro adota, na matéria, a teoria do risco integral.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

107

(FGV / OAB / XXI EXAME)



d) Estão presentes os elementos configuradores da responsabilidade civil do Estado, porque o poder público tem o dever jurídico de proteger as pessoas submetidas à custódia de seus agentes e estabelecimentos.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

108

(FGV / OAB / XXI EXAME)



d) Estão presentes os elementos configuradores da responsabilidade civil do Estado, porque o poder público tem o dever jurídico de proteger as pessoas submetidas à custódia de seus agentes e estabelecimentos.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

109

(FGV / OAB / I EXAME)



Manoel estava no interior de um ônibus da concessionária de serviço público municipal, em presa não integrante da administração pública, quando o veículo derrapou em uma curva e capotou.

Em razão desse acidente, Manoel sofreu dano material e moral. Nessa situação hipotética, a responsabilidade será

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

110

(FGV / OAB / IEXAME)



a) objetiva e da concessionária, com prazo de prescrição de cinco anos, conforme previsto em lei especial.

b) subjetiva e da concessionária, com prazo de prescrição de cinco anos, conforme previsto no Código Civil.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

111

(FGV / OAB / IEXAME)



c) objetiva e do município, com prazo prescricional de três anos, conforme previsto em lei especial.

d) subjetiva e do município, com prazo prescricional de três anos, conforme previsto no Código Civil.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

112

(FGV / OAB / IEXAME)

a) objetiva e da concessionária, com prazo de prescrição de cinco anos, conforme previsto em lei especial.

b) subjetiva e da concessionária, com prazo de prescrição de cinco anos, conforme previsto no Código Civil.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

113

(FGV / OAB / VIEXAME)

Ambulância do Corpo de Bombeiros envolveu-se em acidente de trânsito com automóvel dirigido por particular, que trafegava na mão contrária de direção.

No acidente, o motorista do automóvel sofreu grave lesão, com prometendo a mobilidade de um dos membros superiores. Nesse caso, é correto afirmar que

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

114

(FGV / OAB / VIEXAM E)

a) existe responsabilidade objetiva do Estado em decorrência da prática de ato ilícito, pois há nexos causal entre o dano sofrido pelo particular e a conduta do agente público.

b) não haverá o dever de indenizar se ficar configurada a culpa exclusiva da vítima, que dirigia na contramão, excluindo a responsabilidade do Estado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

115

(FGV / OAB / VIEXAM E)

c) não se cogita de responsabilidade objetiva do Estado porque não houve a chamada culpa ou falha do serviço. E, de todo modo, a indenização do particular, se cabível, ficará restrita aos danos materiais, pois o Estado não responde por danos morais.

d) está plenamente caracterizada a responsabilidade civil do Estado, que se fundamenta na teoria do risco integral.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

116

(FGV / OAB / VIEXAM E)

a) existe responsabilidade objetiva do Estado em decorrência da prática de ato ilícito, pois há nexo causal entre o dano sofrido pelo particular e a conduta do agente público.

b) não haverá o dever de indenizar se ficar configurada a culpa exclusiva da vítima, que dirigia na contramão, excluindo a responsabilidade do Estado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

117

(FGV / OAB / V EXAM E)

Tendo o agente público atuado nesta qualidade e dado causa a dano a terceiro, por dolo ou culpa, vindo a administração a ser condenada, terá esta o direito de regresso.

A respeito da ação regressiva, é correto afirmar que

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

118

(FGV / OAB / V EXAME)

a) em regra deve ser exercida, sob pena de afronta ao princípio da indisponibilidade.

b) o prazo prescricional tem início a contardo fato que gerou a ação indenizatória contra a Administração.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

119

(FGV / OAB / V EXAME)

c) a prescrição será decenal, com base na regra geral da legislação civil.

d) o prazo prescricional será o mesmo constante da esfera penal para o tipo criminal correspondente.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

120

(FGV / OAB / XXXI EXAME)



Rafael, funcionário da concessionária prestadora do serviço público de fornecimento de gás canalizado, realizava reparo na rede subterrânea, quando deixou a tampa do bueiro aberta, sem qualquer sinalização, causando a queda de Sônia, transeunte que caminhava pela calçada.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

121

(FGV / OAB / XXXI EXAME)



Sônia, que trabalha com o faxineiro diário, quebrou o fêmur da perna direita em razão do ocorrido e ficou internada no hospital por 60 dias, sem poder trabalhar.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

122

(FGV / OAB / XXXI EXAME)



Após receber alta, Sônia procurou você, com o advogado (a), para ajuizamento indenizatório em face:

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

123

(FGV / OAB / XXXI EXAME)



a) da concessionária, com base em sua responsabilidade civil objetiva, para cuja configuração é desnecessária a comprovação de dolo ou culpa de Rafael.

b) do Estado, com o poder concedente, com base em sua responsabilidade civil direta e subjetiva, para cuja configuração é prescindível a comprovação de dolo ou culpa de Rafael.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

124

(FGV / OAB / XXXI EXAME)

c) de Rafael, com base em sua responsabilidade civil direta e objetiva, para cuja configuração é desnecessária a comprovação de teragido com dolo ou culpa, assegurado o direito de regresso contra a concessionária.

d) do Município, com o poder concedente, com base em sua responsabilidade civil objetiva, para cuja configuração é imprescindível a comprovação de dolo ou culpa de Rafael.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

125

(FGV / OAB / XXXI EXAME)

a) da concessionária, com base em sua responsabilidade civil objetiva, para cuja configuração é desnecessária a comprovação de dolo ou culpa de Rafael.

b) do Estado, com o poder concedente, com base em sua responsabilidade civil direta e subjetiva, para cuja configuração é imprescindível a comprovação de dolo ou culpa de Rafael.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

126

(FGV / OAB / XXVI EXAME)

Em um movimento de uma rodovia concedida pela União a uma empresa privada, um veículo particular colidiu com outro, deixando diversos destroços espalhados pela faixa de rolamento.

Discente Administrativo
Prof. Igor Maciel

127

(FGV / OAB / XXVI EXAME)

Um dos objetos deixados sobre a pista cortou o pneu de um terceiro automóvel, causando a colisão deste em uma faixa de proteção.

Com base no fragmento acima, assinale a afirmativa correta.

Discente Administrativo
Prof. Igor Maciel

128

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



a) A concessionária deve responder objetivamente pelos danos causados, com fundamento na teoria do risco administrativo.

b) Em nenhuma hipótese a concessionária poderá ser responsabilizada pelo evento danoso.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Azeiteiro

129

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



c) A concessionária responde pelos danos materiais causados ao terceiro veículo, com fundamento na teoria do risco integral, isto é, ficou comprovado que o dano foi causado por culpa exclusiva de terceiro ou por força maior.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Azeiteiro

130

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



d) O proprietário do terceiro automóvel só será reparado pelos danos materiais caso demonstre a culpa da concessionária, caracterizada, por exemplo, pela demora excessiva em promover a limpeza da rodovia.

Risco Administrativo
Prof. Igor Maciel

131

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



a) A concessionária deve responder objetivamente pelos danos causados, com fundamento na teoria do risco administrativo.

b) Em nenhuma hipótese a concessionária poderá ser responsabilizada pelo evento danoso.

Risco Administrativo
Prof. Igor Maciel

132

(FGV / OAB / XXV EXAME)



A União construiu uma usina nuclear para fins de geração de energia elétrica. A fim de minimizar os riscos de acidentes relacionados à utilização do urânio, foram empregados, no empreendimento, os mais modernos e seguros equipamentos.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

133

(FGV / OAB / XXV EXAME)



Do mesmo modo, o pessoal designado para trabalhar na usina recebeu todos os treinamentos exigidos nas legislações brasileira e internacional.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

134

(FGV / OAB / XXV II EXAM E)

Entretanto, em decorrência de uma intensa, imprevisível e excepcional chuva que caiu na região, parte da usina ficou alagada. Isso gerou superaquecimento nas instalações, fato que culminou na liberação de um pequeno volume de gases radioativos armazenados, causando náuseas e vômitos na população que mora próxima à usina.

Com base na situação narrada, assinale a afirmativa correta.

Disco Administrativo
Prof. Igor Maciel

135

(FGV / OAB / XXV II EXAM E)

a) A União não pode ser responsabilizada pelos danos causados à população, tendo em vista a ausência de culpa (responsabilidade subjetiva) por parte do Poder Público.

Disco Administrativo
Prof. Igor Maciel

136

(FGV / OAB / XXV EXAME)



b) Em razão de as chuvas constituírem um evento imprevisível e excepcional, não se cogita a responsabilidade da União pelos danos causados à população.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

137

(FGV / OAB / XXV EXAME)



c) A União pode ser responsabilizada pelas consequências advindas do vazamento de gases radioativos, independentemente de culpa, pois a responsabilidade é objetiva.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

138

(FGV / OAB / XXV I EXAME)



d) A União não pode ser responsabilizada pelos danos causados à população, dado competir aos Estados a exploração dos serviços e das instalações nucleares, cabendo a eles a responsabilidade pelos danos.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

139

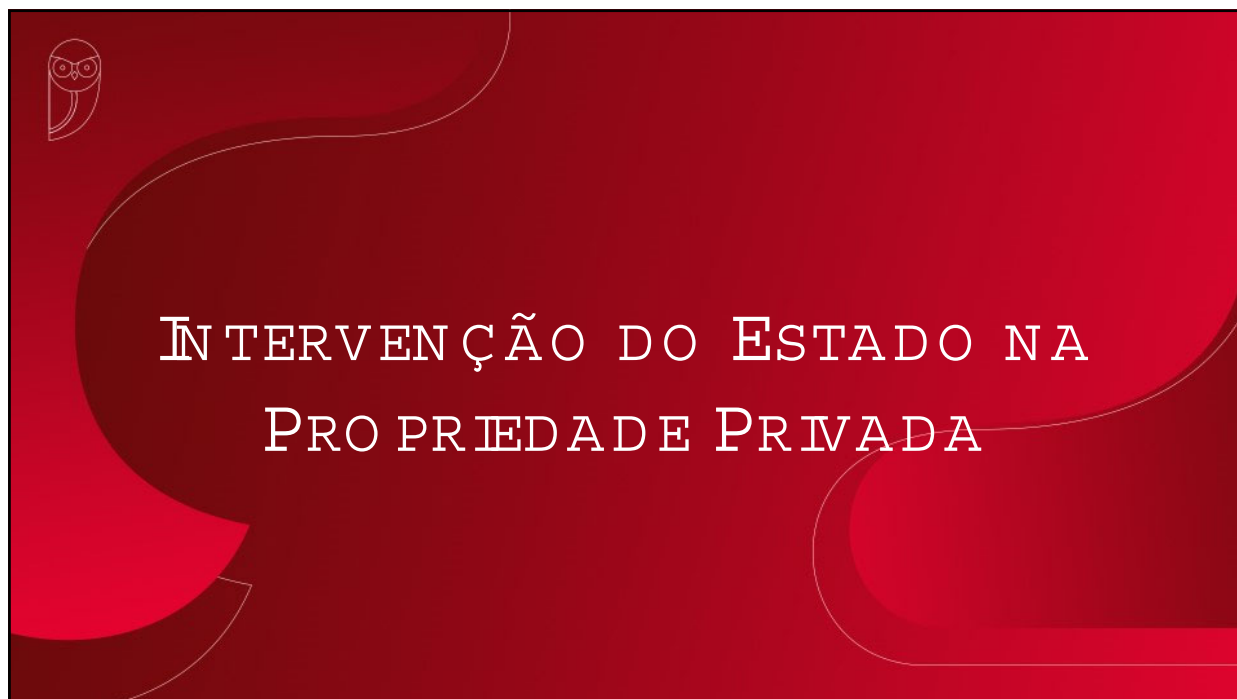
(FGV / OAB / XXV I EXAME)



c) A União pode ser responsabilizada pelas consequências advindas do vazamento de gases radioativos, independentemente de culpa, pois a responsabilidade é objetiva.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

140



141

(FGV / OAB / X EXAME)

Estratégia
OAB

A fim de permitir o escoamento da produção até uma refinaria, uma empresa pública federal, que explora a prospecção de petróleo em um campo terrestre, iniciou a construção de um oleoduto.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

142

(FGV / OAB / X EXAM E)

O único caminho possível para essa construção atravessa a propriedade rural de Josenildo que, em razão do oleduto, teve que diminuir o espaço de plantio de mamão e, com isso, viu sua renda mensalar pela metade.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

143

(FGV / OAB / X EXAM E)

Assinale a afirmativa que indica a instrução correta que um advogado deve passar a Josenildo.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

144

(FGV / OAB / X EXAME)



a) Não há óbice à constituição da servidão administrativa no caso, mas cabe indenização pelos danos decorrentes dessa forma de intervenção na propriedade.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

145

(FGV / OAB / X EXAME)



b) A servidão administrativa é ilegítima, pois o instituto só tem aplicação em relação aos bens públicos.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

146

(FGV / OAB / X EXAME)



c) A servidão administrativa é ilegal, pois o nosso ordenamento veda a intervenção do Estado sobre propriedades produtivas.

d) Não há óbice à constituição da servidão administrativa e não há de se fazer qualquer indenização.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Acêl

147

(FGV / OAB / X EXAME)



a) Não há óbice à constituição da servidão administrativa no caso, mas cabe indenização pelos danos decorrentes dessa forma de intervenção na propriedade.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Acêl

148

(FGV / OAB / XXI EXAME)

O Município Beta foi assolado por chuvas que provocaram o desabamento de várias encostas, que abalaram a estrutura de diversos imóveis, os quais ameaçam ruir, especialmente se não houver imediata limpeza dos terrenos com prom etidos.

Diário Administrativo
Prof. Igor Maciel

149

(FGV / OAB / XXI EXAME)

Diante do iminente perigo público a residências e à vida de pessoas, o Poder Público deve, prontamente, utilizar maquinário, que não consta de seu patrimônio, para realizar as medidas de contenção pertinentes.

Assinale a opção que indica a adequada modalidade de intervenção na propriedade privada para a utilização do maquinário necessário.

Diário Administrativo
Prof. Igor Maciel

150

(FGV / OAB / XXI EXAME)



- a) Requisição administrativa.
- b) Tomboamento.
- c) Desapropriação.
- d) Serviço administrativo.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

151

(FGV / OAB / XXI EXAME)



- a) Requisição administrativa.
- b) Tomboamento.
- c) Desapropriação.
- d) Serviço administrativo.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

152

(FGV / OAB / XXIX EXAME)

Virgílio é proprietário de um imóvel cuja fachada foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, autarquia federal, após o devido processo administrativo, diante de seu relevante valor histórico e cultural.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

153

(FGV / OAB / XXIX EXAME)

O bgradouro em que o imóvel está localizado foi assolado por fortes chuvas, que comprometeram a estrutura da edificação, a qual passou a apresentar riscos de desabamento. Em razão disso, Virgílio notificou o Poder Público e comprovou não ter condições financeiras para arcar com os custos da respectiva obra de recuperação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

154

(FGV / OAB / XXIX EXAME)

Certo de que a comunicação foi recebida pela autoridade competente, que atestou a efetiva necessidade da realização de obras emergenciais, Vígilb procurou você, com o advogado (a), para, mediante orientação jurídica adequada, evitar a imposição de sanção pelo Poder Público.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a opção que apresenta a orientação correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

155

(FGV / OAB / XXIX EXAME)

a) Vígilb poderá demolir o imóvel.

b) A autoridade competente deve mandar executar a recuperação da fachada tombada, às expensas da União.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

156

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



c) Somente Vigário é obrigado a arcar com os custos de recuperação do imóvel.

d) As obras necessárias deverão ser realizadas por Vigário, independentemente de autorização especial da autoridade competente.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

157

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



a) Vigário poderá demolir o imóvel.

b) A autoridade competente deve mandar executar a recuperação da fachada tombada, às expensas da União.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

158

(FGV / OAB / VII EXAME)

O Município Y promove o tombamento de um antigo bonde, já desativado, pertencente a um colecionador particular. Nesse caso,

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

159

(FGV / OAB / VII EXAME)

a) o proprietário pode insurgir-se contra o ato do tombamento, uma vez que se trata de um bem móvel.

b) o proprietário fica impedido de alienar o bem, mas pode propor ação visando a compelir o Município a desapropriar o bem, mediante remuneração.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

160

(FGV / OAB / VII EXAME)

c) o proprietário poderá alienar livremente o bem tomado, desde que o adquirente se comprometa a conservá-lo, de conformidade com o ato de tomada.

d) o proprietário do bem, mesmo diante do tomadante promovido pelo Município, poderá gravá-lo com o penhor.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

161

(FGV / OAB / VII EXAME)

c) o proprietário poderá alienar livremente o bem tomado, desde que o adquirente se comprometa a conservá-lo, de conformidade com o ato de tomada.

d) o proprietário do bem, mesmo diante do tomadante promovido pelo Município, poderá gravá-lo com o penhor.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

162

(FGV / OAB / IIIEXAME)



Com relação à intervenção do Estado na propriedade, assinale a alternativa correta.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

163

(FGV / OAB / IIIEXAME)



a) A requisição administrativa é uma forma de intervenção supressiva do Estado na propriedade que somente recai em bens imóveis, sendo o Estado obrigado a indenizar eventuais prejuízos, se houver dano.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

164

(FGV / OAB / IIIEXAME)



b) A limitação administrativa é uma forma de intervenção restritiva do Estado na propriedade que consubstancia obrigações de caráter específico e individualizados a proprietários determinados, sem afetar o caráter absoluto do direito de propriedade.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

165

(FGV / OAB / IIIEXAME)



c) A servidão administrativa é uma forma de intervenção restritiva do Estado na propriedade que afeta as faculdades de uso e gozo sobre o bem objeto da intervenção, em razão de um interesse público.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

166

(FGV / OAB / IIIEXAME)



d) O tombamento é uma forma de intervenção do Estado na propriedade privada que possui como característica a conservação dos aspectos históricos, artísticos, paisagísticos e culturais dos bens imóveis, excepcionando-se os bens móveis.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

167

(FGV / OAB / IIIEXAME)



c) A servidão administrativa é uma forma de intervenção restritiva do Estado na propriedade que afeta as faculdades de uso e gozo sobre o bem objeto da intervenção, em razão de um interesse público.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

168



169

(FGV / OAB / IX EXAME)

Acerca dos serviços considerados com o serviços públicos uti.singuli,
assinale a afirmativa correta.

Estratégia
OAB

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

170

(FGV / OAB / IX EXAME)



a) Serviços em que não é possível identificar os usuários e, da mesma forma, não é possível a identificação a parcela do serviço utilizada por cada beneficiário.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

171

(FGV / OAB / IX EXAME)



b) Serviços singulares e essenciais prestados pela Administração Pública direta e indireta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

172

(FGV / OAB / IX EXAME)



c) Serviços em que é possível a identificação do usuário e da parcela do serviço utilizada por cada beneficiário.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

173

(FGV / OAB / IX EXAME)



d) Serviços que somente são prestados pela Administração Pública direta do Estado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

174

(FGV / OAB / IX EXAME)



c) Serviços em que é possível a identificação do usuário e da parcela do serviço utilizada por cada beneficiário.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

175

(FGV / OAB / XXVII EXAME)



A sociedade empresária Beta assinou, na década de 1990, contrato de concessão de serviço de transporte público.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

176

(FGV / OAB / XXV I EXAME)



Desde então, vem utilizando os mesmos ônibus no transporte de passageiros, não se preocupando com a renovação da frota, tampouco com o conforto dos usuários ou com o nível de emissão de poluentes.

Discente Administrativo
Prof. Igor Maciel

177

(FGV / OAB / XXV I EXAME)



Em paralelo, com a natural evolução tecnológica, sabe-se que os veículos atualmente estão mais bem equipados, são mais seguros e, naturalmente, emitem menos poluentes.

Com base no caso narrado, assinale a afirmativa correta.

Discente Administrativo
Prof. Igor Maciel

178

(FGV / OAB / XXV EXAME)



a) A renovação da frota visa a atender ao princípio da atualidade, que exige das concessionárias o emprego de equipamentos modernos.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

179

(FGV / OAB / XXV EXAME)



b) Constitui interesse público a utilização de ônibus novos, mais econômicos, eficientes e confortáveis; por isso, independentemente de lei autorizativa, pode o poder concedente encampar o contrato de concessão, retomando o serviço público.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

180

(FGV / OAB / XXV EXAME)



c) Se a concessionária desrespeitar os parâmetros de qualidade do serviço estabelecidos no contrato, a concessão poderá ser extinta unilateralmente pelo poder concedente, aplicando-se o instituto da rescisão.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

181

(FGV / OAB / XXV EXAME)



d) Ao fim da concessão, os veículos utilizados retornam ao poder concedente, independentemente de expressa previsão no edital e no contrato.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

182

(FGV / OAB / XXV II EXAM E)



a) A renovação da frota visa a atender ao princípio da atualidade, que exige das concessionárias o emprego de equipamentos modernos.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

183

(FGV / OAB / VI EXAM E)



São princípios próprios ou específicos dos serviços públicos, previstos na Lei 8.987/95,

a) moralidade, publicidade e legalidade.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

184

(FGV / OAB / VIEXAME)



b) especificidade, publicidade e moralidade.

c) continuidade, atualidade e cortesia.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

185

(FGV / OAB / VIEXAME)



d) atratividade, atualismo e comutatividade.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

186

(FGV / OAB / VIEXAME)



b) especificidade, publicidade e moralidade.

c) continuidade, atualidade e cortesia.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

187

(FGV / OAB / XXXI EXAME)



O Município Beta concedeu a execução do serviço público de verbas leves sobre trilhos e, ao verificar que a concessionária não estava cumprindo adequadamente as obrigações determinadas no respectivo contrato,

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

188

(FGV / OAB / XXXI EXAME)

considerou tomar as providências cabíveis para a regularização das atividades em favor dos usuários.

Diretor Administrativo
Prof. Igor Maciel

189

(FGV / OAB / XXXI EXAME)

Nesse caso,

- a) impõe-se a encampação, mediante a retomada do serviço pelo Município Beta, sem o pagamento de indenização.

Diretor Administrativo
Prof. Igor Maciel

190

(FGV / OAB / XXXI EXAME)



b) a hipótese é de caducidade a ser declarada pelo Município Beta, mediante decreto, que independe da verificação prévia da inatencimentação da concessionária.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

191

(FGV / OAB / XXXI EXAME)



c) cabe a revogação do contrato administrativo pelo Município Beta, diante da discricionariedade e precariedade da concessão, formalizada pelo ato administrativo.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

192

(FGV / OAB / XXXI EXAME)



d) é possível a intervenção do Município Beta na concessão, com o fim de assegurar a adequada prestação dos serviços, por decreto do poder concedente, que conterà designação do interventor, o prazo, os objetivos e os limites da medida.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

193

(FGV / OAB / XXXI EXAME)



d) é possível a intervenção do Município Beta na concessão, com o fim de assegurar a adequada prestação dos serviços, por decreto do poder concedente, que conterà designação do interventor, o prazo, os objetivos e os limites da medida.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

194

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)

O Governo do Estado Alfa, para impulsionar o potencial turístico de uma região cercada de belíssimas cachoeiras, pretende asfaltar uma pequena estrada que liga a cidade mais próxima ao local turístico.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

195

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)

Com vistas à melhoria do serviço público e sem dinheiro em caixa para arcar com as despesas, o Estado decide publicar edital para a concessão da estrada, com fundamento na Lei nº 8.987/95, cabendo ao futuro concessionário a execução das obras.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

196

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)



Com base na hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Azeiteiro

197

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)



a) O edital poderá prever, em favor da concessionária, outras fontes de receita além daquela oriunda do pedágio; a renda adicional deve favorecer a modicidade tarifária, reduzindo a tarifa paga pelos usuários.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Azeiteiro

198

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)

b) Um grande investidor (pessoa física) pode ser contratado pelo poder concedente, caso demonstre capacidade de realização das obras.

Disco Administrativo
Prof. Igor Maciel

199

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)

c) A concessão pode ser feita mediante licitação na modalidade tomada de preços, caso as obras necessárias estejam orçadas em até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

Disco Administrativo
Prof. Igor Maciel

200

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)



d) O poder concedente não poderá exigir no edital garantias do concessionário de que realizará as obras a contento, dado que a essência do contrato de concessão é a delegação de serviço público.

Curso Adm. Inscrito
Prof. Igor Maciel

201

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)



a) O edital poderá prever, em favor da concessionária, outras fontes de receita além daquela oriunda do pedágio; a renda adicional deve favorecer a modicidade tarifária, reduzindo a tarifa paga pelos usuários.

Curso Adm. Inscrito
Prof. Igor Maciel

202

(FGV / OAB / XVI EXAME)

O Estado X, após regular processo licitatório, celebrou contrato de concessão de serviço público de transporte intermunicipal de passageiros, por ônibus regular, com a sociedade empresária "F", vencedora do certame, com prazo de 10 (dez) anos.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

203

(FGV / OAB / XVI EXAME)

Entretanto, apenas 5 (cinco) anos depois da assinatura do contrato, o Estado publicou edital de licitação para a concessão de serviço de transporte de passageiros, por ônibus do tipo executivo, para o mesmo trecho.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

204

(FGV / OAB / XVI EXAME)



Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

a) A sociedade empresária "F" pode impedir a realização da nova licitação, uma vez que a licitação tem caráter de exclusividade à outorga da concessão de serviços públicos.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

205

(FGV / OAB / XVI EXAME)



b) A outorga de concessão ou permissão não terá caráter de exclusividade, salvo no caso de inviabilidade técnica ou econômica devidamente justificada.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

206

(FGV / OAB / XVI EXAME)



c) A lei atribui caráter de exclusividade à concessão de serviços públicos, mas a violação ao comando legal somente confere à concessionária o direito à indenização por perdas e danos.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

207

(FGV / OAB / XVI EXAME)



d) A lei vedada a atribuição do caráter de exclusividade à outorga de concessão, o que afasta qualquer pretensão por parte da concessionária, salvo o direito à rescisão unilateral do contrato pela concessionária, mediante notificação extrajudicial.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

208

(FGV / OAB / XVI EXAME)



b) A outorga de concessão ou permissão não terá caráter de exclusividade, salvo no caso de inviabilidade técnica ou econômica devidamente justificada.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

209

(FGV / OAB / XIV EXAME)



Caso o Estado delegue a reforma, manutenção e operação de uma rodovia estadual à iniciativa privada, com a previsão de que a amortização dos investimentos e a remuneração do particular decorram apenas da tarifa cobrada dos usuários do serviço, estaremos diante de uma

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

210

(FGV / OAB / XIV EXAME)



a) concessão de obra pública.

b) concessão administrativa.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

211

(FGV / OAB / XIV EXAME)



c) concessão patrocinada.

d) concessão de serviço público precedida da execução de obra pública.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

212

(FGV / OAB / XIV EXAME)

c) concessão patrocinada.

d) concessão de serviço público precedida da execução de obra pública.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

213

(FGV / OAB / XIII EXAME)

O Estado X publicou edital de concorrência para a concessão de uma linha de transporte aquaviário interligando os municípios A e B, situados em seu território, por meio do Rio Azulão. Sobre o tema da concessão de serviços públicos, e considerando os dados acima narrados, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

214

(FGV / OAB / XIII EXAME)



a) A outorga de concessão de serviço público, em regra, se dá em caráter de exclusividade.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

215

(FGV / OAB / XIII EXAME)



b) O edital de licitação pode prever a utilização de receitas alternativas, provenientes da exploração de placas publicitárias, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

216

(FGV / OAB / XIII EXAME)



c) Não se admite a inserção, no contrato, de cláusula que preveja a arbitragem para a resolução de conflitos.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

217

(FGV / OAB / XIII EXAME)



d) Na licitação para a concessão de serviços públicos, não se admite a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

218

(FGV / OAB / XIII EXAME)



b) O edital de licitação pode prever a utilização de receitas alternativas, provenientes da exploração de placas publicitárias, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

219

(FGV / OAB / VIII EXAME)



A União, após regular licitação, realiza concessão de determinado serviço público a uma sociedade privada. Entretanto, para a efetiva prestação do serviço, é necessário realizar algumas desapropriações. A respeito desse caso concreto, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

220

(FGV / OAB / VIII EXAME)



a) A sociedade concessionária poderá promover desapropriações mediante autorização expressa, constante de lei ou contrato.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

221

(FGV / OAB / VIII EXAME)



b) As desapropriações necessárias somente poderão ser realizadas pela União, já que a concessionária é pessoa jurídica de direito privado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

222

(FGV / OAB / VIII EXAME)



c) O ingresso de autoridades administrativas nos bens desapropriados, declarada a utilidade pública, somente será lícito após a obtenção de autorização judicial.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

223

(FGV / OAB / VIII EXAME)



d) Os bens pertencentes ao(s) Município(s) inserido(s) na área de prestação do serviço não poderão ser desapropriados, mesmo que haja autorização legislativa.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

224

(FGV / OAB / VIII EXAME)



a) A sociedade concessionária poderá promover desapropriações mediante autorização expressa, constante de lei ou contrato.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

225

(FGV / OAB / XXV EXAME)



A União celebrou com a empresa Gam a contrato de concessão de serviço público precedida de obra pública. O negócio jurídico tinha por objeto a exploração, incluindo a duplicação, de determinada rodovia federal.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

226

(FGV / OAB / XXV EXAME)



Algum tempo após o início do contrato, o poder concedente identificou a inexecução de diversas obrigações por parte da concessionária, o que motivou a notificação da contratada. Foi autuado processo administrativo, ao fim do qual o poder concedente concluiu estar prejudicada a prestação do serviço por culpa da contratada.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

227

(FGV / OAB / XXV EXAME)



Com base na hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) O contrato é nulo desde a origem, eis que a concessão de serviços públicos não pode ser precedida da execução de obras públicas.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

228

(FGV / OAB / XXV EXAME)



b) O poder concedente pode declarar a caducidade do contrato de concessão, tendo em vista a inexecução parcial do negócio jurídico por parte da concessionária.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

229

(FGV / OAB / XXV EXAME)



c) O poder concedente deve, necessariamente, aplicar todas as sanções contratuais antes de decidir pelo encerramento do contrato.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

230

(FGV / OAB / XXV EXAME)



d) O processo administrativo tem natureza de inquérito e visa coletar informações precisas dos fatos; por isso, não há necessidade de observar o contraditório e a ampla defesa da concessionária.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

231

(FGV / OAB / XXV EXAME)



b) O poder concedente pode declarar a caducidade do contrato de concessão, tendo em vista a inexecução parcial do negócio jurídico por parte da concessionária.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

232

(FGV / OAB / XVIII EXAME)



Após dezenas de reclamações dos usuários do serviço de transporte metropolitano, o Estado Y determinou a abertura de processo administrativo para verificar a prestação inadequada e ineficiente do serviço por parte da empresa concessionária.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

233

(FGV / OAB / XVIII EXAME)



Caso se demonstre a inadimplência, com o que deverá proceder o poder público concedente?

a) Declarar, por decreto, a caducidade da concessão.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

234

(FGV / OAB / XVIII EXAME)



b) Declarar, por decreto, a encampação do serviço.

c) Declarar, por decreto, após lei autorizativa, a revogação da concessão.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

235

(FGV / OAB / XVIII EXAME)



d) Declarar, por lei, a anulação do contrato de concessão.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

236

(FGV / OAB / XVIII EXAME)

Caso se demonstre a inadimplência, com o que deverá proceder o poder público concedente?

a) Declarar, por decreto, a caducidade da concessão.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

237

(FGV / OAB / VIII EXAME)

Uma concessionária de serviço público, em virtude de sua completa inadequação na prestação do serviço, não consegue executar o contrato.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

238

(FGV / OAB / VIII EXAME)



Nesse caso, segundo a Lei n. 8.987/95, poderá ser declarada, a critério do poder concedente, a extinção do contrato por

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

239

(FGV / OAB / VIII EXAME)



- a) caducidade.
- b) encampação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

240

(FGV / OAB / VIII EXAME)



c) anulação .

d) revogação .

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

241

(FGV / OAB / VIII EXAME)



a) caducidade .

b) encampação .

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

242

(FGV / OAB / IV EXAME)



Ao tomar conhecimento de que o serviço público de transporte aquaviário concedido estava sendo prestado de forma inadequada, causando gravíssimos transtornos aos usuários, o ente público, na qualidade de poder concedente,

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

243

(FGV / OAB / IV EXAME)



instaurou regular processo administrativo de verificação da inadimplência da concessionária, assegurando-lhe o contraditório e a ampla defesa. Ao final do processo administrativo, restou efetivamente comprovada a inadimplência, e o poder concedente deseja extinguir a concessão por inexecução contratual.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

244

(FGV / OAB / IV EXAME)



Qual é a modalidade de extinção da concessão a ser observada no caso narrado?

a) Encampação.

Deserto Administrativo
Prof. Igor Maciel

245

(FGV / OAB / IV EXAME)



b) Caducidade.

c) Rescisão.

d) Anulação.

Deserto Administrativo
Prof. Igor Maciel

246

(FGV / OAB / IV EXAME)



b) Caducidade.

c) Rescisão.

d) Anulação.

Deserto Adm. Institucional
Prof. Igor Maciel

247

(FGV / OAB / II EXAME)



Uma determinada empresa concessionária transfere o seu controle acionário para uma outra empresa privada, sem notificar, previamente, o Poder concedente, parte no contrato de concessão

Deserto Adm. Institucional
Prof. Igor Maciel

248

(FGV / OAB / IIEXAME)



Assinale a alternativa que indique a medida que o Poder concedente poderá tomar, se não restarem atendidas as mesmas exigências técnicas, de idoneidade financeira e regularidade jurídica por esta nova empresa.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

249

(FGV / OAB / IIEXAME)



a) Poderá o Poder concedente declarar a caducidade da concessão, tendo em vista o caráter intuitu personae do contrato de concessão.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

250

(FGV / OAB / IIEXAME)



b) Poderá retomar o serviço, por motivo de interesse público, através da encampação, autorizada por lei específica, após prévio pagamento da indenização.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

251

(FGV / OAB / IIEXAME)



c) Poderá o Poder concedente anular o contrato de concessão, através de decisão administrativa, uma vez que a transferência acionária da empresa concessionária sem a notificação prévia ao Poder concedente gera irregularidade, insusceptível de convalidação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

252

(FGV / OAB / IIEXAME)



d) Nada poderá fazer o Poder concedente, uma vez que a empresa concessionária, apesar da alteração societária, não desnaturaliza o caráter *intuitu personae* do contrato de concessão.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Azeiteiro

253

(FGV / OAB / IIEXAME)



a) Poderá o Poder concedente declarar a caducidade da concessão, tendo em vista o caráter *intuitu personae* do contrato de concessão.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Azeiteiro

254

(FGV / OAB / XVI EXAME)



Após fortes chuvas, devido ao enorme volume de água, parte de uma rodovia federal sofreu rachaduras e cedeu, tornando necessária a interdição da pista e o desvio do fluxo de tráfego até a conclusão das obras de reparo.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

255

(FGV / OAB / XVI EXAME)



A exploração da rodovia havia sido concedida, mediante licitação, à sociedade em presença "Tráfega", e esta não foi capaz de lidar com a situação, razão pela qual foi decretada a intervenção na concessão.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

256

(FGV / OAB / XVI EXAME)



Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

a) A intervenção som ente pode ser decretada após a conclusão de processo administrativo em que seja assegurada a ampla defesa.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

257

(FGV / OAB / XVI EXAME)



b) A administração do serviço será devolvida à concessionária, cessada a intervenção, se não forextinta a concessão.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

258

(FGV / OAB / XVI EXAME)



c) A intervenção decorre da supremacia do interesse público sobre o privado e dispensa a instauração de processo administrativo.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

259

(FGV / OAB / XVI EXAME)



d) A intervenção é causa obrigatória de extinção da concessão e assunção do serviço pelo poder concedente.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

260

(FGV / OAB / XVI EXAME)



b) A administração do serviço será devolvida à concessionária, cessada a intervenção, se não for extinta a concessão.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

261

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



O Município Alfapneja estabelecerá uma parceria público-privada para a construção e operação do metrô, cujo contrato terá vigência de trinta e cinco anos.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

262

(FGV / OAB / XXIX EXAME)

Com o a receita com a venda das passagens é inferior ao custo de implantação/operação do serviço, o ente local aportará recursos com o com plenação da remuneração do parceiro privado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

263

(FGV / OAB / XXIX EXAME)

Sobre a questão, assinale a afirmativa correta.

a) Com o parceiro privado será remunerado pela tarifa do serviço de transporte e por uma contrapartida do poder público, a concessão será celebrada na modalidade administrativa.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

264

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



b) A contrapartida do parceiro público somente pode se dar em dinheiro, não sendo permitido qualquer outro mecanismo, a exemplo da outorga de direitos em face da Administração Pública.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

265

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



c) A vigência do futuro contrato é adequada, mas, por se tratar de negócio com duração de trinta e cinco anos, não poderá haver prorrogação contratual.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

266

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



d) Independentemente da proporção da contrapartida do parceiro público frente ao total da receita auferida pelo parceiro privado, não haverá necessidade de autorização legislativa específica.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

267

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



c) A vigência do futuro contrato é adequada, mas, por se tratar de negócio com duração de trinta e cinco anos, não poderá haver prorrogação contratual.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

268

(FGV / OAB / XXIV EXAME)

Um Estado da Federação lançou um grande programa de concessões com o fim de fomentar investimentos, diante das dificuldades financeiras que vem passando.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

269

(FGV / OAB / XXIV EXAME)

Por meio desse programa, ele pretende executar obras de interesse da população e ceder espaços públicos para a gestão da iniciativa privada. Com o fim desse programa, lançou edital para restaurar um complexo esportivo com estádio de futebol, ginásio de esportes, parque aquático e quadras poliesportivas.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

270

(FGV / OAB / XXIV EXAME)



Diante da situação acima, assinale a afirmativa correta.

Discente Administrativo
Prof. Igor Maciel

271

(FGV / OAB / XXIV EXAME)



a) O Estado pode optar por celebrar uma parceria público-privada na modalidade de concessão patrocinada, desde que o contrato tenha valor igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e que as receitas decorrentes da exploração dos serviços não sejam suficientes para remunerar o particular.

Discente Administrativo
Prof. Igor Maciel

272

(FGV / OAB / XXIV EXAME)

b) A constituição de sociedade de propósito específico - SPE, sociedade em presária dotada de personalidade jurídica e incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria, deve ocorrer após a celebração de um contrato de PPP.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

273

(FGV / OAB / XXIV EXAME)

c) O contrato deverá prever o pagamento de remuneração fixa vinculada ao desempenho do parceiro privado, segundo metas e padrões de qualidade e disponibilidade nele definidos.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

274

(FGV / OAB / XXIV EXAME)

d) A contraprestação do Estado deverá ser obrigatoriamente precedida da disponibilização do serviço que é objeto do contrato de parceria público-privada; dessa forma, não é possível o pagamento de contraprestação relativa à parcela fruível do serviço contratado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

275

(FGV / OAB / XXIV EXAME)

a) O Estado pode optar por celebrar uma parceria público-privada na modalidade de concessão patrocinada, desde que o contrato tenha valor igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e que as receitas decorrentes da exploração dos serviços não sejam suficientes para remunerar o particular.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

276

(FGV / OAB / XXI EXAME)



Uma autarquia federal divulgou edital de licitação para a concessão da exploração de uma rodovia que interliga diversos Estados da Federação. A exploração do serviço será precedida de obras de duplicação da rodovia.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

277

(FGV / OAB / XXI EXAME)



Como o fluxo esperado de veículos não é suficiente para garantir, por meio do pedágio, a amortização dos investimentos e a remuneração do concessionário, haverá, adicionalmente à cobrança do pedágio, contraprestação pecuniária por parte do Poder Público.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

278

(FGV / OAB / XXI EXAME)

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) Trata-se de um exemplo de parceria público-privada, na modalidade concessão administrativa.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Acêl

279

(FGV / OAB / XXI EXAME)

- b) Trata-se de um consórcio público com personalidade de direito público entre a autarquia federal e a pessoa jurídica de direito privado.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Acêl

280

(FGV / OAB / XXI EXAME)



c) Trata-se de um exemplo de parceria público-privada, na modalidade concessão patrocinada.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Azeiteiro

281

(FGV / OAB / XXI EXAME)



d) Trata-se de um exemplo de consórcio público com personalidade jurídica de direito privado.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Azeiteiro

282

(FGV / OAB / XXI EXAME)



c) Trata-se de um exemplo de parceria público-privada, na modalidade concessão patrocinada.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

283

(FGV / OAB / XIX EXAME)



A União divulgou edital de licitação para a contratação de parceria público-privada, para a reforma e gestão de um presídio federal, na modalidade concessão administrativa.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

284

(FGV / OAB / XIX EXAME)



a) A concessão administrativa envolve, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

285

(FGV / OAB / XIX EXAME)



b) A contratação de parceria público-privada somente pode ser realizada para contratos com valor igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

286

(FGV / OAB / XIX EXAME)



c) Considerando se tratar de concessão administrativa, o prazo máximo de vigência do contrato é de 20 anos.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

287

(FGV / OAB / XIX EXAME)



d) Não é possível a contratação de parceria público-privada que envolva a execução de obra pública.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

288

(FGV / OAB / XIX EXAME)

b) A contratação de parceria público-privada somente pode ser realizada para contratos com valor igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

Deserto Administrativo
Prof. Igor Maciel

289

(FGV / OAB / IX EXAME)

Um estado da Federação, em processo de recuperação econômica, pretende restaurar o seu antigo Parque de Esportes, uma enorme área que concentra estádio de futebol, ginásio de esportes coletivos e parque aquático.

Deserto Administrativo
Prof. Igor Maciel

290

(FGV / OAB / IX EXAME)

Não dispondo de recursos para custear a totalidade da obra e nem tendo expertise para promover uma boa gestão do espaço, o Estado pretende firmar um contrato de parceria público-privada, nos moldes da Lei n.º 11.079/2004.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

291

(FGV / OAB / IX EXAME)

Sobre o instituto da Parceria Público-Privada, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

292

(FGV / OAB / IX EXAME)



a) As parcerias público-privadas têm natureza de convênio, e não de contrato, uma vez que o ente público e o ente particular conjugam esforços na realização de uma atividade de interesse público.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

293

(FGV / OAB / IX EXAME)



b) As parcerias público-privadas preveem que o ente público executará uma parcela do serviço ou obra, nunca inferior a 50%, e o particular restante do serviço ou obra.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

294

(FGV / OAB / IX EXAME)

c) As parcerias público-privadas não podem ter por objeto, exclusivamente, a execução de obra pública de restauração do Parque de Esportes.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

295

(FGV / OAB / IX EXAME)

d) As parcerias público-privadas remuneram o ente particular integralmente com o valor das tarifas cobradas dos usuários do serviço, sendo vedado ao ente público o custeio direto das atividades desenvolvidas pelo particular.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

296

(FGV / OAB / IX EXAME)



c) As parcerias público-privadas não podem ter por objeto, exclusivamente, a execução de obra pública de restauração do Parque de Esportes.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

297

(FGV / OAB / VI EXAME)



Em determinado contrato de concessão de serviços públicos patrocinada, foi acordado entre as partes que o poder concedente assumiria os riscos decorrentes de fato do príncipe e o concessionário aqueles que decorressem de caso fortuito ou força maior.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

298

(FGV / OAB / VIEXAM E)

De acordo com a legislação acerca da matéria, é possível afirmar que tal estipulação contratual é

Disco Administrativo
Prof. Igor Maciel

299

(FGV / OAB / VIEXAM E)

a) nula, pois o contrato não pode atribuir ao concessionário a responsabilidade por fatos imprevisíveis, cujos efeitos não era possível evitar ou prever. Assim, não havendo culpa, não é possível a atribuição, por contrato, de tal responsabilidade.

Disco Administrativo
Prof. Igor Maciel

300

(FGV / OAB / VIEXAME)



b) nula, pois em toda e qualquer concessão de serviço público, todos os riscos inerentes ao negócio são de responsabilidade do concessionário. Assim, a atribuição de responsabilidade ao concedente pelos riscos decorrentes de fato do príncipe viola a legislação acerca da matéria.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

301

(FGV / OAB / VIEXAME)



c) válida, pois a lei de parcerias público-privadas atribuiu ao contrato autonomia para definir a repartição de riscos entre as partes, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e área econômica extraordinária.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

302

(FGV / OAB / VIEXAM E)



d) válida, pois inerente ao princípio da autonomia contratual, que apenas veicula hipótese de repartição objetiva de riscos entre o Poder Público e o concessionário e que se encontra previsto na legislação pátria desde o advento da Lei 8.666/93.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

303

(FGV / OAB / VIEXAM E)



c) válida, pois a lei de parcerias público-privadas atribui ao contrato autonomia para definir a repartição de riscos entre as partes, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

304

(FGV / OAB / IV EXAME)



O contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva a execução de obra ou fornecimento e instalação de bens, denomina-se concessão

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

305

(FGV / OAB / IV EXAME)



a) com um .

b) patrocinada .

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

306

(FGV / OAB / IV EXAME)



c) administrativa.

d) de uso de bem público.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

307

(FGV / OAB / IV EXAME)



c) administrativa.

d) de uso de bem público.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

308

(FGV / OAB / XX EXAME)

O Estado Alfa e os Municípios Beta e Gamma, localizados naquele Estado, celebraram protocolo de intenções para a constituição de consórcio público para atuação na área de saneamento, dispondo que o consórcio teria personalidade jurídica de direito público.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

309

(FGV / OAB / XX EXAME)

No protocolo de intenções está prevista a outorga de concessão, permissão e autorização de serviços públicos pelo consórcio, além da possibilidade de promover desapropriações e instituir serviços.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

310

(FGV / OAB / XX EXAME)



Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

311

(FGV / OAB / XX EXAME)



a) O consórcio é ente desprovido de personalidade e, portanto, não é válida a previsão contida no protocolo de intenções.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

312

(FGV / OAB / XX EXAME)

 **Estratégia**
OAB

b) O consórcio em referência não poderá ser constituído sem a obrigatória participação da União entre os seus consorciados.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

313

(FGV / OAB / XX EXAME)

 **Estratégia**
OAB

c) Após a constituição do consórcio, poderá ele promover desapropriação, pois prevista no protocolo, mas a declaração de utilidade pública não pode ser feita pelo consórcio.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

314

(FGV / OAB / XX EXAME)



d) Com a assinatura do protocolo de intenções por todos os entes participantes, estará constituído o consórcio em referência.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

315

(FGV / OAB / XX EXAME)



c) Após a constituição do consórcio, poderá ele promover desapropriação, pois prevista no protocolo, mas a declaração de utilidade pública não pode ser feita pelo consórcio.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

316

(FGV / OAB / XIX EXAME)



O Estado X e os Municípios A, B e C subscreveram protocolo de intenções para a constituição de um consórcio com personalidade jurídica de direito privado para atuação na coleta, descarte e reciclagem de lixo produzido no limite territorial daqueles municípios.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

317

(FGV / OAB / XIX EXAME)



Com base no caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

318

(FGV / OAB / XIX EXAME)



a) Por se tratar de consórcio a ser constituído entre entes de hierarquias diversas, a saber, Estado e Municípios, é obrigatória a participação da União.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

319

(FGV / OAB / XIX EXAME)



b) O consórcio de direito privado a ser constituído pelo Estado e pelos Municípios não está alcançado pela exigência de prévia licitação para os contratos que vier a celebrar.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

320

(FGV / OAB / XIX EXAME)



c) O consórcio entre o Estado e os Municípios será constituído por contrato e adquirirá personalidade jurídica mediante o atendimento dos requisitos da legislação civil.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

321

(FGV / OAB / XIX EXAME)



d) Por se tratar de consórcio para atuação em área de relevante interesse coletivo, não se admite que seja constituído com personalidade de direito privado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

322

(FGV / OAB / XIX EXAME)



c) O consórcio entre o Estado e os Municípios será constituído por contrato e adquirirá personalidade jurídica mediante o atendimento dos requisitos da legislação civil.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

323

(FGV / OAB / XIII EXAME)



A União celebrou protocolo de intenções com o Estado A e os Municípios X, Y e Z do Estado B, todos em regiões de fronteira, para a constituição de um consórcio público na área de segurança pública.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

324

(FGV / OAB / XIII EXAME)



Considerando a disciplina legislativa acerca dos consórcios públicos, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

325

(FGV / OAB / XIII EXAME)



a) O consórcio público pode adquirir personalidade jurídica de direito público, constituindo-se em uma associação pública.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

326

(FGV / OAB / XIII EXAME)



b) O consórcio público representa uma união de esforços, não adquirindo personalidade jurídica própria.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

327

(FGV / OAB / XIII EXAME)



c) A União não pode constituir consórcio do qual façam parte Municípios não integrantes de Estado não conveniado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

328

(FGV / OAB / XIII EXAME)



d) O consórcio público adquire personalidade jurídica com a celebração do protocolo de intenções.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

329

(FGV / OAB / XIII EXAME)



a) O consórcio público pode adquirir personalidade jurídica de direito público, constituindo-se em uma associação pública.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

330

(FGV / OAB / XV EXAME)

Os municípios A, B e C formam o consórcio ABC, com personalidade jurídica de direito privado, para a realização de objetivos de interesse comum.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

331

(FGV / OAB / XV EXAME)

Para o desempenho das atividades, o consórcio pretende promover desapropriações, com vistas a obter terrenos, onde, futuramente, construirá casas populares com recursos transferidos pelo Governo Federal.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

332

(FGV / OAB / XV EXAME)

Considerando a disciplina legislativa acerca dos consórcios públicos, assinale a afirmativa correta.

- a) Os Municípios A, B e C não podem constituir consórcio que não se revista de personalidade jurídica de direito público.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

333

(FGV / OAB / XV EXAME)

- b) O consórcio público que tenha personalidade jurídica de direito privado, ainda que constituído por entes públicos, não pode promover desapropriações.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

334

(FGV / OAB / XV EXAME)

c) A União poderá firmar convênios com o consórcio ABC para fins de transferência voluntária de recursos.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

335

(FGV / OAB / XV EXAME)

d) Apenas os consórcios constituídos sob a forma de pessoas jurídicas de direito público podem receber recursos transferidos pela União.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

336

(FGV / OAB / XV EXAME)

d) Apenas os consórcios constituídos sob a forma de pessoas jurídicas de direito público podem receber recursos transferidos pela União.

Anulada

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

337

(FGV / OAB / VI EXAME)

Quatro municípios celebram um consórcio público para desenvolverem um projeto com um para o tratamento industrial de lixo coletado em suas respectivas áreas, criando uma pessoa jurídica para gerenciar as atividades do consórcio. À luz da legislação aplicável, assinale a alternativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

338

(FGV / OAB / VIEXAME)

a) Como se trata de atividade tipicamente estatal, essa pessoa jurídica administrativa deverá ser obrigatoriamente uma autarquia, criada por lei ou pelo município celebrante do pacto.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

339

(FGV / OAB / VIEXAME)

b) O ordenamento jurídico brasileiro admite, no caso, tanto a criação de uma pessoa jurídica de direito público (a chamada associação pública) quanto de direito privado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

340

(FGV / OAB / VIEXAME)



c) O ordenamento jurídico brasileiro não admite a criação de uma entidade desse tipo, pois as pessoas jurídicas integrantes da Administração Indireta são apenas as indicadas no art. 5º do Decreto-Lei 200/67.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

341

(FGV / OAB / VIEXAME)



d) A pessoa jurídica oriunda de um consórcio público não poderá ser, em hipótese alguma, uma pessoa jurídica de direito privado, pois isso não é admitido pela legislação aplicável.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

342

(FGV / OAB / VI EXAME)



b) O ordenamento jurídico brasileiro admite, no caso, tanto a criação de uma pessoa jurídica de direito público (a chamada associação pública) quanto de direito privado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

343

(FGV / OAB / IV EXAME)



A Lei 11.107, de 6 de abril de 2005, dispõe sobre normas gerais para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios contratarem consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum. A respeito do regime jurídico aplicável a tais consórcios públicos, assinale a alternativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

344

(FGV / OAB / IV EXAME)

a) É vedada a celebração de contrato de consórcio público cujo valor seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões) de reais.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

345

(FGV / OAB / IV EXAME)

b) Os consórcios públicos na área de saúde, em razão do regime de gestão associada, são dispensados de obedecer aos princípios que regulam o Sistema Único de Saúde.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

346

(FGV / OAB / IV EXAME)



c) É vedada a celebração de contrato de consórcio público para a prestação de serviços cujo período seja inferior a 5 (cinco) anos.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

347

(FGV / OAB / IV EXAME)



d) A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os municípios consorciados.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

348

(FGV / OAB / IV EXAME)



d) A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

349



350

(FGV / OAB / V EXAME)



De acordo com o critério da titularidade, consideram -se públicos os bens do domínio nacional pertencentes

a) às entidades da Administração Pública Direta e Indireta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

351

(FGV / OAB / V EXAME)



b) às entidades da Administração Pública Direta, às autarquias e às empresas públicas.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

352

(FGV / OAB / V EXAME)



c) às pessoas jurídicas de direito público interno e às pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

353

(FGV / OAB / V EXAME)



d) às pessoas jurídicas de direito público interno.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

354

(FGV / OAB / V EXAM E)



d) às pessoas jurídicas de direito público interno.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

355

(FGV / OAB / XVI EXAM E)



O prédio que abrigava a Biblioteca Pública do Município de Mohadinho foi parcialmente destruído em um incêndio, que aminou quase metade do acervo e prejudicou gravemente a estrutura do prédio. Os livros restantes já foram transferidos para uma nova sede.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

356

(FGV / OAB / XVI EXAME)



O Prefeito de M ohadinho pretende alienar o prédio antigo, ainda cheio de entulho e escombros.

Sobre o caso descrito, assinale a afirmativa correta.

Deserto Administrativo
Prof. Igor Maciel

357

(FGV / OAB / XVI EXAME)



a) Não é possível, no ordenamento jurídico atual, a alienação de bens públicos.

Deserto Administrativo
Prof. Igor Maciel

358

(FGV / OAB / XVI EXAME)



b) O antigo prédio da biblioteca, bem público de uso especial, somente pode ser alienado após ato formal de desafetação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

359

(FGV / OAB / XVI EXAME)



c) É possível a alienação do antigo prédio da biblioteca, por se tratar de bem público domínial.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

360

(FGV / OAB / XVI EXAME)



d) Por se tratar de um prédio com livre acesso do público em geral, trata-se de bem público de uso comum, insuscetível de alienação.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

361

(FGV / OAB / XVI EXAME)



c) É possível a alienação do antigo prédio da biblioteca, por se tratar de bem público dominical.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

362

(FGV / OAB / VII EXAME)



Sobre os bens públicos é correto afirmar que

a) os bens de uso especiais são passíveis de usucapão.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

363

(FGV / OAB / VII EXAME)



b) os bens de uso comum são passíveis de usucapão.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

364

(FGV / OAB / VII EXAME)



c) os bens de empresas públicas que desenvolvem atividades econômicas que não estejam afetados a prestação de serviços públicos são passíveis de usucapão.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

365

(FGV / OAB / VII EXAME)



d) nenhum bem que pertença à pessoa jurídica integrante da administração pública indireta é passível de usucapão.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

366

(FGV / OAB / VII EXAME)



c) os bens de empresas públicas que desenvolvem atividades econômicas que não estejam afetados a prestação de serviços públicos são passíveis de usucapão.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

367

(FGV / OAB / XXIV EXAME)



Determinado município é proprietário de um extenso lote localizado em área urbana, mas que não vem sendo utilizado pela Administração há anos. Em consequência do abandono, o imóvel foi ocupado por uma família de desempregados, que deu à área uma função social.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

368

(FGV / OAB / XXIV EXAME)



O poder público teve ciência do fato, mas, com o se tratava do final da gestão do então prefeito, não tomou qualquer medida para que o bem fosse desocupado. A situação perdurou mais de trinta anos, até que o município ajuizou a reintegração de posse.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

369

(FGV / OAB / XXIV EXAME)



Sobre a questão apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) O terreno não estava afetado a um fim público, razão pela qual pode ser adquirido por usucapão.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

370

(FGV / OAB / XXIV EXAME)



b) O terreno é insuscetível de aquisição por meio de usucapão, mesmo sendo um bem dominical.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

371

(FGV / OAB / XXIV EXAME)



c) O poder público municipal não poderá alienar a área em questão, dado que todos os bens públicos são inalienáveis.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

372

(FGV / OAB / XXIV EXAME)



d) O bem será classificado como de uso especial, caso haja a reintegração de posse e o município decida construir uma grande praça no local anteriormente ocupado pela família.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

373

(FGV / OAB / XXIV EXAME)



b) O terreno é insuscetível de aquisição por meio de usucapão, mesmo sendo um bem domínial.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

374

(FGV / OAB / VIEXAME)



A autorização de uso de bem público por particular caracteriza-se com o ato administrativo

a) discricionário e bilateral, ensejando indenização ao particular no caso de revogação pela administração.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

375

(FGV / OAB / VIEXAME)



b) unilateral, discricionário e precário, para atender interesse predominantemente particular.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

376

(FGV / OAB / VIEXAME)



c) bilateral e vinculado, efetivado mediante a celebração de um contrato com a administração pública, de forma a atender interesse eminentemente público.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

377

(FGV / OAB / VIEXAME)



d) discricionário e unilateral, empregado para atender a interesse predominantemente público, formalizado após a realização de licitação.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

378

(FGV / OAB / VIEXAM E)



b) unilateral, discricionário e precário, para atender interesse predominantemente particular.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

379



380

(FGV / OAB / IX EXAME)

Autarquia competente para a fiscalização de estabelecimentos comerciais que vendam gêneros alimentícios verifica que o maior supermercado do município estava com o funcionamento irregular, bem como vendia produtos com o prazo de validade vencido.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

381

(FGV / OAB / IX EXAME)

Além de todas as outras sanções cabíveis na espécie, a Autarquia aplicou multa ao estabelecimento. Com o objetivo de assegurar que a multa fosse paga, a Autarquia apreendeu produtos (dentro do prazo de validade) cujo valor fosse exatamente o valor da multa, e que tivessem proveito para a autarquia, com o água mineral, café e açúcar.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

382

(FGV / OAB / IX EXAME)



Com base na situação descrita, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

383

(FGV / OAB / IX EXAME)



a) A apreensão de bens com o objetivo de quitação de multa regularmente aplicada pela fiscalização é manifestação da autoexecutoriedade do poder de polícia, sendo legitimamente exercida pela Autarquia.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

384

(FGV / OAB / IX EXAME)



b) Não é cabível a apreensão de bens, neste caso, pois ela somente seria viável se a Administração tivesse feito pesquisa e constatado que os preços correspondem à média de mercado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

385

(FGV / OAB / IX EXAME)



c) A Administração goza da prerrogativa da autoexecutoriedade, mas a cobrança das multas aplicadas não pode se dar de maneira forçada, manual, devendo ser feita por meio de processo judicial, caso não ocorra o pagamento administrativo.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

386

(FGV / OAB / IX EXAME)



d) A apreensão de bens para quitação de multa pode se dar sobre produtos cuja validade está vencida ou, com o no caso, sobre produtos bons para consumo, e não pode ser questionada por se inserir no mérito do ato administrativo.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

387

(FGV / OAB / IX EXAME)



c) A Administração goza da prerrogativa da autoexecutoriedade, mas a cobrança das multas aplicadas não pode se dar de maneira forçada, manu militari, devendo ser feita por meio de processo judicial, caso não ocorra o pagamento administrativo.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

388

(FGV / OAB / IX EXAME)



Detem inada área de proteção ambiental, situada em encosta de morro, vinha sendo ocupada, há muitos anos, sem qualquer ato de autorização pelo Poder Público, por alguns particulares, que lá construían suas residências.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

389

(FGV / OAB / IX EXAME)



José, que desde jovem sofre de problemas respiratórios, agravados pela poluição dos grandes centros urbanos, postula, junto à Administração, licença para construir sua casa nessa área protegida, cercada de verde, na esperança de uma melhor qualidade de vida. A licença não é concedida.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

390

(FGV / OAB / IX EXAME)



Sobre o caso concreto, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

391

(FGV / OAB / IX EXAME)



a) A administração não pode ter comportamentos contraditórios, devendo conceder a licença a José, em nome da segurança jurídica e da confiança legítima, uma vez que há anos tolera ocupação na mesma área por outros particulares.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

392

(FGV / OAB / IX EXAME)



b) Ainda que não caiba falar em proibição de comportamento contraditório, o caso apresenta uma ponderação de valores, devendo ser priorizada a proteção a condições dignas de vida em detrimento da proteção ambiental.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

393

(FGV / OAB / IX EXAME)



c) O indeferimento por parte do Poder Público foi correto, considerando que a mera tolerância de condutas ilegais por parte da Administração não assegura que outro particular, invocando a isonomia, cometa as mesmas ilegalidades.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

394

(FGV / OAB / IX EXAME)



d) Os particulares que já tiverem construído suas casas na encosta protegida possuem direito subjetivo à obtenção de licença para a legalização de suas construções, já que a inação da Administração gerou legítima expectativa de habitação na localidade.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

395

(FGV / OAB / IX EXAME)



c) O indeferimento por parte do Poder Público foi correto, considerando que a mera tolerância de condutas ilegais por parte da Administração não assegura que outro particular, invocando a isonomia, cometa as mesmas ilegalidades.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

396

(FGV / OAB / VIEXAME)



A decisão tomada por uma das Câmaras do Conselho de Contribuintes de determinada Administração Estadual é considerada ato

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

397

(FGV / OAB / VIEXAME)



a) com posto, pois resulta da manifestação de mais de um agente público.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

398

(FGV / OAB / VIEXAME)



b) complexo, pois depende da manifestação de aprovação, com o relator, de outros agentes.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

399

(FGV / OAB / VIEXAME)



c) qualificado, pois importa na constituição da vontade da Administração quanto a matéria específica.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

400

(FGV / OAB / VIEXAME)



d) simples, pois resulta da manifestação de vontade de um órgão dotado de personalidade administrativa.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

401

(FGV / OAB / VIEXAME)



d) simples, pois resulta da manifestação de vontade de um órgão dotado de personalidade administrativa.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

402

(FGV / OAB / XXXI EXAME)



O tacílio, novo prefeito do Município Kappa, acredita que o controle interno é uma das principais ferramentas da função administrativa, razão pela qual determinou o levantamento de dados nos mais diversos setores da Administração local, a fim de apurar se os atos administrativos até então praticados continham vícios, bem como se ainda atendiam ao interesse público.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

403

(FGV / OAB / XXXI EXAME)



Diante dos resultados de talapuração, O tacílio deverá

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

404

(FGV / OAB / XXXI EXAME)



a) revogar os atos administrativos que contenham vícios insanáveis, ainda que com base em valores jurídicos abstratos.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Azeiteiro

405

(FGV / OAB / XXXI EXAME)



b) convalidar os atos administrativos que apresentem vícios sanáveis, mesmo que acarretem lesão ao interesse público.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Azeiteiro

406

(FGV / OAB / XXXI EXAME)



c) desconsiderar as circunstâncias jurídicas e administrativas que houvessem in posto, limitado ou condicionado a conduta do agente nas decisões sobre a regularidade de ato administrativo.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

407

(FGV / OAB / XXXI EXAME)



d) indicar, de modo expresso, as consequências jurídicas e administrativas da invalidação de ato administrativo.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

408

(FGV / OAB / XXXI EXAME)



d) indicar, de modo expresso, as consequências jurídicas e administrativas da invalidação de ato administrativo.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

409

(FGV / OAB / XII EXAME)



O Estado X concedeu a Fulano autorização para a prática de determinada atividade. Posteriormente, é editada lei vedando a realização daquela atividade. Diante do exposto, e considerando as formas de extinção dos atos administrativos, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

410

(FGV / OAB / XII EXAME)



a) Deve ser declarada a nulidade do ato em questão.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

411

(FGV / OAB / XII EXAME)



b) Deve ser declarada a caducidade do ato em questão.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

412

(FGV / OAB / XII EXAME)



c) O ato em questão deve ser cassado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

413

(FGV / OAB / XII EXAME)



d) O ato em questão deve ser revogado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

414

(FGV / OAB / XII EXAME)



b) Deve ser declarada a caducidade do ato em questão.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

415

(FGV / OAB / V EXAME)



A revogação representa uma das formas de extinção de um ato administrativo. Quanto a esse instituto, é correto afirmar que

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

416

(FGV / OAB / V EXAME)



a) pode se dar tanto em relação a atos viciados de ilegalidade ou não, desde que praticados dentro de uma competência discricionária.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

417

(FGV / OAB / V EXAME)



b) produz efeitos retroativos, retirando o ato do mundo, de forma a nunca ter existido.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

418

(FGV / OAB / V EXAME)



c) apenas pode se dar em relação aos atos válidos, praticados dentro de uma competência discricionária, produzindo efeitos ex tunc.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

419

(FGV / OAB / V EXAME)



d) pode se dar em relação aos atos vinculados ou discricionários, produzindo ora efeito ex tunc, ora efeito ex nunc.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

420

(FGV / OAB / V EXAME)



c) apenas pode se dar em relação aos atos válidos, praticados dentro de uma competência discricionária, produzindo efeitos ex nunc.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

421

(FGV / OAB / IV EXAME)



Em âmbito federal, o direito de a Administração Pública anular atos administrativos afetados de vício de ilegalidade, dos quais decorrem efeitos favoráveis para destinatários de boa-fé

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

422

(FGV / OAB / IV EXAME)



a) não se submete a prazo prescricional.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

423

(FGV / OAB / IV EXAME)



b) não se submete a prazo decadencial.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

424

(FGV / OAB / IV EXAME)



c) prescreve em 10 (dez) anos, contados da data em que praticado o ato.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

425

(FGV / OAB / IV EXAME)



d) decaiem 5 (cinco) anos, contados da data em que praticado o ato.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

426

(FGV / OAB / IV EXAME)



d) decaiem 5 (cinco) anos, contados da data em que praticado o ato.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

427

(FGV / OAB / XXX EXAME)



José, servidor público federal ocupante exclusivamente de cargo em comissão, foi exonerado, tendo a autoridade competente motivado o ato em reiterado descumprimento da carga horária de trabalho pelo servidor.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

428

(FGV / OAB / XXX EXAME)



José obteve, junto ao departamento de recursos humanos, documento oficial com extrato de seu ponto eletrônico, com provando o regular cumprimento de sua jornada de trabalho.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

429

(FGV / OAB / XXX EXAME)



Assim, o servidor buscou assistência jurídica junto a um advogado, que lhe informou corretamente, à luz do ordenamento jurídico, que

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

430

(FGV / OAB / XXX EXAME)



a) não é viável o ajuizamento de ação judicial visando a invalidar o ato de exoneração, eis que o próprio texto constitucional estabelece que cargo em comissão é de livre nomeação e exoneração pela autoridade competente, que não está vinculada ou limitada aos motivos expostos para a prática do ato administrativo.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

431

(FGV / OAB / XXX EXAME)



b) não é viável o ajuizamento de ação judicial visando a invalidar o ato de exoneração, eis que tal ato é classificado como vinculado, no que tange à liberdade de ação do administrador público, razão pela qual o Poder Judiciário não pode se insinuar no controle do mérito administrativo, sob pena de violação à separação dos Poderes.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

432

(FGV / OAB / XXX EXAME)



c) é viável o ajuizamento de ação judicial visando a invalidar o ato de exoneração, eis que, apesar de ser dispensável a motivação para o ato administrativo discricionário de exoneração, uma vez expostos os motivos que conduziram à prática do ato, estes passam a vincular a Administração Pública, em razão da teoria dos motivos determinantes.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

433

(FGV / OAB / XXX EXAME)



d) é viável o ajuizamento de ação judicial visando a invalidar o ato de exoneração, eis que, por se tratar de um ato administrativo vinculado, pode o Poder Judiciário proceder ao exame do mérito administrativo, a fim de aferir a conveniência e a oportunidade de manutenção do ato, em razão do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

434

(FGV / OAB / XXX EXAME)



c) é viável o ajuizamento de ação judicial visando a invalidar o ato de exoneração, eis que, apesar de ser dispensável a motivação para o ato administrativo discricionário de exoneração, uma vez expostos os motivos que conduziram à prática do ato, estes passam a vincular a Administração Pública, em razão da teoria dos motivos determinantes.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

435

(FGV / OAB / XIX EXAME)



A associação de moradores do Município F solicitou ao Poder Público municipal autorização para o fechamento da "rua de trás", por uma noite, para a realização de uma festa junina aberta ao público.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

436

(FGV / OAB / XIX EXAME)



O Município, entretanto, negou o pedido, ao fundamento de que aquela rua seria utilizada para sediar o encontro anual dos produtores de abóbora, a ser realizado no mesmo dia.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

437

(FGV / OAB / XIX EXAME)



Considerando que tal fundamentação não está correta, pois, antes da negativa do pedido da associação de moradores, o encontro dos produtores de abóbora havia sido transferido para o mês seguinte, conforme publicado na imprensa oficial, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

438

(FGV / OAB / XIX EXAME)



a) Mesmo diante do erro na fundamentação, o ato é válido, pois a autorização pleiteada é ato discricionário da Administração.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

439

(FGV / OAB / XIX EXAME)



b) Independentemente do erro na fundamentação, o ato é inválido, pois a autorização pleiteada é ato vinculado, não podendo a Administração indeferir.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

440

(FGV / OAB / XIX EXAME)



c) Diante do erro na fundamentação, o ato é inválido, uma vez que, pela teoria dos motivos determinantes, a validade do ato está ligada aos motivos indicados com o seu fundamento.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

441

(FGV / OAB / XIX EXAME)



d) Apesar do erro na fundamentação, o ato é válido, pois a autorização pleiteada é ato vinculado, não tendo a associação de moradores demonstrado o preenchimento dos requisitos.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

442

(FGV / OAB / XIX EXAME)



c) Diante do erro na fundamentação, o ato é inválido, uma vez que, pela teoria dos motivos determinantes, a validade do ato está ligada aos motivos indicados com o seu fundamento.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

443



444

(FGV / OAB / 2010 II EXAME)



No âmbito do Poder discricionário da Administração Pública, não se admite que o agente público administrativo exerça o Poder discricionário

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

445

(FGV / OAB / 2010 II EXAME)



a) quando estiver diante de conceitos legais e jurídicos parcialmente indeterminados, que se tornam determinados à luz do caso concreto e à luz das circunstâncias de fato.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

446

(FGV / OAB / 2010 II EXAME)



b) quando estiver diante de conceitos legais e jurídicos técnico-científicos, sendo, neste caso, limitado às escolhas técnicas, por óbvio possíveis.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

447

(FGV / OAB / 2010 II EXAME)



c) quando estiver diante de conceitos valorativos estabelecidos pela lei, que dependem de concretização pelas escolhas do agente, considerados o momento histórico e social.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

448

(FGV / OAB / 2010 II EXAM E)



d) em situações em que a redação da Lei se encontra insatisfatória ou ultrapassada.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Acêl

449

(FGV / OAB / 2010 II EXAM E)



d) em situações em que a redação da Lei se encontra insatisfatória ou ultrapassada.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Acêl

450

(FGV / OAB / XIX EXAME)



A pretexto de regulamentar a Lei n.º 8.987/1995, que dispõe sobre a concessão e a permissão de serviços públicos, o Presidente da República editou o Decreto XYZ, que estabelece diversas hipóteses de gratuidade para os serviços de transporte de passageiros.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

451

(FGV / OAB / XIX EXAME)



A respeito da possibilidade de controle do Decreto XYZ, expedido pelo chefe do Poder Executivo, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

452

(FGV / OAB / XIX EXAME)



a) Com o ato de natureza essencialmente política, o Decreto XYZ não está sujeito a qualquer forma de controle.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

453

(FGV / OAB / XIX EXAME)



b) Com o ato discricionário, o Decreto XYZ não está sujeito a qualquer forma de controle.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

454

(FGV / OAB / XIX EXAME)



c) Com o ato normativo **infralegal**, o Decreto XYZ está sujeito apenas ao controle pelo Poder Judiciário.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

455

(FGV / OAB / XIX EXAME)



d) Com o ato normativo **infralegal**, o Decreto XYZ sujeita-se ao controle judicial e ao controle legislativo.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

456

(FGV / OAB / XIX EXAME)

 **Estratégia**
OAB

d) Com o ato normativo *infralegal*, o Decreto XYZ sujeita-se ao controle judicial e ao controle legislativo.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

457

(FGV / OAB / XXIV EXAME)

 **Estratégia**
OAB

João foi aprovado em concurso público promovido pelo Estado Alpha para o cargo de analista de políticas públicas, tendo tomado posse no cargo, na classe inicial da respectiva carreira. O correto é que João é uma pessoa proativa e teve, com o gestor, excelentes experiências na iniciativa privada.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

458

(FGV / OAB / XXIV EXAME)



Em razão disso, ele decidiu que não deveria cumprir os comandos determinados por agentes superiores na estrutura administrativa, porque ele as considerava contrárias ao princípio da eficiência, apesar de serem ordens legais.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

459

(FGV / OAB / XXIV EXAME)



A partir do caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

460

(FGV / OAB / XXIV EXAME)



a) João possui total liberdade de atuação, não se submetendo a comandos superiores, em decorrência do princípio da eficiência.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

461

(FGV / OAB / XXIV EXAME)



b) A liberdade de atuação de João é pautada somente pelo princípio da legalidade, considerando que não existe escalonamento de competência no âmbito da Administração Pública.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

462

(FGV / OAB / XXIV EXAME)



c) João tem dever de obediência às ordens legais de seus superiores, em razão da relação de subordinação decorrente do poder hierárquico.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Azeiteiro

463

(FGV / OAB / XXIV EXAME)



d) As autoridades superiores somente podem realizar o controle finalístico das atividades de João, em razão da relação de vinculação estabelecida com os superiores hierárquicos.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Azeiteiro

464

(FGV / OAB / XXIV EXAME)



c) João tem dever de obediência às ordens legais de seus superiores, em razão da relação de subordinação decorrente do poder hierárquico.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

465

(FGV / OAB / XIII EXAME)



José da Silva é o chefe do Departamento de Pessoal de uma Secretaria de Estado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

466

(FGV / OAB / XIII EXAME)



Recentemente, José da Silva avocou a análise de determinada matéria, constante de processo administrativo inicialmente distribuído a João de Souza, seu subordinado, ao perceber que a questão era por demais complexa e não vinha sendo tratada com prioridade por aquele servidor.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

467

(FGV / OAB / XIII EXAME)



Ao assim agir, José da Silva fez uso

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

468

(FGV / OAB / XIII EXAME)



a) do poder hierárquico.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

469

(FGV / OAB / XIII EXAME)



b) do poder disciplinar.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

470

(FGV / OAB / XIII EXAME)



c) do poder discricionário.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

471

(FGV / OAB / XIII EXAME)



d) da teoria dos motivos determinantes.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

472

(FGV / OAB / XIII EXAME)



a) do poder hierárquico.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

473

(FGV / OAB / XXIV EXAME)



Um fiscal de posturas públicas municipais verifica que um restaurante continua cobrando, de forma irregular, mesadas para os seus clientes na calçada.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

474

(FGV / OAB / XXIV EXAME)



Depois de lavrar autos de infração com aplicação de multa por duas vezes, sem que a sociedade empresária tenha interposto recurso administrativo, o fiscal, ao verificar a situação, interdita o estabelecimento e apreende as mesas e cadeiras colocadas de forma irregular, com base na lei que regula o exercício do poder de polícia correspondente.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

475

(FGV / OAB / XXIV EXAME)



A partir da situação acima, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

476

(FGV / OAB / XXIV EXAME)



a) O fiscal atuou com desvio de poder, uma vez que o direito da sociedade em preséara de continuar funcionando é em anação do direito de liberdade constitucional, que só pode ser contrastado a partir de um provim ento jurisdicional.

Curso Adm inistrativo
Prof. Igor Maciel

477

(FGV / OAB / XXIV EXAME)



b) A prática irregular de ato autoexecutório pelo fiscal é clara, porque não hom enageou o princípio do contraditório e da ampla defesa ao não permitir à sociedade empresária, antes da apreensão, a possibilidade de produzir, em processo adm inistrativo específico, fatos e provas em seu favor.

Curso Adm inistrativo
Prof. Igor Maciel

478

(FGV / OAB / XXIV EXAME)



c) O ato praticado pelo fiscal está dentro da visão tradicional do exercício da polícia administrativa pelo Estado, que pode, em situações extremas, dentro dos limites da razoabilidade e da proporcionalidade, atuar de forma autoexecutória.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

479

(FGV / OAB / XXIV EXAME)



d) A atuação do fiscal é ilícita, porque os atos administrativos autoexecutórios, com o mencionado acima, exigem, necessariamente, autorização judicial prévia.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

480

(FGV / OAB / XXIV EXAME)



c) O ato praticado pelo fiscal está dentro da visão tradicional do exercício da polícia administrativa pelo Estado, que pode, em situações extremas, dentro dos limites da razoabilidade e da proporcionalidade, atuar de forma autoexecutória.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

481

(FGV / OAB / XVI EXAME)



Determinado município resolve aumentar a eficiência na aplicação das multas de trânsito. Após procedimento licitatório, contrata a sociedade empresária Cobra Tudo para instalar câmeras do tipo "radar", que fotografam infrações de trânsito, bem como disponibilizar agentes de trânsito para orientar os cidadãos e aplicar multas.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

482

(FGV / OAB / XVI EXAME)



A mesma sociedade em presária ainda ficará encarregada de criar um Conselho de Apreciação das multas, com o objetivo de analisar todas as infrações e julgar os recursos administrativos.

Sobre o caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

483

(FGV / OAB / XVI EXAME)



a) É possível a contratação de equipamentos eletrônicos de fiscalização, mas o poder decisório não pode ser transferido à empresa.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

484

(FGV / OAB / XVI EXAME)



b) Não é cabível a terceirização de qualquer dessas atividades, por se tratar de atividade-fim da Administração.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

485

(FGV / OAB / XVI EXAME)



c) A contratação é, a princípio, legal, mas somente permanecerá válida se o município com provar que a terceirização aumentou a eficiência da atividade.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

486

(FGV / OAB / XVI EXAME)



d) Não é possível delegar a instalação e gestão de câmeras do tipo "radar" à empresa contratada, mas é possível delegar a criação e gestão do Conselho de Avaliação de multas.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

487

(FGV / OAB / XVI EXAME)



a) É possível a contratação de equipamentos eletrônicos de fiscalização, mas o poder decisório não pode ser transferido à empresa.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

488

(FGV / OAB / XIV EXAME)



A Secretaria de Defesa do Meio Ambiente do Estado X lavrou auto de infração, cominando multa no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) à empresa Explora, em razão da instalação de uma saída de esgoto clandestina em uma lagoa naquele Estado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

489

(FGV / OAB / XIV EXAME)



A empresa não impugnou o auto de infração lavrado e não pagou a multa aplicada.

Considerando o exposto, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

490

(FGV / OAB / XIV EXAME)



a) A aplicação de penalidade representa exercício do poder disciplinar e autoriza a apreensão de bens para a quitação da dívida, em razão da executoriedade do ato.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

491

(FGV / OAB / XIV EXAME)



b) A aplicação de penalidade representa exercício do poder de polícia e autoriza a apreensão de bens para a quitação da dívida, em razão da executoriedade do ato.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

492

(FGV / OAB / XIV EXAME)



c) A aplicação de penalidade representa exercício do poder disciplinar, mas não autoriza a apreensão de bens para a quitação da dívida.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

493

(FGV / OAB / XIV EXAME)



d) A aplicação de penalidade representa exercício do poder de polícia, mas não autoriza a apreensão de bens para a quitação da dívida.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

494

(FGV / OAB / XIV EXAME)



d) A aplicação de penalidade representa exercício do poder de polícia, mas não autoriza a apreensão de bens para a quitação da dívida.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

495

(FGV / OAB / X EXAME)



Oscar é titular da propriedade de um terreno adjacente a uma creche particular. Aproveitando a expansão econômica da localidade, decidiu construir em seu terreno um grande galpão.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

496

(FGV / OAB / X EXAME)



Oscar iniciou as obras, sem solicitar à prefeitura do município "X" a necessária licença para construir, usando material de baixa qualidade. Ainda durante a construção, a diretora da creche notou que a estrutura não apresentava solidez e corria o risco de desabar sobre as crianças.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

497

(FGV / OAB / X EXAME)



Ao tomar conhecimento do fato, a prefeitura do município "X" inspecionou o imóvel e constatou a gravidade da situação. Após a devida notificação de Oscar, a estrutura foi demolida.

Assinale a afirmativa que indica o instituto do direito administrativo que autoriza a atitude do município "X".

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

498

(FGV / OAB / X EXAME)



a) Tom bamento.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

499

(FGV / OAB / X EXAME)



b) Poderde polícia.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

500

(FGV / OAB / X EXAME)



c) O cupação tem porâria.

Curso Adm. Inicial
Prof. Igor M. Azeiteiro

501

(FGV / OAB / X EXAME)



d) Desapropriação.

Curso Adm. Inicial
Prof. Igor M. Azeiteiro

502

(FGV / OAB / X EXAM E)



b) Poder de polícia.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

503

(FGV / OAB / XI EXAM E)



Atendendo a uma série de denúncias feitas por particulares, a Delegacia de Defesa do Consumidor (DECON) deflagra uma operação, visando a apurar as condições dos alimentos fornecidos em restaurantes da região central da capital.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

504

(FGV / OAB / XIEXAM E)



Logo na primeira inspeção, os fiscais constataram que o estoque de um restaurante tinha produtos com a validade vencida. Na inspeção das instalações da cozinha, apuraram que o espaço não tinha condições sanitárias mínimas para o manuseio de alimentos e o preparo de refeições.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

505

(FGV / OAB / XIEXAM E)



Os produtos vencidos foram apreendidos e o estabelecimento foi interditado, sem qualquer decisão prévia do Poder Judiciário. Assinale a alternativa que indica o atributo do poder de polícia que justifica as medidas tomadas pela DECON.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

506

(FGV / OAB / XIEXAME)



a) Coercibilidade.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

507

(FGV / OAB / XIEXAME)



b) Inexigibilidade.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

508

(FGV / OAB / XIEXAME)



c) Autoexecutoriedade.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

509

(FGV / OAB / XIEXAME)



d) Discricionariedade.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

510

(FGV / OAB / XI EXAME)



c) Autoexecutoriedade.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

511

(FGV / OAB / II EXAME)



O poder de polícia, conferindo a possibilidade de o Estado limitar o exercício da liberdade ou das faculdades de propriedade, em prol do interesse público

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

512

(FGV / OAB / IIEXAME)



a) gera a possibilidade de cobrança, com o contrapartida, de preço público.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

513

(FGV / OAB / IIEXAME)



b) se instrumentaliza sem preformeb de alvará de autorização.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

514

(FGV / OAB / IIEXAME)



c) afasta a razoabilidade, para atingir os seus objetivos maiores, em prol da predominância do interesse público.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

515

(FGV / OAB / IIEXAME)



d) deve ser exercido nos limites da lei, gerando a possibilidade de cobrança de taxa.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

516

(FGV / OAB / II EXAM E)



d) deve ser exercido nos limites da lei, gerando a possibilidade de cobrança de taxa.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

517

(FGV / OAB / XIX EXAM E)



Fulano, servidor público federal lotado em órgão da administração pública federal no Estado de São Paulo, contesta ordens do seu chefe imediato, alegando que são proibidas pela legislação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

518

(FGV / OAB / XIX EXAME)



A chefe, indignada com o que entende ser um ato de insubordinação, remove Fulano, contra a sua vontade, para órgão da administração pública federal no Distrito Federal, para exercer as mesmas funções, sendo certo que havia insuficiência de servidores em São Paulo, mas não no Distrito Federal.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

519

(FGV / OAB / XIX EXAME)



Considerando as normas de Direito Administrativo, assinale a afirmativa correta.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

520

(FGV / OAB / XIX EXAME)



a) A remoção de Fulano para o Distrito Federal é válida, porque configura ato arbitrário da Administração.

Distrito Administrativo
Prof. Igor Maciel

521

(FGV / OAB / XIX EXAME)



b) Não é cabível a remoção do servidor com finalidades punitivas, por se ter, em tal hipótese, desvio de finalidade.

Distrito Administrativo
Prof. Igor Maciel

522

(FGV / OAB / XIX EXAME)



c) A remoção pode ser feita, uma vez que Fulano não pautou sua conduta com base nos princípios e regras aplicáveis aos servidores públicos.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

523

(FGV / OAB / XIX EXAME)



d) O ato de insubordinação deveria ter sido constatado por meio de regular processo administrativo, ao fim do qual poderia ser aplicada a penalidade de remoção.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

524

(FGV / OAB / XIX EXAME)



b) Não é cabível a remoção do servidor com finalidades punitivas, por se ter, em tal hipótese, desvio de finalidade.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

525

(FGV / OAB / II EXAME)



A doutrina costuma afirmar que certas prerrogativas postas à Administração encerram verdadeiros poderes, que são irrenunciáveis e devem ser exercidos sempre que o interesse público clamarem. Portanto, são chamados poder-dever.

A esse respeito é correto afirmar que:

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

526

(FGV / OAB / IIEXAME)



a) o poder regulamentar é atribuído ao Conselho Federal e aos Conselhos Regionais, e permite, sem controvérsias, a edição de regulamentos autônomos e executórios.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

527

(FGV / OAB / IIEXAME)



b) o poder disciplinar importa à administração o dever de apurar infrações e aplicar penalidades, mesmo não havendo legislação prévia.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

528

(FGV / OAB / IIEXAME)



c) o poder de polícia se coloca discricionário, conferindo ao administrador limitada margem de opções quanto à sanção a ser, eventualmente, aplicada.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

529

(FGV / OAB / IIEXAME)



d) o poder hierárquico é inerente à ideia de verticalização administrativa, e revela as possibilidades de controlar atividades, delegar competência, avocar competências delegáveis e invalidar atos, dentre outros.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

530

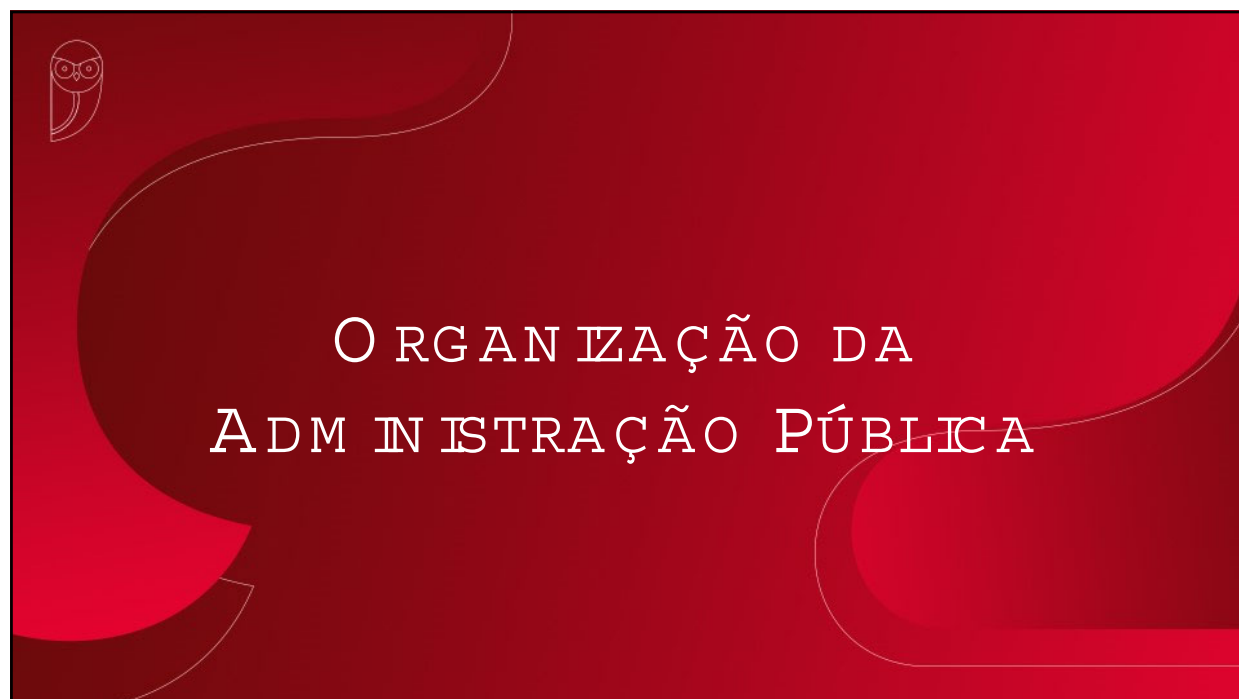
(FGV / OAB / IIEXAME)



d) o poder hierárquico é inerente à ideia de verticalização administrativa, e revela as possibilidades de controlar atividades, delegar competência, avocar competências delegáveis e invalidar atos, dentre outros.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

531



532

(FGV / OAB / V EXAME)



A estruturação da Administração traz a presença, necessária, de centros de competências denominados Órgãos Públicos ou, simplesmente, Órgãos. Quanto a estes, é correto afirmar que

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

533

(FGV / OAB / V EXAME)



a) possuem personalidade jurídica própria, respondendo diretamente por seus atos.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

534

(FGV / OAB / V EXAME)



b) suas atuações são imputadas às pessoas jurídicas a que pertencem .

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

535

(FGV / OAB / V EXAME)



c) não possuem cargos, apenas funções, e estas são criadas por atos normativos do ocupante do respectivo órgão .

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

536

(FGV / OAB / V EXAME)



d) não possuem cargos nem funções.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

537

(FGV / OAB / V EXAME)



b) suas atuações são imputadas às pessoas jurídicas a que pertencem .

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

538

(FGV / OAB / XXV II EXAM E)



No ano corrente, a União decidiu criar uma nova empresa pública, para a realização de atividades de relevante interesse econômico. Para tanto, fez editar a respectiva lei autorizativa e promoveu a inscrição dos respectivos atos constitutivos no registro competente.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

539

(FGV / OAB / XXV II EXAM E)



Após a devida estruturação, tal entidade administrativa está em vias de iniciar suas atividades.

Acerca dessa situação hipotética, na qualidade de advogado(a), assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

540

(FGV / OAB / XXV II EXAM E)

 **Estratégia**
OAB

a) A participação de outras pessoas de direito público interno, na constituição do capital social da entidade administrativa, é permitida, desde que a maioria do capital votante permaneça em propriedade da União.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Azeiteiro

541

(FGV / OAB / XXV II EXAM E)

 **Estratégia**
OAB

b) A União não poderá ter promovido a inscrição dos atos constitutivos no registro competente, na medida em que a criação de entidade administrativa decorre diretamente da lei.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Azeiteiro

542

(FGV / OAB / XXV II EXAM E)



c) A entidade administrativa em análise constitui uma pessoa jurídica de direito público, que não poderá contar com privilégios fiscais e trabalhistas.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

543

(FGV / OAB / XXV II EXAM E)



d) Os contratos com terceiros destinados à prestação de serviços para a entidade administrativa, em regra, não precisam ser precedidos de licitação.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

544

(FGV / OAB / XXV EXAME)



a) A participação de outras pessoas de direito público interno, na constituição do capital social da entidade administrativa, é permitida, desde que a maioria do capital votante permaneça em propriedade da União.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

545

(FGV / OAB / XXIII EXAME)



O Estado Alfa, mediante a respectiva autorização legislativa, constituiu uma sociedade de economia mista para o desenvolvimento de certa atividade econômica de relevante interesse coletivo.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

546

(FGV / OAB / XXIII EXAME)



Acerca do Regime de Pessoal de tal entidade, integrante da Administração Indireta, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

547

(FGV / OAB / XXIII EXAME)



a) Por se tratar de entidade administrativa que realiza atividade econômica, não será necessária a realização de concurso público para a admissão de pessoal, bastando processo seletivo simplificado, mediante análise de currículo.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

548

(FGV / OAB / XXIII EXAME)



b) É imprescindível a realização de concurso público para o provimento de cargos e empregos em tal entidade administrativa, certo que os servidores ou empregados regularmente nomeados poderão alcançar a estabilidade mediante o preenchimento dos requisitos estabelecidos na Constituição da República.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

549

(FGV / OAB / XXIII EXAME)



c) Deve ser realizado concurso público para a contratação de pessoal por tal entidade administrativa, e a remuneração a ser paga aos respectivos empregados não pode ultrapassar o teto remuneratório estabelecido na Constituição da República, caso sejam recebidos recursos do Estado Alfa para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

550

(FGV / OAB / XXIII EXAME)



d) A entidade administrativa poderá optar entre o regime estatutário e o regime de emprego público para a admissão de pessoal, mas, em qualquer dos casos, deverá realizar concurso público para a seleção de pessoal.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

551

(FGV / OAB / XXIII EXAME)



c) Deve ser realizado concurso público para a contratação de pessoal por tal entidade administrativa, e a remuneração a ser paga aos respectivos empregados não pode ultrapassar o teto remuneratório estabelecido na Constituição da República, caso sejam recebidos recursos do Estado Alfa para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

552

(FGV / OAB / XXI EXAME)



A sociedade "Limpatudo" S/A é empresa pública estadual destinada à prestação de serviços públicos de competência do respectivo ente federativo. Tal entidade administrativa foi condenada em vultosa quantia em dinheiro, por sentença transitada em julgado, em fase de cumprimento de sentença.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

553

(FGV / OAB / XXI EXAME)



Para que se cumpra o título condenatório, considerar-se-á que os bens da empresa pública são

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

554

(FGV / OAB / XXI EXAME)



a) inpenhoráveis, certo que são bens públicos, de acordo com o ordenamento jurídico pátrio.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Azeiteiro

555

(FGV / OAB / XXI EXAME)



b) privados, de modo que, em qualquer caso, estão sujeitos à penhora.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Azeiteiro

556

(FGV / OAB / XXI EXAME)



c) privados, mas, se necessários à prestação de serviços públicos, não podem ser penhorados.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

557

(FGV / OAB / XXI EXAME)



d) privados, mas são inpenhoráveis em decorrência da submissão ao regime de precatórios.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

558

(FGV / OAB / XXI EXAME)



c) privados, mas, se necessários à prestação de serviços públicos, não podem ser penhorados.

Curso Adm. Direito
Prof. Igor Maciel

559

(FGV / OAB / XVII EXAME)



Após autorização em lei, o Estado X constituiu empresa pública para atuação no setor bancário e creditício. Por não possuir, ainda, quadro de pessoal, foi iniciado concurso público com vistas à seleção de 150 empregados, entre economistas, administradores e advogados.

Curso Adm. Direito
Prof. Igor Maciel

560

(FGV / OAB / XVII EXAME)



A respeito da situação descrita, assinale a afirmativa correta.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

561

(FGV / OAB / XVII EXAME)



a) Não é possível a constituição de empresa pública para exploração direta de atividade econômica pelo Estado.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

562

(FGV / OAB / XVII EXAME)



b) A lei que autorizou a instituição da empresa pública é, obrigatoriamente, uma lei complementar, por exigência do texto constitucional.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

563

(FGV / OAB / XVII EXAME)



c) Após a Constituição de 1988, cabe às empresas públicas a prestação de serviços públicos e às sociedades de economia mista cabe a exploração de atividade econômica.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

564

(FGV / OAB / XVII EXAME)



d) A empresa pública que explore atividade econômica sujeita-se ao regime trabalhista próprio das empresas privadas, o que não afasta a exigência de concurso público.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

565

(FGV / OAB / XVII EXAME)



d) A empresa pública que explore atividade econômica sujeita-se ao regime trabalhista próprio das empresas privadas, o que não afasta a exigência de concurso público.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

566

(FGV / OAB / XVIII EXAME)



O Estado XYZ pretende criar uma nova universidade estadual sob a forma de fundação pública. Considerando que é intenção do Estado atribuir personalidade jurídica de direito público a tal fundação, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

567

(FGV / OAB / XVIII EXAME)



a) Tal fundação há de ser criada com o registro de seus atos constitutivos, após a edição de lei ordinária autorizando sua instituição.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

568

(FGV / OAB / XVIII EXAME)



b) Tal fundação há de ser criada por lei ordinária específica.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

569

(FGV / OAB / XVIII EXAME)



c) Não é possível a criação de uma fundação pública com personalidade jurídica de direito público.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

570

(FGV / OAB / XVIII EXAME)



d) Tal fundação há de ser criada por lei complementar específica.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

571

(FGV / OAB / XVIII EXAME)



b) Tal fundação há de ser criada por lei ordinária específica.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

572

(FGV / OAB / XV EXAME)



No Estado X, foi constituída autarquia para a gestão do regime próprio de previdência dos servidores estaduais.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

573

(FGV / OAB / XV EXAME)



A lei de constituição da entidade prevê a possibilidade de apresentação de recurso em face das decisões da autarquia, a ser dirigido à Secretaria de Administração do Estado (órgão a qual a autarquia está vinculada).

Sobre a situação descrita, assinale a opção correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

574

(FGV / OAB / XV EXAME)

 **Estratégia**
OAB

a) Não é possível a criação de autarquia para a gestão da previdência dos servidores, uma vez que se trata de atividade típica da Administração Pública.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

575

(FGV / OAB / XV EXAME)

 **Estratégia**
OAB

b) Não cabe recurso hierárquico impróprio em face das decisões da autarquia, uma vez que ela goza de autonomia técnica, administrativa e financeira.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

576

(FGV / OAB / XV EXAME)



c) A previsão de recurso dirigido à Secretaria de Administração do Estado (órgão ao qual a autarquia está vinculada) configura exemplo de recurso hierárquico próprio.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

577

(FGV / OAB / XV EXAME)



d) São válidas tanto a constituição da autarquia para a gestão do regime previdenciário quanto a previsão de cabimento do recurso ao órgão ao qual a autarquia está vinculada.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

578

(FGV / OAB / XV EXAME)



d) São válidas tanto a constituição da autarquia para a gestão do regime previdenciário quanto a previsão de cabimento do recurso ao órgão ao qual a autarquia está vinculada.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

579

(FGV / OAB / XV EXAME)



O Estado ABCD, com vistas à interbrazão e ao incremento das atividades econômicas, constituiu empresa pública para implantar distritos industriais, elaborar planos de ocupação e auxiliar em empresas interessadas na aquisição dessas áreas.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

580

(FGV / OAB / XV EXAME)



Considerando que esse objeto significa a exploração de atividade econômica pelo Estado, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

581

(FGV / OAB / XV EXAME)



a) Não é possível a exploração de atividade econômica por pessoa jurídica integrante da Administração direta ou indireta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

582

(FGV / OAB / XV EXAME)

 **Estratégia**
OAB

b) As pessoas jurídicas integrantes da Administração indireta não podem exercer atividade econômica.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

583

(FGV / OAB / XV EXAME)

 **Estratégia**
OAB

c) Dentre as figuras da Administração Pública indireta, apenas a autarquia pode desempenhar atividade econômica, na qualidade de agência reguladora.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

584

(FGV / OAB / XV EXAME)



d) A constituição de empresa pública para exercer atividade econômica é permitida quando necessária ao atendimento de relevante interesse coletivo.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

585

(FGV / OAB / XV EXAME)



d) A constituição de empresa pública para exercer atividade econômica é permitida quando necessária ao atendimento de relevante interesse coletivo.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

586

(FGV / OAB / VIII EXAME)



Quanto às pessoas jurídicas que compõem a Administração Indireta, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

587

(FGV / OAB / VIII EXAME)



a) As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

588

(FGV / OAB / VIII EXAME)



b) As autarquias são pessoas jurídicas de direito privado, autorizadas por lei.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

589

(FGV / OAB / VIII EXAME)



c) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

590

(FGV / OAB / VIII EXAME)



d) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado, criadas para o exercício de atividades típicas do Estado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

591

(FGV / OAB / VIII EXAME)



a) As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

592

(FGV / OAB / VIII EXAME)



O Presidente da República, considerando necessária a realização de diversas obras de infraestrutura, decide pela criação de uma nova Sociedade de Economia Federale e envia projeto de lei para o Congresso Nacional.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

593

(FGV / OAB / VIII EXAME)



Após a sua regular tramitação, o Congresso aprova a criação da Companhia "X".
Considerando a situação apresentada, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

594

(FGV / OAB / VIII EXAME)



a) A Companhia "X" poderá editar os decretos de utilidade pública das áreas que necessitam ser desapropriadas para consecução do objeto que justificou sua criação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

595

(FGV / OAB / VIII EXAME)



b) A Companhia "X" está sujeita à licitação e à contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

596

(FGV / OAB / VIII EXAME)



c) A Companhia "X" será necessariamente uma sociedade de propósito específico (SPE) e a maioria do capital social deverá ser pertencente à União.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

597

(FGV / OAB / VIII EXAME)



d) A Companhia "X" possui foro privilegiado e eventuais demandas judiciais correrão perante a Justiça Federal.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

598

(FGV / OAB / VIII EXAME)



b) A Companhia "X" está sujeita à licitação e à contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

599

(FGV / OAB / VII EXAME)



Em relação às entidades que compõem a administração indireta, assinale a alternativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

600

(FGV / OAB / VII EXAME)



a) Para a criação de autarquias, é necessária a edição de uma lei autorizativa e posterior registro de seus atos constitutivos no respectivo registro com o condição de sua existência.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

601

(FGV / OAB / VII EXAME)



b) Para criação de uma empresa pública, é necessária a edição de uma lei específica sem a exigência de registro de seus atos constitutivos no respectivo registro por se tratar de uma pessoa jurídica de direito público.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

602

(FGV / OAB / VII EXAME)



c) Para criação de uma sociedade de economia mista, é necessária a edição de uma lei autorizativa e registro de seus atos constitutivos no respectivo registro por se tratar de uma pessoa jurídica de direito privado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

603

(FGV / OAB / VII EXAME)



d) Por serem pessoas jurídicas, todas necessitam ter seus respectivos atos constitutivos registrados no respectivo registro com o condição de sua existência.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

604

(FGV / OAB / VII EXAM E)



c) Para criação de uma sociedade de economia mista, é necessária a edição de uma lei autorizativa e registro de seus atos constitutivos no respectivo registro por se tratar de uma pessoa jurídica de direito privado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

605

(FGV / OAB / III EXAM E)



É correto afirmar que a desconcentração administrativa ocorre quando um ente político

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

606

(FGV / OAB / IIIEXAME)



a) cria, mediante lei, órgãos internos em sua própria estrutura para organizar a gestão administrativa.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

607

(FGV / OAB / IIIEXAME)



b) cria, por lei específica, uma nova pessoa jurídica de direito público para auxiliar a administração pública direta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

608

(FGV / OAB / IIIEXAME)



c) autoriza a criação, por lei e por prazo indeterminado, de uma nova pessoa jurídica de direito privado para auxiliar a administração pública.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

609

(FGV / OAB / IIIEXAME)



d) contrata, mediante concessão de serviço público, por prazo determinado, uma pessoa jurídica de direito público ou privado para desempenhar uma atividade típica da administração pública.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

610

(FGV / OAB / III EXAM E)



a) cria, mediante lei, órgãos internos em sua própria estrutura para organizar a gestão administrativa.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

611

(FGV / OAB / XV EXAM E)



O Governador do Estado Y criticou, por meio da imprensa, o Diretor-Presidente da Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transportes do Estado, autarquia estadual criada pela Lei nº 1234, alegando que aquela entidade, ao aplicar multas às empresas concessionárias por supostas falhas na prestação do serviço, "não estimula o empresário a investir no Estado".

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

612

(FGV / OAB / XVII EXAME)

 **Estratégia**
OAB

Ainda, por essa razão, o Governador anunciou, também pela imprensa, substituir o Diretor-Presidente da agência antes de expirado o prazo do mandato daquele dirigente.

Considerando o exposto, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

613

(FGV / OAB / XVII EXAME)

 **Estratégia**
OAB

a) A adoção do mandato fixo para os dirigentes de agências reguladoras contribuiu para a necessária autonomia da entidade, impedindo a livre exoneração pelo chefe do Poder Executivo.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

614

(FGV / OAB / XVII EXAME)



b) A agência reguladora, com o órgão da Administração Direta, submete-se ao poder disciplinar do chefe do Poder Executivo estadual.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

615

(FGV / OAB / XVII EXAME)



c) A agência reguladora possui personalidade jurídica própria, mas está sujeita, obrigatoriamente, ao poder hierárquico do chefe do Poder Executivo.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

616

(FGV / OAB / XVII EXAME)



d) Ainda que os dirigentes da agência reguladora exerçam mandato fixo, pode o chefe do Poder Executivo exonerá-los, por razões políticas não ligadas ao interesse público, caso discorde das decisões tomadas pela entidade.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

617

(FGV / OAB / XVII EXAME)



a) A adoção do mandato fixo para os dirigentes de agências reguladoras contribui para a necessária autonomia da entidade, impedindo a livre exoneração pelo chefe do Poder Executivo.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

618

(FGV / OAB / IIEXAME)



No Direito Público brasileiro, o grau de autonomia das Agências Reguladoras é definido por sua independência

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

619

(FGV / OAB / IIEXAME)



a) administrativa total e absoluta, uma vez que a Constituição da República de 1988 não lhes exige qualquer forma de submissão ou controle administrativo dos órgãos de cúpula do Poder Executivo.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

620

(FGV / OAB / IIEXAME)



b) administrativa mitigada, uma vez que a própria lei que cria cada uma das Agências Reguladoras define e regulamenta as relações de submissão e controle, fundado no poder de supervisão dos Ministérios a que cada uma se encontra vinculada, em razão da matéria, e na superintendência atribuída ao chefe do Poder Executivo, como o chefe superior da Administração Pública.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

621

(FGV / OAB / IIEXAME)



c) legislativa total e absoluta, visto que gozam de poder normativo regulamentar, não se sujeitando assim às leis em anadas pebs respectivos Poderes legislativos de cada ente da federação brasileira.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

622

(FGV / OAB / IIEXAME)



d) política decisória, pois não estão obrigadas a seguir as decisões de políticas públicas adotadas pelos Poderes do Estado (executivo e legislativo).

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

623

(FGV / OAB / IIEXAME)



b) administrativa criada, uma vez que a própria lei que cria cada uma das Agências Reguladoras define e regulamenta as relações de submissão e controle, fundado no poder de supervisão dos Ministérios a que cada uma se encontra vinculada, em razão da matéria, e na superintendência atribuída ao chefe do Poder Executivo, com o chefe superior da Administração Pública.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

624

(FGV / OAB / XXI EXAME)



A Associação Delta se dedica à promoção do voluntariado e foi qualificada como Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos - OSCIP, após o que formalizou termo de parceria com a União, por meio do qual recebeu recursos que aplicou integralmente na realização de suas atividades, inclusive na aquisição de um imóvel, que passou a ser sede da entidade.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

625

(FGV / OAB / XXI EXAME)



Com base nessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

626

(FGV / OAB / XXI EXAME)



a) A Associação não poderia ter sido qualificada com o OSCIP, considerando que o seu objeto é a promoção do voluntariado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

627

(FGV / OAB / XXI EXAME)



b) A qualificação com o OSCIP é ato discricionário da Administração Pública, que poderia indeferir, mesmo que preenchidos os requisitos legais.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

628

(FGV / OAB / XXI EXAME)



c) A qualificação com o OSCIP não autoriza o recebimento de recursos financeiros por meio de termo de parceria, mas somente mediante contrato de gestão.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

629

(FGV / OAB / XXI EXAME)



d) A Associação não tem liberdade para alienar livremente os bens adquiridos com recursos públicos provenientes de termo de parceria.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

630

(FGV / OAB / XXII EXAME)



d) A Associação não tem liberdade para alienar livremente os bens adquiridos com recursos públicos provenientes de termo de parceria.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

631

(FGV / OAB / XIV EXAME)



Numerosos professores, em recente reunião da categoria, queixaram-se da falta de interesse dos alunos pela cultura nacional. O Sindicato dos Professores de Colégios Particulares do Município X apresentou, então, um plano para ampliar o

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

632

(FGV / OAB / XIV EXAME)



acesso à cultura dos alunos com idade entre 10 e 18 anos, obterá qualificação de "Organização da Sociedade Civil de Interesse Público" (OSCIP) e celebrar um termo de parceria com a União, a fim de unir esforços no sentido de promover a cultura nacional.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

633

(FGV / OAB / XIV EXAME)



Considerando a proposta apresentada e a disciplina existente sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

634

(FGV / OAB / XIV EXAME)



a) O sindicato não pode se qualificar com o Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, uma vez que tal qualificação, de origem doutrinária, não tem amparo legal.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

635

(FGV / OAB / XIV EXAME)



b) O sindicato não pode se qualificar com o OSCIP, em virtude de vedação expressa da lei federal sobre o tema.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

636

(FGV / OAB / XIV EXAME)



c) O sindicato pode se qualificar com o OSCIP, uma vez que é uma entidade sem fins lucrativos e o objetivo pretendido é a promoção da cultura nacional.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

637

(FGV / OAB / XIV EXAME)



d) O sindicato pode se qualificar com o OSCIP, mas deve celebrar um contrato de gestão e não um termo de parceria com o poder público.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

638

(FGV / OAB / XIV EXAME)



b) O sindicato não pode se qualificar com o OSCIP, em virtude de vedação expressa da lei federal sobre o tema.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

639

(FGV / OAB / XV EXAME)



A ONG "Festivus", uma associação de caráter assistencial, qualificada com o Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), celebrou Termo de Parceria com a União e dela recebeu R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para execução de atividades de interesse público.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

640

(FGV / OAB / XV EXAME)



Uma revista de circulação nacional, entretanto, divulgou denúncias de desvio de recursos e de utilização da associação com o fim a de fraude.

Com base na hipótese apresentada, considerando a disciplina constitucional legal, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

641

(FGV / OAB / XV EXAME)



a) O Tribunal de Contas da União não tem competência para apurar eventual irregularidade, uma vez que se trata de pessoa jurídica de direito privado, não integrante da Administração Pública.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

642

(FGV / OAB / XV EXAME)



b) O Tribunal de Contas da União tem competência para apurar eventual irregularidade praticada pela OSCIP, por se tratar de pessoa jurídica integrante da administração indireta federal.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

643

(FGV / OAB / XV EXAME)



c) O Tribunal de Contas da União tem competência para apurar eventual irregularidade praticada pela OSCIP, por se tratar de recursos públicos federais.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

644

(FGV / OAB / XV EXAME)



d) O controle exercido sobre a utilização dos recursos repassados à OSCIP é realizado apenas pela própria Administração e pelo Ministério Público Federal.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

645

(FGV / OAB / XV EXAME)



c) O Tribunal de Contas da União tem competência para apurar eventual irregularidade praticada pela OSCIP, por se tratar de recursos públicos federais.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

646

(FGV / OAB / XIEXAME)

Determinada entidade de formação profissional, integrante dos chamados Serviços Sociais Autônomos (também conhecidos com o "Sistema S"), foi, recentemente, questionada sobre a realização de uma compra sem prévia licitação. Assinale a alternativa que indica a razão do questionamento.

Desato Administrativo
Prof. Igor Maciel

647

(FGV / OAB / XIEXAME)

a) Tais entidades, vinculadas aos chamados serviços sociais autônomos, integram a Administração Pública.

Desato Administrativo
Prof. Igor Maciel

648

(FGV / OAB / XIEXAME)



b) Tais entidades, apesar de não integrarem a Administração Pública, são dotadas de personalidade jurídica de direito público.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

649

(FGV / OAB / XIEXAME)



c) Tais entidades desempenham, por concessão, serviço público de interesse coletivo.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

650

(FGV / OAB / XIEXAM E)



d) Tais entidades são custeadas, em parte, com contribuições com pulsórias cobradas sobre a folha de salários.

Disco Administrativo
Prof. Igor Maciel

651

(FGV / OAB / XIEXAM E)



d) Tais entidades são custeadas, em parte, com contribuições com pulsórias cobradas sobre a folha de salários.

Disco Administrativo
Prof. Igor Maciel

652

(FGV / OAB / IV EXAME)



A qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCI) de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos previstos na respectiva lei é ato

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

653

(FGV / OAB / IV EXAME)



a) vinculado ao cumprimento dos requisitos estabelecidos em lei.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

654

(FGV / OAB / IV EXAME)



b) complexo, uma vez que somente se aperfeiçoa com a instituição do Termo de Parceria.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

655

(FGV / OAB / IV EXAME)



c) discricionário, uma vez que depende de avaliação administrativa quanto à sua conveniência e oportunidade.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

656

(FGV / OAB / IV EXAME)



d) com posto, subordinando-se à obrigação da Chefia do Poder Executivo.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

657

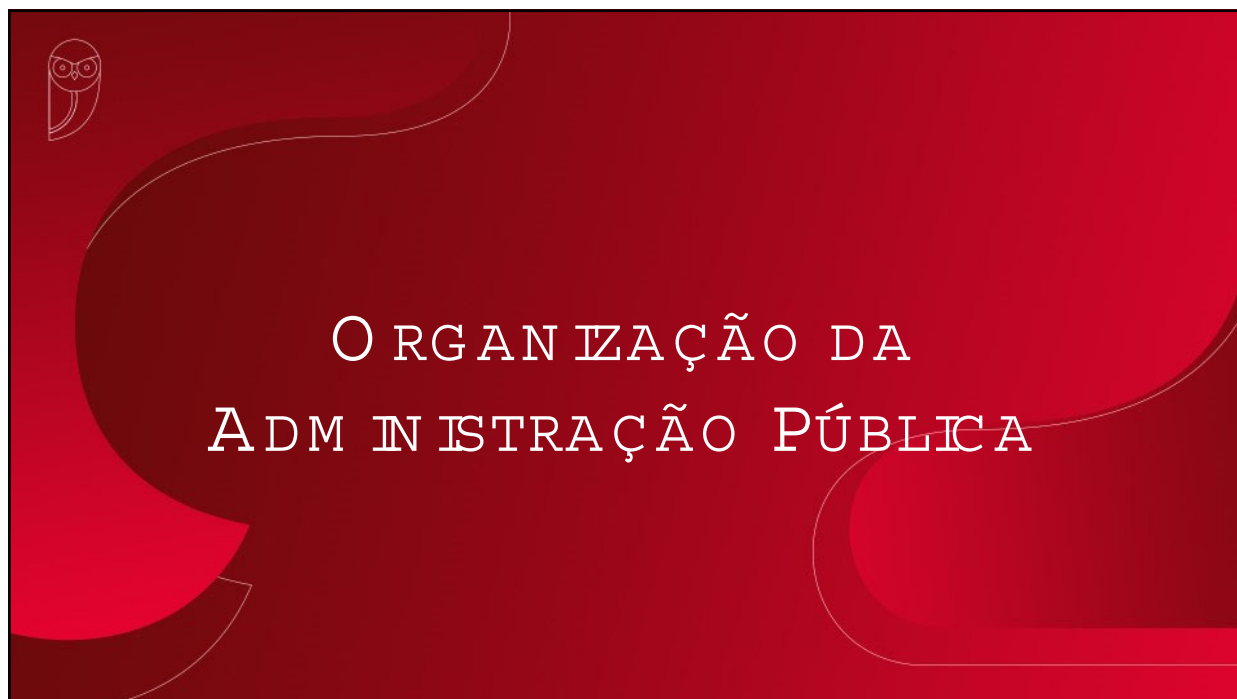
(FGV / OAB / IV EXAME)



a) vinculado ao cumprimento dos requisitos estabelecidos em lei.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

658



659

(FGV / OAB / XIV EXAME)

O Estado X está ampliando a sua rede de esgotamento sanitário. Para tanto, celebrou contrato de obra com a empresa "Enge-X-Sane", no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Desto Administrativo
Prof. Igor Maciel

Estratégia
OAB

660

(FGV / OAB / XIV EXAME)

A fim de permitir a conclusão das obras, com a extensão da rede de esgotamento a quatro comunidades carentes, o Estado celebrou termo aditivo com a referida empresa, no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), custeados com recursos transferidos pela União, mediante convênio, elevando, assim, o valor total do contrato para R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

661

(FGV / OAB / XIV EXAME)

Considerando que foram formuladas denúncias de sobrepreço ao Tribunal de Contas da União, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

662

(FGV / OAB / XIV EXAME)



a) O Tribunal de Contas da União não tem competência para apurar eventual irregularidade, uma vez que se trata de obra pública estadual, devendo o interessado formular denúncia ao Tribunal de Contas do Estado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

663

(FGV / OAB / XIV EXAME)



b) O Tribunal de Contas da União não tem competência para apurar eventual irregularidade, mas pode, de ofício, remeter os elementos da denúncia para o Tribunal de Contas do Estado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

664

(FGV / OAB / XIV EXAME)



c) O Tribunal de Contas da União é competente para fiscalizar a obra e pode determinar, diante de irregularidades, a imediata sustação da execução do contrato impugnado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

665

(FGV / OAB / XIV EXAME)



d) O Tribunal de Contas da União é competente para fiscalizar a obra e pode indicar prazo para que o órgão ou a entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

666

(FGV / OAB / XIV EXAME)



d) O Tribunal de Contas da União é competente para fiscalizar a obra e pode indicar prazo para que o órgão ou a entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

667

(FGV / OAB / IX EXAME)



As contas do Prefeito do Município X não foram aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado. Dentre outras irregularidades, apurou-se o superfaturamento em obras públicas.

Sobre o controle exercido pelas Cortes de Contas, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

668

(FGV / OAB / IX EXAME)



a) O parecer desfavorável emitido pelo Tribunal de Contas do Estado pode ser superado por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

669

(FGV / OAB / IX EXAME)



b) A atuação do Tribunal de Contas configura exemplo de controle interno dos atos da Administração Pública.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

670

(FGV / OAB / IX EXAME)



c) A atuação do Tribunal de Contas do estado somente será possível até que haja a criação de um Tribunal de Contas do Município, por lei com plenas prerrogativas do Prefeito.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

671

(FGV / OAB / IX EXAME)



d) As contas do Prefeito estarão sujeitas à atuação do Tribunal de Contas somente se houver previsão na Lei Orgânica do Município.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

672

(FGV / OAB / IX EXAME)



a) O parecer desfavorável emitido pelo Tribunal de Contas do Estado pode ser superado por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

673

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



Maria solicitou ao Município Alfa licença de localização e funcionamento para exercer determinada atividade empresarial, apresentando todos os documentos necessários para tanto. Contudo, transcorrido mais de um ano do mencionado pedido, não houve qualquer manifestação por parte da autoridade competente para sua apreciação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

674

(FGV / OAB / XXVI EXAME)

 **Estratégia**
OAB

Diante dessa situação, na qualidade de advogado, assinale a afirmativa que indica o procedimento correto.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

675

(FGV / OAB / XXVI EXAME)

 **Estratégia**
OAB

a) Não se pode adotar qualquer medida contra a inércia da autoridade competente, considerando que o princípio da razoável duração do processo não se aplica à via administrativa.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

676

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



b) Deve-se ajuizar uma ação popular contra a omissão da autoridade competente, diante do preenchimento dos respectivos requisitos e da violação ao princípio da impessoalidade.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

677

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



c) Deve-se impetrar mandado de segurança, uma vez que a omissão da autoridade competente para a expedição do ato de licença constitui abuso de poder.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

678

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



d) Deve-se impetrar habeas data diante da inércia administrativa, considerando que a omissão da autoridade competente viola o direito à informação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

679

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



c) Deve-se impetrar mandado de segurança, uma vez que a omissão da autoridade competente para a expedição do ato de licença constitui abuso de poder.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

680

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



Manoel da Silva é comerciante, proprietário de uma padaria e confeitaria de grande movimento na cidade ABCD. A fim de oferecer ao público um serviço diferenciado, Manoel formulou pedido administrativo de autorização de uso de bem público (calçada), para a colocação de mesas e cadeiras.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

681

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



Com a autorização concedida pelo Município, Manoel comprou mobiliário de alto padrão para colocá-lo na calçada, em frente ao seu estabelecimento. Uma semana depois, entretanto, a Prefeitura revogou a autorização, sem apresentar fundamentação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

682

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



A respeito do ato da prefeitura, que revogou a autorização, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

683

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



a) Por se tratar de ato administrativo discricionário, a autorização e sua revogação não podem ser investigadas na via judicial.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

684

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



b) Apesar de se tratar de ato administrativo discricionário, é admissível o controle judicial do ato.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

685

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



c) A autorização de uso de bem público é ato vinculado, de modo que, uma vez preenchidos os pressupostos, não poderia ser negado ao particular o direito ao seu uso, por meio da revogação do ato.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

686

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



d) A autorização de uso de bem público é ato discricionário, mas, uma vez deferido o uso ao particular, passa-se a estar diante de ato vinculado, que não admite revogação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

687

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



b) Apesar de se tratar de ato administrativo discricionário, é admissível o controle judicial do ato.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

688

(FGV / OAB / X EXAME)



Cristina, cidadã brasileira com prometida com a boa administração, descobre que determinada obra pública em sua cidade foi realizada em desacordo com as normas que regem as licitações públicas, com vistas a beneficiar um particular amigo do prefeito.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

689

(FGV / OAB / X EXAME)



De posse de cópias do processo administrativo que comprovam a situação, pretende ingressar com medida judicial para a proteção do patrimônio público.

Para combater tal situação, Cristina deverá

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

690

(FGV / OAB / X EXAME)



a) ingressar com ação civil pública, que é o meio apto a sanar a lesividade ao patrimônio público.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

691

(FGV / OAB / X EXAME)



b) propor ação penal privada subsidiária da pública para condenar o prefeito e o particular beneficiado e reparar os prejuízos causados aos cofres públicos.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

692

(FGV / OAB / X EXAME)



c) impetrar mandado de segurança coletivo para amparar direito líquido e certo seu e de todos os cidadãos aos princípios da legalidade e moralidade.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

693

(FGV / OAB / X EXAME)



d) ingressar com ação popular apta a proteger o patrimônio público indevidamente lesado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

694

(FGV / OAB / X EXAM E)



d) ingressar com ação popular apta a proteger o patrimônio público indevidamente lesado.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

695

(FGV / OAB / VIII EXAM E)



Com a finalidade de minimizar as consequências dos problemas de trânsito na cidade "X", o Prefeito estabeleceu, por meio de decreto de natureza genérica e abstrata, restrições à circulação de veículos na região central, proibindo a circulação de veículos

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

696

(FGV / OAB / VIII EXAME)



e as operações de carga e descarga no período compreendido entre 6h e 22h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, na área de abrangência especificada. Face a esse fato, a Associação Empresarial do ramo de transporte de mercadorias procura um advogado para orientá-la na proteção de seus interesses.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

697

(FGV / OAB / VIII EXAME)



Com base na hipótese apresentada, assinale a alternativa que indica a linha de atuação mais apropriada proposta pelo advogado.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

698

(FGV / OAB / VIII EXAME)



a) Impetração de mandado de segurança contra o Decreto, ao argumento de que faltaria ao Município com petência normativa para estabelecer a referida restrição.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

699

(FGV / OAB / VIII EXAME)



b) Ajuizamento de ação de conhecimento com pedido de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional com a finalidade de suspender os efeitos do Decreto, ao argumento de vício de razoabilidade/proportionalidade.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

700

(FGV / OAB / VIII EXAME)



c) Impetração de mandado de segurança contra o Decreto, ao argumento de vício de razoabilidade/proporcionalidade.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

701

(FGV / OAB / VIII EXAME)



d) Ajuizamento de ação de conhecimento com pedido de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional com a finalidade de suspender os efeitos do Decreto, ao argumento de que faltaria ao Município competência normativa para estabelecer a referida restrição.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

702

(FGV / OAB / VIII EXAME)



b) Ajuizamento de ação de conhecimento com pedido de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional com a finalidade de suspender os efeitos do Decreto, ao argumento de vício de razoabilidade/proportionalidade.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

703

(FGV / OAB / VI EXAME)



Durante competição esportiva (campeonato estadual de futebol), o clube "A" foi punido com a perda de um ponto em virtude de episódios de preconceito por parte de sua torcida. Com essa decisão de primeira instância da justiça desportiva, o clube "B" foi declarado campeão naquele ano.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

704

(FGV / OAB / VIEXAM E)



O clube "A" apresentou recurso contra a decisão de primeira instância. Antes mesmo do julgamento desse recurso, distribuiu ação ordinária perante a Justiça Estadual com o objetivo de reaver o ponto que lhe fora retirado pela Justiça arbitral. Diante de tal situação, é correto afirmar que

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

705

(FGV / OAB / VIEXAM E)



a) com o direito brasileiro adotou o sistema de jurisdição unitária, tendo o Poder Judiciário o monopólio da apreciação, com força de coisa julgada, de lesão ou ameaça a direito, é cabível a apreciação judicial dessa matéria a qualquer tempo.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

706

(FGV / OAB / VIEXAME)



b) as decisões da Justiça Desportiva são inquestionáveis na via judicial, uma vez que, no direito brasileiro, sistema pelo qual o Poder Judiciário somente pode decidir matérias para as quais não exista tribunal administrativo específico.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

707

(FGV / OAB / VIEXAME)



c) como regra, o ordenamento vigente adota o Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição (art. 5º, XXXV, da CRFB); todavia, as decisões da Justiça Desportiva consubstanciam exceção a essa regra, já que são insindicações na via judicial.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

708

(FGV / OAB / VIEXAME)



d) o Poder Judiciário pode rever decisões proferidas pela Justiça Desportiva; ainda assim, exige-se, anteriormente ao ajuizamento da ação cabível, o esgotamento da instância administrativa, por se tratar de exceção prevista na Constituição.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

709

(FGV / OAB / VIEXAME)



d) o Poder Judiciário pode rever decisões proferidas pela Justiça Desportiva; ainda assim, exige-se, anteriormente ao ajuizamento da ação cabível, o esgotamento da instância administrativa, por se tratar de exceção prevista na Constituição.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

710

(FGV / OAB / IIIEXAME)

O prefeito de um determinado município resolve, por decreto municipal, alterar unilateralmente as vias de transporte de ônibus municipais, modificando o que estava previsto nos contratos de concessão pública de transportes municipais válidos por vinte anos.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

711

(FGV / OAB / IIIEXAME)

O objetivo do prefeito foi favorecer duas empresas concessionárias específicas, com quem mantém ligações políticas e familiares, ao lhes conceder os trajetos e linhas mais rentáveis. As demais três empresas concessionárias que também exploram os serviços de transporte de ônibus no município por meio de contratos de concessão sentem-se prejudicadas.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

712

(FGV / OAB / IIIEXAME)



Na qualidade de advogado dessas últimas três empresas, qual deve ser a providência tomada?

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

713

(FGV / OAB / IIIEXAME)



a) Ingressar com ação judicial, com pedido de liminar para que o Poder Judiciário exerça o controle do ato administrativo expedido pelo prefeito e decreta a sua nulidade ou suspensão imediata, já que evidado de vício e nulidade, por configurar ato fraudulento e atentatório aos princípios que regem a Administração Pública.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

714

(FGV / OAB / IIIEXAME)



b) Ingressar com ação judicial, com pedido de indenização em face do Município pelos prejuízos de ordem financeira causados.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

715

(FGV / OAB / IIIEXAME)



c) Nenhuma medida merece ser tomada na hipótese, tendo em vista que um dos poderes conferidos à Administração Pública nos contratos de concessão é a modificação unilateral das suas cláusulas.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

716

(FGV / OAB / IIIEXAME)



d) Ingressar com ação judicial, com pedido para que os benefícios concedidos às duas primeiras empresas também sejam extensivos às três empresas clientes.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

717

(FGV / OAB / IIIEXAME)



a) Ingressar com ação judicial, com pedido de liminar para que o Poder Judiciário exerça o controle do ato administrativo expedido pelo prefeito e decrete a sua nulidade ou suspensão imediata, já que havido de vício e nulidade, por configurar ato fraudulento e atentatório aos princípios que regem a Administração Pública.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

718

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



Determinado jornal publicou a notícia de que, nos últimos dez anos, a mesma empreiteira (sociedade empresária Beta) venceu todas as grandes licitações promovidas pelo Ministério Alfa.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

719

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



A sociedade empresária Beta, ciente do risco de serem descobertos os pagamentos sistêmicos de propina a servidores públicos em troca de vantagens com petivas, resolve procurar as autoridades competentes para propor a celebração de acordo de leniência.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

720

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



Com base na hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

721

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



a) É requisito do acordo de leniência o compromisso da sociedade empresária de fazer cessar seu envolvimento na irregularidade investigada, qual seja, o pagamento de propina a servidores públicos em troca das vantagens com petivas.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

722

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



b) A assinatura do acordo de leniência está condicionada à efetiva colaboração da sociedade empresária na elucidação dos fatos, mas a pessoa jurídica não precisa indicar os agentes públicos receptores da propina.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

723

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



c) Para premiar a colaboração da sociedade empresária Beta, o poder público pode isentá-la do pagamento de multa pela prática de atos lesivos à Administração Pública.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

724

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



d) A proposta e os termos do acordo propriamente dito são sempre sigilosos, medida necessária para impedir que outras instituições públicas venham a utilizar as informações em prejuízo da sociedade em presária leniente.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

725

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



a) É requisito do acordo de leniência o compromisso da sociedade empresária de fazer cessar seu envolvimento na irregularidade investigada, qual seja, o pagamento de propina a servidores públicos em troca das vantagens com petivas.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

726



727

(FGV / OAB / XXIII EXAME)

O Ministério Público estadual ajuizou ação civil pública por improbidade em desfavor de Odorico, prefeito do Município Beta, perante o Juízo de 1º grau.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

Estratégia
OAB

728

(FGV / OAB / XXIII EXAME)



Após os devidos trâmites e do recebimento da inicial, surgiram provas contundentes de que Odorico se utilizava da máquina administrativa para intimidar servidores e prejudicar o andamento das investigações, razão pela qual o Juízo de 1º grau determinou o afastamento cautelar do chefe do Poder Executivo municipal pelo prazo de sessenta dias.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

729

(FGV / OAB / XXIII EXAME)



Nesse caso, o Juízo de 1º grau

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

730

(FGV / OAB / XXIII EXAME)



a) não poderia ter dado prosseguimento ao feito, na medida em que Odorico é agente político e, por isso, não responde com base na lei de improbidade, mas somente na esfera política, por crime de responsabilidade.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

731

(FGV / OAB / XXIII EXAME)



b) não tem competência para o julgamento da ação civil pública por improbidade ajuizada em face de Odorico, ainda que o agente tenha foro por prerrogativa junto ao respectivo Tribunal de Justiça estadual.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

732

(FGV / OAB / XXIII EXAME)



c) não poderia ter determinado o afastamento cautelar de Odorico, pois a perda da função pública só se efetiva com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

733

(FGV / OAB / XXIII EXAME)



d) agiu corretamente ao determinar o afastamento cautelar de Odorico, que, apesar de constituir medida excepcional, cabe quando o agente se utiliza da máquina administrativa para intimidar servidores e prejudicar o andamento do processo.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

734

(FGV / OAB / XXIII EXAME)



d) agiu corretamente ao determinar o afastamento cautelar de Odorico, que, apesar de constituir medida excepcional, cabe quando o agente se utiliza da máquina administrativa para intimidar servidores e prejudicar o andamento do processo.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

735

(FGV / OAB / XXIV EXAME)



Em ação civil pública por atos de improbidade que causaram prejuízo ao erário, ajuizada em desfavor de José, servidor público estadual estável, o Juízo de 1º grau, após os devidos trâmites, determinou a indisponibilidade de todos os bens do demandado, cujo patrimônio é superior aos danos e às demais imputações que constam na inicial.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

736

(FGV / OAB / XXIV EXAME)



Apresentado o recurso pertinente, observa-se que a aludida decisão

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

737

(FGV / OAB / XXIV EXAME)



a) não merece reforma, na medida em que José deve responder com todo o seu patrimônio, independentemente do prejuízo causado pelos atos de improbidade que lhe são imputados.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

738

(FGV / OAB / XXIV EXAME)



b) deve ser reformada, considerando que somente podem ser objeto da cautela os bens adquiridos depois da prática dos atos de improbidade imputados a José.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

739

(FGV / OAB / XXIV EXAME)



c) deve ser reformada, pois não é possível, por ausência de previsão legal, a determinação de tal medida cautelar em ações civis públicas por ato de improbidade.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

740

(FGV / OAB / XXIV EXAME)



d) deve ser reformada, porquanto a cautelar somente pode atingir tantos bens quantos bastassem para garantir as consequências financeiras dos atos de improbidade imputados a José.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

741

(FGV / OAB / XXIV EXAME)



d) deve ser reformada, porquanto a cautelar somente pode atingir tantos bens quantos bastassem para garantir as consequências financeiras dos atos de improbidade imputados a José.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

742

(FGV / OAB / XX EXAME)



Uma organização da sociedade civil recebeu recursos públicos para a execução de um projeto, em regime de colaboração com a Administração Pública.

A partir da hipótese apresentada, segundo a Lei de Improbidade Administrativa, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

743

(FGV / OAB / XX EXAME)



a) Uma organização da sociedade civil, que se qualifica com o entidade privada sem fins lucrativos, ao receber recursos públicos, inclusive sob a forma de auxílio ou subvenção, pode ser sujeito passivo de ato de improbidade administrativa.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

744

(FGV / OAB / XX EXAME)



b) Uma organização da sociedade civil, por ser entidade privada, não pode ser sujeito passivo de ato de improbidade administrativa.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

745

(FGV / OAB / XX EXAME)



c) Os atos praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de ente público, não se sujeitam às penalidades previstas na lei de improbidade administrativa.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

746

(FGV / OAB / XX EXAME)



d) Uma organização da sociedade civil, por ser entidade privada sem fins lucrativos, pode receber recursos públicos, razão pela qual não pode ser sujeito passivo de ato de improbidade administrativa.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Azeiteiro

747

(FGV / OAB / XX EXAME)



a) Uma organização da sociedade civil, que se qualifica com o entidade privada sem fins lucrativos, ao receber recursos públicos, inclusive sob a forma de auxílio ou subvenção, pode ser sujeito passivo de ato de improbidade administrativa.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Azeiteiro

748

(FGV / OAB / XX EXAME)

 **Estratégia**
OAB

O diretor-presidente de uma construtora foi procurado pelo gerente de licitações de uma empresa pública federal, que propôs a contratação direta de sua empresa, com dispensa de licitação, mediante o pagamento de uma "contribuição" de 2% (dois por cento) do valor do contrato, a ser depositado em uma conta no exterior.

Diretor Administrativo
Prof. Igor Maciel

749

(FGV / OAB / XX EXAME)

 **Estratégia**
OAB

Contudo, após consumado o acerto, foi ele descoberto e publicado em revista de grande circulação.

A respeito do caso descrito, assinale a afirmativa correta.

Diretor Administrativo
Prof. Igor Maciel

750

(FGV / OAB / XX EXAME)



a) Somente o gerente de licitações da empresa pública, agente público, está sujeito a eventual ação de improbidade administrativa.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

751

(FGV / OAB / XX EXAME)



b) Nem o diretor-presidente da construtora e nem o gerente de licitações da empresa pública, que não são agentes públicos, estão sujeitos a eventual ação de improbidade administrativa.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

752

(FGV / OAB / XX EXAME)



c) O diretor-presidente da construtora, beneficiário do esquema, está sujeito a eventual ação de improbidade, mas o gerente da empresa pública, por não ser servidor público, não está sujeito a punição.

Diretor Administrativo
Prof. Igor Maciel

753

(FGV / OAB / XX EXAME)



d) O diretor-presidente da construtora e o gerente de licitações da empresa pública estão sujeitos a eventual ação de improbidade administrativa.

Diretor Administrativo
Prof. Igor Maciel

754

(FGV / OAB / XX EXAME)



d) O diretor-presidente da construtora e o gerente de licitações da empresa pública estão sujeitos a eventual ação de improbidade administrativa.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Acêl

755

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



O Ministério Público ajuizou ação civil pública por improbidade em desfavor de Felipe dos Santos, servidor público federal estável, com fulcro no Art. 10, inciso IV, da Lei nº 8429/92.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Acêl

756

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



O servidor teria facilitado a alienação de bens públicos a certa sociedade em presária, alienação essa que, efetivamente, causou lesão ao erário, sendo certo que, nos autos do processo, restou demonstrado que o agente público não agiu com dolo, mas com culpa.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

757

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



Com base na hipótese apresentada, assinale a opção que está em consonância com a legislação de regência.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

758

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



a) Felipe não pode sofrer as sanções da lei de improbidade, pois todas as hipóteses capituladas na lei exigem o dolo específico para a sua caracterização.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Acêl

759

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



b) É passível a caracterização da prática de ato de improbidade administrativa por Felipe, pois a modalidade culposa é admitida para a conduta a ele imputada.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Acêl

760

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



c) Não é cabível a caracterização de ato de improbidade por Felipe, na medida em que apenas os atos que atentam contra os princípios da Administração Pública admitem a modalidade culposa.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

761

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



d) Felipe não praticou ato de improbidade, pois apenas os atos que importam em enriquecimento ilícito admitem a modalidade culposa.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

762

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



b) É passível a caracterização da prática de ato de improbidade administrativa por Felipe, pois a modalidade culposa é admitida para a conduta a ele imputada.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

763

(FGV / OAB / XXVIII EXAME)



A União celebrou convênio com o Município Alfa para a implantação de um sistema de esgotamento sanitário. O Governo Federal repassou recursos ao ente local, ficando o município encarregado da licitação e da contratação da sociedade em presença responsável pelas obras.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

764

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)



Após um certame conturbado, cercado de denúncias de favorecimento e conduzido sob a estreita supervisão do prefeito, sagrou-se vencedora a sociedade em presária Vale Tudo Ltda.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

765

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)



Em escutas telefônicas, devidamente autorizadas pelo Poder Judiciário, comprovou-se o direcionamento da licitação para favorecer a sociedade em presária Vale Tudo Ltda., que tem, com o sócios, os filhos do prefeito do Município Alfa.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

766

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)



Tendo sido feita perícia no orçamento, identificou-se superfaturamento no preço contratado.

Com base na situação narrada, assinale a afirmativa correta.

Deserto Administrativo
Prof. Igor Maciel

767

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)



a) Não compete ao Tribunal de Contas da União fiscalizar o emprego dos recursos em questão, pois, a partir do momento em que ocorre a transferência de titularidade dos valores, encerra-se a jurisdição da Corte de Contas Federal.

Deserto Administrativo
Prof. Igor Maciel

768

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)



b) O direcionamento da licitação constitui hipótese de frustração da licitude do certame, configurando ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública e, por isso, sujeita os agentes públicos somente à perda da função pública e ao pagamento de multa civil.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

769

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)



c) Apenas os agentes públicos estão sujeitos às ações de improbidade, de forma que terceiros, como é o caso da sociedade empresária Vale Tudo Ltda., não podem ser réus da ação judicial, por consequência, imunes à eventual condenação ao ressarcimento do erário causado pelo superfaturamento.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

770

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)



d) Por se tratar de ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário, os agentes públicos envolvidos e a sociedade em presária Vale Tudo Ltda. estão sujeitos ao integral ressarcimento do dano, sem prejuízo de outras medidas, com o a proibição de contratar com o Poder Público ou receber incentivos fiscais por um prazo determinado.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

771

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)



d) Por se tratar de ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário, os agentes públicos envolvidos e a sociedade em presária Vale Tudo Ltda. estão sujeitos ao integral ressarcimento do dano, sem prejuízo de outras medidas, com o a proibição de contratar com o Poder Público ou receber incentivos fiscais por um prazo determinado.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

772

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



Raul e Alberto inscreveram-se para participar de um concorrido concurso público. Como Raul estava mais preparado, combinaram que ele faria a prova rapidamente e, logo após, deixaria as respostas na lixeira do banheiro para que Alberto pudesse ter acesso a elas.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

773

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



A fraude só veio a ser descoberta após o ingresso de Raul e de Alberto no cargo, fato que ensejou o afastamento deles. Após rígida investigação policial e administrativa, não foi identificada, na época do certame, a participação de agentes públicos no esquema.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

774

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



Sobre os procedimentos de Raul e de Alberto, com base nas disposições da Lei de Improbidade Administrativa, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

775

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



a) Eles enriqueceram ilícitamente graças aos salários recebidos e, por isso, devem responder por ato de improbidade administrativa.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

776

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



b) Eles causaram prejuízo ao erário, consistente nos salários pagos indevidamente e, por isso, devem responder por ato de improbidade administrativa.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Azeiteiro

777

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



c) Eles frustraram a licitude de concurso público, atentando contra os princípios da Administração Pública, e, por isso, devem responder por ato de improbidade administrativa.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Azeiteiro

778

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



d) Eles não praticaram ato de improbidade administrativa, pois, no momento em que ocorreu a fraude no concurso público, não houve a participação de agentes públicos.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

779

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



d) Eles não praticaram ato de improbidade administrativa, pois, no momento em que ocorreu a fraude no concurso público, não houve a participação de agentes públicos.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

780

(FGV / OAB / XVIII EXAME)

O Ministério Público do Estado W ajuizou ação de improbidade administrativa contra um ex-governador, com fundamento no Art. 9º da Lei nº 8.429/1992 (ato de improbidade administrativa que importe enriquecimento ilícito),

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

781

(FGV / OAB / XVIII EXAME)

mesmo passados quase 3 (três) anos do término do mandato e 6 (seis) anos desde a suposta prática do ato de improbidade que lhe é atribuída.

Nesse caso,

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

782

(FGV / OAB / XVIII EXAME)



a) o ex-governador está sujeito, dentre outras sanções, à perda dos bens ou valores acrescidos ilícitamente ao patrimônio, ao ressarcimento integral do dano e à suspensão dos direitos políticos pelo período de oito a dez anos.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

783

(FGV / OAB / XVIII EXAME)



b) a ação de improbidade está fadada ao insucesso, tendo em vista que não podem ser réus de tal demanda aqueles que já não ocupam mandato eletivo e nem cargo, emprego ou função na Administração Pública.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

784

(FGV / OAB / XVIII EXAME)



c) a ação de improbidade está fadada ao insucesso, tendo em vista que já transcorreram mais de 3 (três) anos desde o término do exercício do mandato eletivo.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

785

(FGV / OAB / XVIII EXAME)



d) é imprescritível a ação de improbidade destinada à aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.429/1992, e, por essa razão, o ex-governador pode sofrer as consequências legais, mesmo após o término do seu mandato.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

786

(FGV / OAB / XVIII EXAME)



a) o ex-governador está sujeito, dentre outras sanções, à perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ao ressarcimento integral do dano e à suspensão dos direitos políticos pelo período de oito a dez anos.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

787

(FGV / OAB / XIII EXAME)



Após conclusão de licitação do tipo menor preço, conduzida por uma autarquia federal para a contratação de serviços de limpeza predial, sagrou-se vencedora a sociedade "LYM PA", que ofereceu a menor proposta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

788

(FGV / OAB / XIII EXAME)



O dirigente da autarquia, entretanto, deixou de adjudicar o objeto à sociedade vencedora e contratou com outra sociedade, pertencente ao seu gênero, para realizar o serviço por um preço mais baixo do que o oferecido pela sociedade vencedora.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

789

(FGV / OAB / XIII EXAME)



O Ministério Público ajuizou ação de improbidade contra o dirigente da autarquia.

A partir do caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

790

(FGV / OAB / XIII EXAME)



a) A improbidade administrativa não está configurada, uma vez que não restou configurado enriquecimento do agente público.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Acêl

791

(FGV / OAB / XIII EXAME)



b) O resultado da ação de improbidade dependerá da apuração financeira de eventual prejuízo aos cofres do ente público.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Acêl

792

(FGV / OAB / XIII EXAME)



c) A propositura da ação de improbidade é admissível, ainda que não haja prejuízo ao erário e nem enriquecimento do agente público.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

793

(FGV / OAB / XIII EXAME)



d) A ação de improbidade somente é aceita em relação aos atos expressamente tipificados na Lei nº 8.429/1992, o que não atinge a contratação direta sem licitação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

794

(FGV / OAB / XIII EXAME)



c) A propositura da ação de improbidade é admissível, ainda que não haja prejuízo ao erário e nem enriquecimento do agente público.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

795

(FGV / OAB / XIV EXAME)



Caio, chefe de gabinete do prefeito do município X, ocupante exclusivamente de cargo em comissão, conhecendo os planos concretos da prefeitura para levar asfalto, saneamento e outras intervenções urbanísticas a um bairro mais distante, revela a alguns construtores tal fato, levando-os a adquirir terrenos naquela localidade antes que ocorresse sua valorização imobiliária.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

796

(FGV / OAB / XIV EXAME)



Caio recusa, expressamente, todos os presentes enviados pelos construtores.

Sobre a situação hipotética descrita acima, assinale a opção correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

797

(FGV / OAB / XIV EXAME)



a) O ato de improbidade pode estar configurado com a mera comunicação, antes da divulgação oficial, da medida a ser adotada pela prefeitura, que valorizará determinados imóveis, ainda que não tenha havido qualquer vantagem para Caio.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

798

(FGV / OAB / XIV EXAME)



b) A configuração da improbidade administrativa depende, sempre, da existência de enriquecimento ilícito por parte de Cab ou de lesão ao erário, requisitos ausentes no caso concreto.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

799

(FGV / OAB / XIV EXAME)



c) Cab, caso venha a ser condenado criminalmente pela prática das condutas acima descritas, não poderá responder por improbidade administrativa, sob pena de haver bis in idem.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

800

(FGV / OAB / XIV EXAME)



d) Caio não responde por ato de improbidade, por não ser servidor de carreira; responde, todavia, por crime de responsabilidade, na qualidade de agente político, ocupante de cargo em comissão.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

801

(FGV / OAB / XIV EXAME)



a) O ato de improbidade pode estar configurado com a mera comunicação, antes da divulgação oficial, da medida a ser adotada pela prefeitura, que valorizará determinados imóveis, ainda que não tenha havido qualquer vantagem para Caio.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

802

(FGV / OAB / XXV EXAME)



Raimundo tomou-se prefeito de um pequeno município brasileiro. Seu mandato teve início em janeiro de 2009 e encerrou-se em dezembro de 2012. Em abril de 2010, sabendo que sua esposa estava grávida de gêmeos e que sua residência seria pequena para receber os novos filhos, Raimundo comprou um terreno e resolveu construir uma casa maior.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

803

(FGV / OAB / XXV EXAME)



No mesmo mês, com o orçamento familiar apertado, para não incorrer em novos custos, ele usou um trator de esteiras, de propriedade do município, para nivelar o terreno recém-adquirido.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

804

(FGV / OAB / XXV EXAME)



O Ministério Público teve ciência do fato em maio de 2015 e ajuizou, em setembro do mesmo ano, ação de improbidade administrativa contra Ramundo. Após análise da resposta preliminar, o juiz recebeu a ação e ordenou a citação do réu em dezembro de 2015.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

805

(FGV / OAB / XXV EXAME)



Considerando o enunciado da questão e a Lei de Improbidade Administrativa, em especial as disposições sobre prescrição, o prazo prescricional das eventuais sanções a serem aplicadas a Ramundo é de

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

806

(FGV / OAB / XXV EXAME)



a) cinco anos, tendo com o termo inicial a data da infração (abril de 2010); logo, com o a ação foi ajuizada em setembro de 2015, ocorreu a prescrição no caso concreto.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

807

(FGV / OAB / XXV EXAME)



b) três anos, tendo com o termo inicial a data em que os fatos se tomaram conhecidos pelo Ministério Público (maio de 2015); logo, com o a ação foi ajuizada em setembro de 2015, não ocorreu a prescrição no caso concreto.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

808

(FGV / OAB / XXV EXAME)



c) cinco anos, tendo com o termo inicial término do exercício do mandato (dezembro de 2012); logo, com a ação foi ajuizada em setembro de 2015, não ocorreu a prescrição no caso concreto.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

809

(FGV / OAB / XXV EXAME)



d) três anos, tendo com o termo inicial término do exercício do mandato (dezembro de 2012); logo, com a ação foi ajuizada em setembro de 2015, ocorreu a prescrição no caso concreto.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

810

(FGV / OAB / XXV EXAME)



c) cinco anos, tendo com o termo inicial o término do exercício do mandato (dezembro de 2012); logo, com o a ação foi ajuizada em setembro de 2015, não ocorreu a prescrição no caso concreto.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

811



812

(FGV / OAB / IX EXAME)



De acordo com o Art. 2º, inciso XIII, da Lei n. 9.784/98, a Administração deve buscar a interpretação da norma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada a aplicação retroativa da nova interpretação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

813

(FGV / OAB / IX EXAME)



Assinale a alternativa que indica o princípio consagrado por esse dispositivo, em sua parte final.


Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

814

(FGV / OAB / IX EXAME)

a) **Legalidade.**

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel




815

(FGV / OAB / IX EXAME)

b) **Eficiência.**

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel



816

(FGV / OAB / IX EXAME)



c) Moralidade.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

817

(FGV / OAB / IX EXAME)



d) Segurança das relações jurídicas.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

818

(FGV / OAB / IX EXAME)



d) Segurança das relações jurídicas.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

819

(FGV / OAB / XXIII EXAME)



Ao realizar uma auditoria interna, certa entidade administrativa federal, no exercício da autotutela, verificou a existência de um ato administrativo portador de vício insanável, que produz efeitos favoráveis para a sociedade Tudo Beleza S/A, a qual estava de boa fé. O ato foi praticado em 10 de fevereiro de 2012.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

820

(FGV / OAB / XXIII EXAME)



Em razão disso, em 17 de setembro de 2016, a entidade instaurou processo administrativo, que, após o exercício da ampla defesa e do contraditório, culminou na anulação do ato em 05 de junho de 2017.

Com relação ao transcurso do tempo na mencionada situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

821

(FGV / OAB / XXIII EXAME)



a) Não há decadência do direito de anular o ato eivado de vício, considerando que o processo que resultou na invalidação foi instaurado dentro do prazo de 5 (cinco) anos.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

822

(FGV / OAB / XXIII EXAME)



b) Consumou-se o prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o exercício do poder de polícia por parte da Administração Pública federal.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

823

(FGV / OAB / XXIII EXAME)



c) O transcurso do tempo não surte efeitos no caso em questão, considerando que a Administração pode anular seus atos viciados a qualquer tempo.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

824

(FGV / OAB / XXIII EXAME)



d) Consumou-se a decadência para o exercício da autotutela, pois, entre a prática do ato e a anulação, transcorreram mais de 5 (cinco) anos.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

825

(FGV / OAB / XXIII EXAME)



a) Não há decadência do direito de anular o ato eivado de vício, considerando que o processo que resultou na invalidação foi instaurado dentro do prazo de 5 (cinco) anos.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

826

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



Marcos, servidor do Poder Executivo federal, entende que completou os requisitos para a aposentadoria voluntária, razão pela qual requereu, administrativamente, a concessão do benefício ao órgão competente. O pedido foi negado pela Administração.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

827

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



Não satisfeito com a decisão, Marcos interpôs recurso administrativo.

Tendo o enunciado com o parâmetro e considerando o disposto na Lei nº 9.784/99, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

828

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



a) O recurso, salvo disposição legal diversa, tramitará por, no mínimo, três instâncias administrativas.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

829

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



b) O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, que, se não a reconsiderar, encaminhará o apelo à autoridade superior.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

830

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



c) O recurso e todos os atos subsequentes praticados pela Administração no âmbito do processo administrativo, em regra, devem apresentar forma determinada.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

831

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



d) Marcos somente poderá alegar questões de legalidade, com o a incompetência da autoridade que proferiu a decisão, não lhe sendo permitido solicitar o reexame do mérito da questão apreciada.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

832

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



b) O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, que, se não a reconsiderar, encaminhará o apelo à autoridade superior.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

833

(FGV / OAB / XII EXAME)



João é parte em processo administrativo federal regulado pela Lei n. 9.784/1999, no qual foi proferida decisão que rejeitou sua pretensão. João pretende recorrer dessa decisão. Acerca do caso apresentado, e observando o disposto na lei citada, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

834

(FGV / OAB / XII EXAME)

 **Estratégia**
OAB

a) O recurso de João deverá ser dirigido diretamente à autoridade hierarquicamente superior à autoridade que proferiu a decisão.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

835

(FGV / OAB / XII EXAME)

 **Estratégia**
OAB

b) O prazo para interposição de recurso administrativo, salvo disposição legal específica, é de trinta dias, contado a partir da ciência ou da divulgação oficial da decisão recorrida.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

836

(FGV / OAB / XII EXAME)

 **Estratégia**
OAB

c) A interposição de recurso administrativo depende do oferecimento de caução, salvo expressa dispensa legal.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

837

(FGV / OAB / XII EXAME)

 **Estratégia**
OAB

d) O não conhecimento do recurso não impedirá a Administração de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida a preclusão administrativa.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

838

(FGV / OAB / XII EXAME)



d) O não conhecimento do recurso não impedirá a Adm inistração de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida a preclusão adm inistrativa.

Curso Adm inistrativo
Prof. Igor Maciel

839

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



Luciana, imbuída de má-fé, falsificou documentos com a finalidade de se passar por filha de Astolfo (recentemente falecido, com quem ela não tinha qualquer parentesco), movida pela intenção de obter pensão por morte do pretense pai, que era servidor público federal.

Curso Adm inistrativo
Prof. Igor Maciel

840

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



Para tanto, apresentou os aludidos documentos forjados e logrou a concessão do benefício junto ao órgão de origem, em março de 2011, com registro no Tribunal de Contas da União, em julho de 2014.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

841

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



Contudo, em setembro de 2018, a administração verificou a fraude, por meio de processo administrativo em que ficou comprovada a má-fé de Luciana, após o devido processo legal. Sobre essa situação hipotética, no que concerne ao exercício da autotutela, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

842

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



a) A administração tem o poder-dever de anular a concessão do benefício diante da má-fé de Luciana, pois não ocorreu a decadência.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

843

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



b) O transcurso do prazo de mais de cinco anos da concessão da pensão junto ao órgão de origem importa na decadência do poder-dever da administração de anular a concessão do benefício.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

844

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



c) O controle realizado pelo Tribunal de Contas por meio do registro sana o vício do ato administrativo, de modo que a administração não mais pode exercer a autotutela.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

845

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



d) Ocorre a prescrição do poder-dever da administração de anular a concessão do benefício, na medida em que transcorrido o prazo de três anos do registro perante o Tribunal de Contas.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

846

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



a) A administração tem o poder-dever de anular a concessão do benefício diante da má-fé de Luciana, pois não ocorreu a decadência.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

847



848

(FGV / OAB / XXX EXAME)



A sociedade empresária Feliz S/A, após apresentar a melhor proposta em licitação para a contratação de obra de grande vulto, promovida por certa empresa pública federal, apresentou os documentos exigidos no edital e foi habilitada.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

849

(FGV / OAB / XXX EXAME)



Este último ato foi objeto de recurso administrativo, no qual restou provado que a mencionada licitante foi constituída para burlar a sanção que lhe fora aplicada, já que se constituía por transformação da sociedade empresária Alegre S/A, com os mesmos sócios e dirigentes, mesmo patrimônio, igual endereço e idêntico objeto social.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

850

(FGV / OAB / XXX EXAME)



A sociedade empresária Alegre S/A, em decorrência de escândalo que envolvia pagamento de propina e fraudes em licitações, foi penalizada em diversos processos administrativos. Após os trâmites previstos na Lei nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção Empresarial), diante do

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

851

(FGV / OAB / XXX EXAME)



reconhecimento de haver praticado atos lesivos à Administração Pública, ela foi penalizada com a aplicação de multa e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de quatro anos.

Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

852

(FGV / OAB / XXX EXAME)



a) A exclusão da sociedade empresária Feliz S/A da licitação em curso é legítima, pois, diante da transformação, subsiste a responsabilidade da sociedade Alegre S/A.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

853

(FGV / OAB / XXX EXAME)



b) O reconhecimento da responsabilização administrativa da sociedade empresária Alegre S/A, por ato lesivo contra a Administração Pública, dependia da comprovação do elemento subjetivo culpa.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

854

(FGV / OAB / XXX EXAME)



c) A penalização da sociedade em presária Alegre S/A impede a responsabilização individual de seus dirigentes; por isso, não pode ser estendida à sociedade Feliz S/A.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

855

(FGV / OAB / XXX EXAME)



d) A imposição da sanção de declaração de inidoneidade à sociedade em presária Alegre S/A deveria impedir a aplicação de multa por ato lesivo à Administração Pública pelos mesmos fatos, sob pena de bis in idem.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

856

(FGV / OAB / XXX EXAME)



a) A exclusão da sociedade em presária Feliz S/A da licitação em curso é legítima, pois, diante da transformação, subsiste a responsabilidade da sociedade Alegre S/A.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

857

(FGV / OAB / VIEXAME)



A licitação tem como um de seus princípios específicos o do julgamento objetivo, que significa

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

858

(FGV / OAB / VIEXAME)



a) a vedação de cláusulas ou condições que comprometam a ideia de proposta mais vantajosa à Administração.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

859

(FGV / OAB / VIEXAME)



b) a vedação ao sigilo das propostas, de forma a permitir a todos, antes do início da licitação, o conhecimento objetivo das ofertas dos licitantes.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

860

(FGV / OAB / VIEXAME)



c) ser vedada a utilização, no julgamento das propostas, de elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

861

(FGV / OAB / VIEXAME)



d) ser impositivo o julgamento célere e oral das propostas, a acarretar a imediata contratação do licitante vencedor.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

862

(FGV / OAB / VI EXAM E)



c) ser vedada a utilização, no julgamento das propostas, de elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

863

(FGV / OAB / IX EXAM E)



O Presidente de uma empresa pública estadual, ao assumir a gestão da entidade e realizar uma auditoria no seu patrimônio imobiliário, decide alienar um imóvel que se localiza em região extremamente valorizada. Além da demonstração do interesse público que a justifique, a alienação do referido imóvel depende de

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

864

(FGV / OAB / IX EXAME)



a) avaliação prévia e autorização legislativa.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

865

(FGV / OAB / IX EXAME)



b) autorização do Poder Executivo e registro no Tribunal de Contas do Estado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

866

(FGV / OAB / IX EXAME)



c) avaliação prévia e licitação na modalidade concorrência.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

867

(FGV / OAB / IX EXAME)



d) autorização legislativa e licitação na modalidade leilão.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

868

(FGV / OAB / IX EXAME)



c) avaliação prévia e licitação na modalidade concorrência.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

869

(FGV / OAB / XXX EXAME)



Determinado Estado da Federação passa por grave problema devido à superlotação de sua população carcerária, tendo os órgãos de inteligência estatal verificado a possibilidade de rebelião e fuga dos apenados.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

870

(FGV / OAB / XXX EXAME)



Visando ao atendimento do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e tendo em vista a configurada situação de grave e iminente risco à segurança pública, o ente federativo instaurou processo administrativo e, em seguida, procedeu à contratação, mediante inexigibilidade de licitação, de certa sociedade em presária para a

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

871

(FGV / OAB / XXX EXAME)



execução de obras de ampliação e reforma de seu principal estabelecimento penal.

Diante das disposições da Lei nº 8.666/93, no que tange à obrigatoriedade de licitação, o Estado contratante agiu

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

872

(FGV / OAB / XXX EXAME)



a) corretamente, diante da impossibilidade fática de licitação decorrente do iminente risco de rebelião e grave perturbação da ordem pública.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

873

(FGV / OAB / XXX EXAME)



b) corretamente, haja vista que, apesar de ser possível a licitação, seu demorado trâmite procedimental acarretaria risco à ordem social.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

874

(FGV / OAB / XXX EXAME)



c) erradamente, eis que as circunstâncias do caso concreto autorizariam a dispensa de licitação, observados os trâmites legais.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

875

(FGV / OAB / XXX EXAME)



d) erradamente, uma vez que a prévia licitação é obrigatória na espécie, diante das circunstâncias do caso concreto.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

876

(FGV / OAB / XXX EXAME)



c) erradamente, eis que as circunstâncias do caso concreto autorizariam a dispensa de licitação, observados os trâmites legais.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

877

(FGV / OAB / XVIII EXAME)



Após celebrar contrato de gestão com uma organização social, a União pretende celebrar, com a mesma organização, contrato de prestação de serviços para a realização de atividades contempladas no contrato de gestão.

Com base na hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

878

(FGV / OAB / XVIII EXAME)



a) É obrigatória a realização de licitação para a celebração do contrato de prestação de serviços.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

879

(FGV / OAB / XVIII EXAME)



b) É dispensável a realização de licitação para a celebração do contrato de prestação de serviços.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

880

(FGV / OAB / XVIII EXAME)



c) É inexigível a realização de licitação para a celebração do contrato de prestação de serviços.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

881

(FGV / OAB / XVIII EXAME)



d) Não é possível celebrar contrato de prestação de serviços com entidade qualificada com o organização social.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

882

(FGV / OAB / XVIII EXAME)



b) É dispensável a realização de licitação para a celebração do contrato de prestação de serviços.

Diário Administrativo
Prof. Igor Maciel

883

(FGV / OAB / XV EXAME)



Diante das chuvas torrenciais que destruíram o telhado do prédio de uma Secretaria de Estado, o administrador entende presentes as condições para a dispensa de licitação com fundamento no Art. 24, IV, da Lei nº 8.666/1993 (contratação direta quando caracterizada urgência).

Diário Administrativo
Prof. Igor Maciel

884

(FGV / OAB / XV EXAME)



de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares).

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

885

(FGV / OAB / XV EXAME)



Submete, então, à Assessoria Jurídica a indagação sobre a possibilidade de contratação de empresa de construção civil de renome nacional para a reconstrução da estrutura afetada do edifício.

Sobre as hipóteses de contratação direta, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

886

(FGV / OAB / XV EXAME)



a) As hipóteses de dispensa e inexistência de licitação não exigem justificativa de preço, porque são casos em que a própria legislação entende inconveniente ou inviável com petição pelas melhores condições de contratação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

887

(FGV / OAB / XV EXAME)



b) A dispensa de licitação, assim como a de inexistência, não prescinde de justificativa de preço, uma vez que a autorização legal para não licitar não significa possibilidade de contratação por preços superiores aos praticados no mercado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

888

(FGV / OAB / XV EXAME)



c) Apenas as hipóteses de dispensa de licitação (e não as situações de inexigibilidade) exigem justificativa de preço até porque a inexigibilidade significa que somente uma pessoa pode ser contratada, o que afasta possibilidade de discussão quanto ao preço.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

889

(FGV / OAB / XV EXAME)



d) A dispensa de licitação não exige justificativa de preço, pois a própria lei prevê, taxativamente, que não se faça licitação nas hipóteses elencadas; na inexigibilidade, a justificativa de preço é inafastável, diante do caráter exemplificativo do Art. 25 da Lei.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

890

(FGV / OAB / XV EXAME)



b) A dispensa de licitação, assim como a de inexigibilidade, não prescinde de justificativa de preço, uma vez que a autorização legal para não licitar não significa possibilidade de contratação por preços superiores aos praticados no mercado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

891

(FGV / OAB / XV EXAME)



A Agência Reguladora de Serviços Públicos autarquia do Estado ABC, identificou um imóvel, no centro da cidade XYZ (capital do Estado) capaz de receber as instalações de sua nova sede. O proprietário do imóvel, quando procurado, demonstrou interesse na sua alienação pelo preço de avaliação da Administração Pública.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

892

(FGV / OAB / XV EXAME)

 **Estratégia**
OAB

Considerando a disciplina legislativa a respeito do tema, assinale a opção correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

893

(FGV / OAB / XV EXAME)

 **Estratégia**
OAB

a) É possível a compra de bem imóvel pela Administração, dispensada a licitação no caso de as necessidades de instalação e localização condicionarem a sua escolha.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

894

(FGV / OAB / XV EXAME)



b) Não é possível a celebração de contrato de compra e venda, pois a única forma de aquisição de bem imóvel pelo Estado é a desapropriação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

895

(FGV / OAB / XV EXAME)



c) É possível a compra de bem imóvel pela Administração, mas a aquisição deve ser, obrigatoriamente, precedida de licitação, na modalidade de concorrência.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

896

(FGV / OAB / XV EXAME)



d) É possível a compra de bem móvel pela Administração, mas a aquisição deve ser, obrigatoriamente, precedida de licitação, na modalidade de leilão.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

897

(FGV / OAB / XV EXAME)



a) É possível a compra de bem móvel pela Administração, dispensada a licitação no caso de as necessidades de instalação e localização condicionarem a sua escolha.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

898

(FGV / OAB / X EXAME)



Nenhuma proposta foi apresentada na licitação promovida por uma autarquia federal para a aquisição de softwares de processamento de dados. Com relação a esse caso, assinale a afirmativa correta.

Discente Administrativo
Prof. Igor Maciel

899

(FGV / OAB / X EXAME)



a) Um novo procedimento licitatório deve ser realizado no prazo de até 180 dias do término do procedimento anterior.

Discente Administrativo
Prof. Igor Maciel

900

(FGV / OAB / X EXAME)



b) A hipótese é de licitação dispensada, ainda que ela possa ser repetida sem prejuízo para a Administração.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

901

(FGV / OAB / X EXAME)



c) A hipótese é de inexigibilidade de licitação, desde que a contratação se faça no prazo de até 180 dias do término do procedimento anterior.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

902

(FGV / OAB / X EXAME)



d) A contratação direta é adm itida, se a licitação não puder ser repetida sem prejuízo para a Adm inistração .

Curso Adm inistrativo
Prof. IgorM aciel

903

(FGV / OAB / X EXAME)



d) A contratação direta é adm itida, se a licitação não puder ser repetida sem prejuízo para a Adm inistração .

Curso Adm inistrativo
Prof. IgorM aciel

904

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)



O Município Sigma pretende realizar obras de restauração em uma praça e instalar brinquedos fixos de madeira para o lazer das crianças. A obra foi orçada em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), razão pela qual o ente federativo optou pela modalidade convite, remetendo o respectivo instrumento convocatório para três sociedades cadastradas junto ao registro pertinente e, para uma quarta, não cadastrada.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

905

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)



Além disso, a carta-convite foi afixada em local apropriado para o conhecimento dos demais interessados. Na sessão de julgamento, compareceram apenas duas convidadas, certo que a sociedade Alfa apresentou a melhor proposta e preencheu os requisitos para a habilitação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

906

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)



Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

907

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)



a) O Município Sigma não poderia ter se utilizado da modalidade convite para a situação descrita.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

908

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)



b) A licitação é inválida, pois o resumo do instrumento convocatório deveria ser publicado em jornal de circulação no Município Sigma.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

909

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)



c) Se o Município Sigma não justificar a presença de apenas duas licitantes, diante da existência de limitações de mercado ou pelo desinteresse dos convidados, deverá repetir o convite.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

910

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)



d) Não é cabível realizar o convite de sociedades que não estejam cadastradas no registro pertinente.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

911

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)



c) Se o Município Sigma não justificar a presença de apenas duas licitantes, diante da existência de limitações de mercado ou pelo desinteresse dos convidados, deverá repetir o convite.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

912

(FGV / OAB / XII EXAME)



A Administração Pública estadual pretende realizar uma licitação em modalidade não prevista na legislação federal. Nesse caso, é correto afirmar que

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

913

(FGV / OAB / XII EXAME)



a) a intenção é viável, pois o Estado tem ampla competência para legislar sobre licitações.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

914

(FGV / OAB / XII EXAME)



b) a intenção somente é viável caso seja realizada a combinação de modalidades de licitação já previstas na Lei n. 8.666/93.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

915

(FGV / OAB / XII EXAME)



c) a intenção não é viável por expressa vedação da Lei n. 8.666/93.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

916

(FGV / OAB / XII EXAME)



d) a intenção é válida por expressa autorização da Lei n. 8.666/93.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

917

(FGV / OAB / XII EXAME)



c) a intenção não é válida por expressa vedação da Lei n. 8.666/93.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

918

(FGV / OAB / IX EXAME)

O Estado Y resolve realizar licitação, com fundamento na Lei Federal n. 8.666/93, para a contratação de obra de engenharia para a construção de um hospital. Consultada a procuradoria, ela indica que a modalidade que deverá ser adotada é a de tomada de preços.

Com base no caso acima, assinale a afirmativa correta.

Deserto Administrativo
Prof. Igor Maciel

919

(FGV / OAB / IX EXAME)

a) Se a modalidade deve ser tomada de preços, pode-se presumir que a obra foi orçada em até um milhão e quinhentos mil reais, porém nada obsta que se opte por utilizar as modalidades concorrência ou convite, pois ambas são modalidades mais amplas de licitação que a tomada de preços.

Deserto Administrativo
Prof. Igor Maciel

920

(FGV / OAB / IX EXAME)



b) É possível desmembrar a referida obra em duas ou mais e realizar as licitações na modalidade de convite, mesmo que, com isso, viesse a perder a economia de escala decorrente da sua realização integrada.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

921

(FGV / OAB / IX EXAME)



c) Na tomada de preços qualquer interessado que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovar possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto, poderá dela participar.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

922

(FGV / OAB / IX EXAME)



d) Na modalidade tomada de preços, o Estado somente receberá propostas dos licitantes que estejam devidamente cadastrados, permitindo-se, porém, o cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

923

(FGV / OAB / IX EXAME)



d) Na modalidade tomada de preços, o Estado somente receberá propostas dos licitantes que estejam devidamente cadastrados, permitindo-se, porém, o cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

924

(FGV / OAB / XIII EXAME)



A União licitou, mediante concorrência, uma obra de engenharia para construir um hospital público. Depois de realizadas todas as etapas previstas na Lei n. 8.666/93, sagrou-se vencedora a Companhia X. No entanto, antes de se outorgar o contrato para a Companhia X, a Administração Pública resolveu revogar a licitação.

Desto Administrativo
Prof. Igor Maciel

925

(FGV / OAB / XIII EXAME)



Acerca do tema, assinale a afirmativa correta.

Desto Administrativo
Prof. Igor Maciel

926

(FGV / OAB / XIII EXAME)



a) A Administração Pública pode revogar a licitação, por qualquer motivo, principalmente por ilegalidade, não havendo direito subjetivo da Companhia X ao contrato.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

927

(FGV / OAB / XIII EXAME)



b) A revogação depende da constatação de ilegalidade no curso do procedimento e, nesse caso, não pode ser decretada em prejuízo da Companhia X, que já se sagrou vencedora.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

928

(FGV / OAB / XIII EXAME)



c) A revogação, fundada na conveniência e na oportunidade da Administração Pública, deverá sempre ser motivada e baseada em fato superveniente ao início da licitação.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

929

(FGV / OAB / XIII EXAME)



d) Quando a Administração lança um edital e a ele se vincula, somente será possível a anulação do certame em caso de ilegalidade, sendo-lhe vedado, pois, revogar a licitação.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

930

(FGV / OAB / XIII EXAME)



c) A revogação, fundada na conveniência e na oportunidade da Administração Pública, deverá sempre ser motivada e baseada em fato superveniente ao início da licitação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

931

(FGV / OAB / III EXAME)



A revogação da licitação pressupõe

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

932

(FGV / OAB / IIIEXAME)



a) mero juízo de conveniência e oportunidade da Administração, podendo se dar a qualquer tempo.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

933

(FGV / OAB / IIIEXAME)



b) mero juízo de conveniência e oportunidade da Administração, podendo ocorrer até antes da assinatura do contrato.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

934

(FGV / OAB / IIIEXAME)



c) prévia, íntegra e justa indenização, podendo, por isso, se dar por qualquer motivo e a qualquer tempo.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

935

(FGV / OAB / IIIEXAME)



d) razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar essa conduta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

936

(FGV / OAB / IIIEXAME)



d) razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar essa conduta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

937

(FGV / OAB / VIEXAME)



Quanto às garantias dos contratos administrativos, é correto afirmar que

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

938

(FGV / OAB / VIEXAME)



a) a escolha do tipo de garantia se fará, sempre, com base na indisponibilidade do interesse público, pela Administração.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

939

(FGV / OAB / VIEXAME)



b) para serem exigidas do contratado, devem ser previstas no instrumento convocatório.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

940

(FGV / OAB / VIEXAME)



c) é admissível todo e qualquer tipo de garantia admitida pelo direito privado, à escolha da Administração.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

941

(FGV / OAB / VIEXAME)



d) é admissível todo e qualquer tipo de garantia admitida em direito, sendo irrelevante a previsão no instrumento convocatório.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

942

(FGV / OAB / VIEXAME)



b) para serem exigidas do contratado, devem ser previstas no instrumento convocatório.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

943

(FGV / OAB / IIEXAME)



Uma das características dos contratos administrativos é a "instabilidade" quanto ao seu objeto que decorre

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

944

(FGV / OAB / IIEXAME)



a) do poder conferido à Administração Pública de alterar, unilateralmente, algumas cláusulas do contrato, no curso de sua execução, na forma do artigo 58, inciso I da Lei n. 8.666/93, a fim de adequar o objeto do contrato às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

945

(FGV / OAB / IIEXAME)



b) da possibilidade do contratado (particular) alterar, unilateralmente, a qualquer tempo, algumas cláusulas do contrato, no curso de sua execução, de forma a atender aos seus próprios interesses em face das prerrogativas da Administração Pública.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

946

(FGV / OAB / IIEXAME)



c) do poder conferido à Administração Pública de alterar, unilateralmente, algumas cláusulas do contrato, no curso de sua execução, na forma do artigo 58, inciso I da Lei n. 8.666/93, a fim de adequar o objeto do contrato aos interesses do contratado (particular) em face das prerrogativas da Administração Pública.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

947

(FGV / OAB / IIEXAME)



d) de não haver qualquer possibilidade de alteração do objeto do contrato administrativo, quer pela Administração Pública, quer pelo contratado (particular), tendo em vista o princípio da vinculação ao edital licitatório, do qual o contrato e seu objeto fazem parte integrante; e o princípio da juridicidade, do qual aquele primeiro decorre.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

948

(FGV / OAB / II EXAM E)



a) do poder conferido à Administração Pública de alterar, unilateralmente, alguma das cláusulas do contrato, no curso de sua execução, na forma do artigo 58, inciso I da Lei n. 8.666/93, a fim de adequar o objeto do contrato às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

949

(FGV / OAB / XV III EXAM E)



O Município C está elaborando edital de licitação para a contratação de serviço de limpeza predial.
A respeito do prazo de duração desse contrato, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

950

(FGV / OAB / XVIII EXAME)



a) O prazo de duração do contrato está adstrito à vigência do respectivo crédito orçamentário, sem possibilidade de prorrogação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

951

(FGV / OAB / XVIII EXAME)



b) O contrato de prestação de serviços pode ser celebrado pelo prazo de até 48 meses.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

952

(FGV / OAB / XVIII EXAME)



c) O contrato pode ser celebrado por prazo indeterminado, mantendo-se vigente enquanto não houver o preço do que o da proposta vencedora da licitação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

953

(FGV / OAB / XVIII EXAME)



d) O contrato poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

954

(FGV / OAB / XVIII EXAME)



d) O contrato poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

955

(FGV / OAB / XXV EXAME)



Após a contratação, sob o regime de empreitada por preço unitário, da sociedade empresária Faz de Tudo Ltda. para a construção do novo edifício-sede de uma agência reguladora, a Administração verifica que os quantitativos constantes da planilha orçamentária da licitação - e

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

956

(FGV / OAB / XXV II EXAM E)



replicados pela contratada - são insuficientes para executar o empreendimento tal com o projetado. Por isso, será necessário aumentar as quantidades de alguns serviços. Em termos financeiros, o acréscimo será de 20% - que corresponde a R\$ 2.000.000,00 - em relação ao valor inicial atualizado do contrato.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

957

(FGV / OAB / XXV II EXAM E)



Com base na situação narrada, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

958

(FGV / OAB / XXV I EXAME)



a) O acréscimo de serviços poderá ser combinado apenas verbalmente, não sendo necessária sua redução a termo.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

959

(FGV / OAB / XXV I EXAME)



b) Por se tratar de cláusula exorbitante, mesmo que a sociedade em presária Faz de Tudo Ltda. não concorde com o acréscimo, a alteração poderá ser determinada unilateralmente pela Administração.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

960

(FGV / OAB / XXV I EXAME)



c) O contratado só está obrigado a aceitar os acréscimos de até 15% (quinze por cento) em relação ao valor inicial atualizado do contrato; superado esse limite, a alteração só pode ocorrer com o consentimento da sociedade em preséria Faz de Tudo Ltda.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

961

(FGV / OAB / XXV I EXAME)



d) Diante da deficiência do projeto básico, a Administração deve obrigatoriamente anular o contrato após serem oportunizados o contraditório e a ampla defesa à sociedade em preséria Faz de Tudo Ltda.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

962

(FGV / OAB / XXV I EXAM E)



b) Por se tratar de cláusula exorbitante, mesmo que a sociedade em presária Faz de Tudo Ltda. não concorde com o acréscimo, a alteração poderá ser determinada unilateralmente pela Administração.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

963

(FGV / OAB / XI EXAM E)



Determinada construtora sagrou-se vencedora numa licitação para a reforma do hall de acesso de uma autarquia estadual. O contrato foi assinado no dia 30 de abril, com duração até 30 de outubro daquele mesmo ano.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

964

(FGV / OAB / XIEXAME)



Iniciada a execução do contrato, a Administração constata a necessidade de alteração no projeto original, a fim de incluir uma rampa de acesso para deficientes físicos.

Com base na hipótese sugerida, assinale a afirmativa correta.

Deserto Administrativo
Prof. Igor Maciel

965

(FGV / OAB / XIEXAME)



a) A alteração do projeto, pela Administração, autoriza a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, mas não a prorrogação do prazo de entrega da obra.

Deserto Administrativo
Prof. Igor Maciel

966

(FGV / OAB / XIEXAME)



b) A alteração do projeto, pela Administração, autoriza a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e também a prorrogação do prazo de entrega da obra.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

967

(FGV / OAB / XIEXAME)



c) Os concorrentes que perderam a licitação podem questionar a validade da alteração, exigindo a realização de novo procedimento licitatório para a totalidade da obra.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

968

(FGV / OAB / XIEXAME)



d) Os concorrentes que perderam a licitação podem questionar a validade da alteração, exigindo a realização de novo procedimento licitatório para a construção da rampa de acesso para deficientes físicos.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

969

(FGV / OAB / XIEXAME)



b) A alteração do projeto, pela Administração, autoriza a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e também a prorrogação do prazo de entrega da obra.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

970

(FGV / OAB / IIIEXAME)



Sendo o contrato administrativo nulo, é correto afirmar que

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

971

(FGV / OAB / IIIEXAME)



a) a declaração de nulidade não opera retroativamente, obrigando o contratado a indenizar a Administração pelos danos por esta sofridos.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

972

(FGV / OAB / IIIEXAME)



b) seu reconhecimento não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado de boa-fé, por tudo o que este houver executado e por outros prejuízos comprovados.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

973

(FGV / OAB / IIIEXAME)



c) a declaração não opera retroativamente, respeitando o direito adquirido ao término do contrato, caso tenha o contratado iniciado sua execução.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

974

(FGV / OAB / IIIEXAME)



d) que essa nulidade só produzirá efeitos se o contrato for de valor superior a 100 (cem) salários mínimos, caso o contratado tenha iniciado a sua execução.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

975

(FGV / OAB / IIIEXAME)



b) seu reconhecimento não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado de boa-fé, por tudo o que este houver executado e por outros prejuízos com provados.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

976

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



Uma sociedade empresária, contratada pelo Estado para a construção de um prédio público, atrasa a entrega de uma fase do projeto prevista no edital de licitação e no contrato.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

977

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



Tendo em vista a situação acima, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

978

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



a) O pagamento feito pelo gestor é plenamente justificável em face da incidência na hipótese da teoria da imprevisão, que impõe ao Estado o ônus de recompor o equilíbrio econômico financeiro do contrato diante de fatos imprevisíveis.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

979

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



b) O gestor deveria ter instaurado processo administrativo para analisar a possibilidade de aplicação de sanção por inadimplemento e também a alegação da sociedade em prescrição de rompimento do equilíbrio econômico financeiro do contrato, sendo vedado a ele determinar o pagamento da despesa sem a devida liquidação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

980

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



c) O pagamento da parcela inadimplida seria justificável ainda que a sociedade empresária não comprovasse a imprevisibilidade do aumento de custos alegado, uma vez que o Estado assume o chamado risco ordinário derivado do aumento do custo dos insumos em decorrência das oscilações naturais do mercado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

981

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



d) O pagamento incontinente da parcela inadimplida, tal como realizado pelo gestor, necessitaria ter sido feito com o abatimento da multa que deveria ter sido aplicada à sociedade empresária em razão do descumprimento contratual.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

982

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



b) O gestor deveria ter instaurado processo administrativo para analisar a possibilidade de aplicação de sanção por inadimplemento e também a alegação da sociedade em prescrição de rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, sendo vedado a ele determinar o pagamento da despesa sem a devida liquidação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

983

(FGV / OAB / XI EXAME)



Em um pregão presencial promovido pela União, foram abertas as propostas de preço, constatando-se que o licitante "M" ofereceu preço de R\$ 10.000,00; "N", o preço de R\$ 10.001,00; "O" ofertou R\$ 10.150,00; "P", o preço de R\$ 10.500,00; "Q" apresentou proposta de R\$ 10.999,99 e "R", por fim, ofereceu R\$ 12.000,00.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

984

(FGV / OAB / XI EXAME)



Diante da hipótese sugerida, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

985

(FGV / OAB / XI EXAME)



a) Devem ser classificados para a fase de lances verbais os licitantes "M", "N", "O", "P" e "Q", uma vez que ofereceram a proposta mais baixa e as propostas com preço até dez por cento superiores àquela.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

986

(FGV / OAB / XIEXAM E)



b) Para a fase de lances verbais, somente devem ser classificados os licitantes "M", "N", "O" e "P", uma vez que ofereceram a proposta mais baixa e as três outras melhores propostas.

Diário Administrativo
Prof. Igor Maciel

987

(FGV / OAB / XIEXAM E)



c) Todos os licitantes devem ser classificados para a próxima fase, uma vez que restringir a participação de algum deles significaria ofensa ao caráter competitivo da licitação.

Diário Administrativo
Prof. Igor Maciel

988

(FGV / OAB / XIEXAME)



d) A Administração deve realizar média de todos os preços ofertados e poderão participar da fase seguinte os licitantes com propostas inferiores a esta média e aqueles que aceitarem reduzir seu preço para este limite.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

989

(FGV / OAB / XIEXAME)



a) Devem ser classificados para a fase de lances verbais os licitantes "M", "N", "O", "P" e "Q", uma vez que ofereceram a proposta mais baixa e as propostas com preço até dez por cento superiores àquela.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

990



991

(FGV / OAB / XXI EXAME)

O Município Beta verificou grave comprometimento dos serviços de educação das escolas municipais, considerando o grande número de professoras gozando licença maternidade e de profissionais em licença de saúde, razão pela qual fez editar uma lei que autoriza a contratação de professores, por tempo determinado, sem a realização de concurso, em situações devidamente especificadas na norma local.

Desto Administrativo
Prof. Igor Maciel

Estratégia
OAB

992

(FGV / OAB / XXI EXAME)



Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

993

(FGV / OAB / XXI EXAME)



a) A Constituição da República não autoriza a contratação temporária sem a realização de concurso público.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

994

(FGV / OAB / XXI EXAME)



b) O Município Beta somente poderia se utilizar da contratação temporária para os cargos permanentes de direção, chefia e assessoramento.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

995

(FGV / OAB / XXI EXAME)



c) A contratação temporária, nos termos da lei, é possível, considerando que a situação apresentada caracteriza necessidade temporária de excepcional interesse público.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

996

(FGV / OAB / XXI EXAME)



d) A contratação temporária de servidores, independentemente de previsão legal, é possível.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

997

(FGV / OAB / XXI EXAME)



c) A contratação temporária, nos termos da lei, é possível, considerando que a situação apresentada caracteriza necessidade temporária de excepcional interesse público.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

998

(FGV / OAB / IIIEXAME)



São considerados agentes públicos todas as pessoas físicas incumbidas, sob remuneração ou não, definitiva ou transitoriamente, do exercício de função ou atividade pública. Assim, é correto afirmar que os notários e registradores são

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

999

(FGV / OAB / IIIEXAME)



a) agentes públicos ocupantes de cargo efetivo e se aposentam aos 70 (setenta) anos de idade.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

1000

(FGV / OAB / IIIEXAME)



b) agentes públicos vitalícios, ocupantes de cargo efetivo, e não se aposentam com pulso rante.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1001

(FGV / OAB / IIIEXAME)



c) delegatários de serviços públicos aprovados em concurso público.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1002

(FGV / OAB / IIIEXAME)



d) os notários e registradores são delegatários de serviços públicos, investidos em cargos efetivos após aprovação em concurso.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1003

(FGV / OAB / IIIEXAME)



c) delegatários de serviços públicos aprovados em concurso público.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1004

(FGV / OAB / XXXI EXAME)



Maria foi contratada, temporariamente, sem a realização de concurso público, para exercer o cargo de professora substituta em entidade autárquica federal, em decorrência do grande número de professores do quadro permanente em gozo de licença.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1005

(FGV / OAB / XXXI EXAME)



A contratação foi objeto de prorrogação, de modo que Maria permaneceu em exercício por mais três anos, período durante o qual recebeu muitos elogios. Em razão disso, alunos, pais e colegas de trabalho levaram à direção da autarquia o pedido de criação de um cargo em comissão de professora, para que Maria fosse nomeada para ocupá-lo e continuasse a ensinar.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1006

(FGV / OAB / XXXI EXAME)



Avalie a situação hipotética apresentada e, na qualidade de advogado (a), assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1007

(FGV / OAB / XXXI EXAME)



a) Não é possível a criação de um cargo em comissão de professora, visto que tais cargos destinam-se apenas às funções de direção, chefia e assessoramento.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1008

(FGV / OAB / XXXI EXAME)



b) É adequada a criação de um cargo em comissão para que Maria prossegue suas atividades com o professor na entidade administrativa, diante do justificado interesse público.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1009

(FGV / OAB / XXXI EXAME)



c) Maria tem estabilidade porque exerceu a função de professora por mais de três anos consecutivos, tornando desnecessária a criação de um cargo em comissão para que ela continue com o professor na entidade autárquica.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1010

(FGV / OAB / XXXI EXAME)



d) Não é necessária a criação de um cargo em comissão para que Maria Pereira exercendo a função de professora, porque a contratação temporária pode ser prorrogada por tempo indeterminado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1011

(FGV / OAB / XXXI EXAME)



a) Não é possível a criação de um cargo em comissão de professora, visto que tais cargos destinam-se apenas às funções de direção, chefia e assessoramento.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1012

(FGV / OAB / XXII EXAME)



O Município Beta procedeu ao recadastramento de seus servidores efetivos e constatou que 6 (seis) bacharéis em contabilidade exerciam variados cargos na estrutura administrativa, todos providos mediante concurso público.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1013

(FGV / OAB / XXII EXAME)



Verificou também que existiam 10 (dez) cargos vagos de auditores fiscais de tributos, decorrentes de aposentadorias havidas nos últimos anos.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1014

(FGV / OAB / XXI EXAME)



O Município, considerando a necessidade de incrementar receitas, editou lei reorganizando sua estrutura funcional de modo a reequilibrar aqueles servidores com os auditores fiscais de tributos.

Com base na hipótese apresentada, acerca do provimento de cargo público, assinale a afirmativa correta.

Deserto Administrativo
Prof. Igor Maciel

1015

(FGV / OAB / XXI EXAME)



a) A medida é inválida, porque o provimento originário de cargo efetivo em uma determinada carreira exige concurso público específico.

Deserto Administrativo
Prof. Igor Maciel

1016

(FGV / OAB / XXI EXAME)



b) A medida é válida, porque os servidores reenquadrados são concursados, configurando-se na espécie mera transformação de cargos, expressamente prevista na CRFB/88.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1017

(FGV / OAB / XXI EXAME)



c) A medida é inválida, porque o provimento de todo e qualquer cargo faz-se exclusivamente mediante concurso público.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1018

(FGV / OAB / XXI EXAME)



d) A medida é válida, porque os servidores reenquadrados são concursados e não há aumento de despesa, uma vez que os cargos preenchidos já existiam.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1019

(FGV / OAB / XXI EXAME)



a) A medida é inválida, porque o provimento originário de cargo efetivo em uma determinada carreira exige concurso público específico.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1020

(FGV / OAB / XX EXAME)



Apônio foi aprovado em concurso público para o provimento do cargo de auditor fiscal da receita federal, alcançando a sexta colocação na classificação geral.

Deserto Administrativo
Prof. Igor Maciel

1021

(FGV / OAB / XX EXAME)



O edital prevê a existência de cinco vagas, a serem preenchidas ao longo do prazo de validade do concurso, que é de dois anos, prorrogável por igual período.

Sobre o caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

Deserto Administrativo
Prof. Igor Maciel

1022

(FGV / OAB / XX EXAME)



a) Apoiado tem direito subjetivo a ser nomeado para o cargo em questão.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1023

(FGV / OAB / XX EXAME)



b) A prorrogação do prazo de validade do concurso público é ato discricionário da administração.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1024

(FGV / OAB / XX EXAME)



c) O prazo de validade estabelecido para o concurso viola os limites estabelecidos na Constituição da República.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1025

(FGV / OAB / XX EXAME)



d) Caso venha a ser investido no cargo, Apolônio se submeterá ao regime celetista até que se expire o prazo de validade do concurso.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1026

(FGV / OAB / XX EXAME)



b) A prorrogação do prazo de validade do concurso público é ato discricionário da administração.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1027

(FGV / OAB / XVII EXAME)



O Estado X publicou edital de concurso público de provas e títulos para o cargo de analista administrativo. O edital prevê a realização de uma primeira fase, com questões objetivas, e de uma segunda fase com questões discursivas, e que os 100 (cem) candidatos mais bem

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1028

(FGV / OAB / XVII EXAME)



classificados na primeira fase avançariam para a realização da segunda fase. No entanto, após a divulgação dos resultados da primeira fase, é publicado um edital complementar estabelecendo que os 200 (duzentos) candidatos mais bem classificados avançariam à segunda fase e prevendo uma nova forma de composição da pontuação global.

Nesse caso,

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1029

(FGV / OAB / XVII EXAME)



a) a alteração não é válida, por ofensa ao princípio da impessoalidade, advindo da adoção de novos critérios de pontuação e da ampliação do número de candidatos na segunda fase.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1030

(FGV / OAB / XVII EXAME)



b) a alteração é válida, pois a aprovação de mais candidatos na primeira fase não gera prejuízo aos candidatos e ainda permite que mais interessados realizem a prova de segunda fase.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1031

(FGV / OAB / XVII EXAME)



c) a alteração não é válida, porque o edital de um concurso público não pode conter cláusulas ambíguas.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1032

(FGV / OAB / XVII EXAME)



d) a alteração é válida, pois foi observada a exigência de provimento dos cargos mediante concurso público de provas e títulos.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1033

(FGV / OAB / XVII EXAME)



a) a alteração não é válida, por ofensa ao princípio da impessoalidade, advindo da adoção de novos critérios de pontuação e da ampliação do número de candidatos na segunda fase.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1034

(FGV / OAB / XV EXAME)



Em determinado estado da Federação, o Estatuto dos Servidores Públicos, lei ordinária estadual, prevê a realização de concurso interno para a promoção de servidores de nível médio aos cargos de nível superior, desde que preencham todos os requisitos para investidura no cargo, inclusive a obtenção do bacharelado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1035

(FGV / OAB / XV EXAME)



A partir da situação descrita e tomando como base os requisitos constitucionais para acesso aos cargos públicos, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1036

(FGV / OAB / XV EXAME)



a) A previsão é inválida, pois só poderia ter sido veiculada por lei complementar.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1037

(FGV / OAB / XV EXAME)



b) A previsão é válida, pois a disciplina dos servidores públicos compete à legislação de cada ente da Federação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1038

(FGV / OAB / XV EXAME)



c) A previsão é inválida, por ofensa à Constituição da República.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

1039

(FGV / OAB / XV EXAME)



d) A previsão é válida, desde que encontre previsão na Constituição do estado.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

1040

(FGV / OAB / XV EXAME)



c) A previsão é inválida, por ofensa à Constituição da República.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1041

(FGV / OAB / V EXAME)



O art. 37, II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, condiciona a investidura em cargo ou emprego público à prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para os cargos em comissão.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1042

(FGV / OAB / V EXAME)



Em relação a concurso público, segundo a atual jurisprudência dos tribunais superiores, é correto afirmar que

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1043

(FGV / OAB / V EXAME)



a) os candidatos aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos e classificados entre o número de vagas oferecidas no edital possuem expectativa de direito à nomeação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1044

(FGV / OAB / V EXAM E)



b) os candidatos aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos devem comprovar a habilitação exigida no edital no momento de sua nomeação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1045

(FGV / OAB / V EXAM E)



c) o prazo de validade dos concursos públicos poderá ser de até dois anos prorrogáveis uma única vez por qualquer prazo não superior a dois anos, iniciando-se a partir de sua homologação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1046

(FGV / OAB / V EXAM E)



d) os candidatos aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos e classificados dentro do limite de vagas oferecidas no edital possuem direito subjetivo a nomeação dentro do prazo de validade do concurso.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1047

(FGV / OAB / V EXAM E)



d) os candidatos aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos e classificados dentro do limite de vagas oferecidas no edital possuem direito subjetivo a nomeação dentro do prazo de validade do concurso.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1048

(FGV / OAB / XXIV EXAME)



Marcelo é médico do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso do Sul e foi aprovado em concurso público para o cargo de médico civil junto a um determinado hospital da União, que é uma autarquia federal.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1049

(FGV / OAB / XXIV EXAME)



A partir do fato apresentado, acerca da acumulação de cargos públicos, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1050

(FGV / OAB / XXIV EXAME)



a) Por exercer atividade militar, Marcel não pode acumular os cargos em comento.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1051

(FGV / OAB / XXIV EXAME)



b) Marcel pode acumular os cargos em questão, pois não existe, no ordenamento pátrio, qualquer vedação à acumulação de cargos ou de empregos públicos em geral.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1052

(FGV / OAB / XXIV EXAME)



c) A acumulação de cargos por M arceb não é viável, sendo cabível somente quando os cargos pertencem ao mesmo ente da Federação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1053

(FGV / OAB / XXIV EXAME)



d) É possível a acumulação de cargos por M arceb, desde que haja compatibilidade de horários.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1054

(FGV / OAB / XXIV EXAME)



d) É possível a acumulação de cargos por M arceb, desde que haja compatibilidade de horários.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1055

(FGV / OAB / IX EXAME)



O rlando, advogado de uma empresa pública federal há quase 10 anos, resolve prestar concurso público para Fiscal de ISS de um município. Caso seja aprovado, Orlando deverá adotar o seguinte procedimento:

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1056

(FGV / OAB / IX EXAME)



a) Poderá cumular o emprego com o cargo na administração municipal e tal cumulação não estará sujeita ao limite remuneratório constitucional.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1057

(FGV / OAB / IX EXAME)



b) Poderá cumular o emprego com o cargo na administração municipal, mas tal cumulação estará sujeita ao limite remuneratório constitucional.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1058

(FGV / OAB / IX EXAME)



c) Não poderá cumular o emprego e o cargo, uma vez que tal cumulação somente será permitida caso houvesse compatibilidade de horários.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1059

(FGV / OAB / IX EXAME)



d) Não poderá cumular o emprego e o cargo, mesmo em se tratando de um ente federal e de um município.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1060

(FGV / OAB / IX EXAME)



d) Não poderá cumular o emprego e o cargo, mesmo em se tratando de um ente federal e de um município.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1061

(FGV / OAB / XXVIII EXAME)



Os analistas de infraestrutura de determinado Ministério, ocupantes de cargo efetivo, pleiteiam há algum tempo uma completa reestruturação da carreira, com o aumento de cargos e de remunerações. Recentemente, a negociação com o Governo Federal esfriou dado o cenário de crise fiscal severa.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1062

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)



Para forçar a retomada das negociações, a categoria profissional decidiu entrar em greve, mantendo em funcionamento apenas os serviços essenciais.

Com base na hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

Deserto Administrativo
Prof. Igor Maciel

1063

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)



a) Compete à Justiça Federal – e não à Justiça do Trabalho – julgar a abusividade do direito de greve dos analistas de infraestrutura.

Deserto Administrativo
Prof. Igor Maciel

1064

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)



b) A Administração Pública não poderá, em nenhuma hipótese, fazer o desconto dos dias não trabalhados em decorrência do exercício do direito de greve pelos servidores públicos civis.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1065

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)



c) O direito de greve dos servidores públicos civis não está regulamentado em lei, o que impede o exercício de tal direito.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1066

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)



d) O direito de greve é constitucionalmente assegurado a todas as categorias profissionais, incluindo os militares das Forças Armadas, os policiais militares e os bombeiros militares.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1067

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)



a) Compete à Justiça Federal - e não à Justiça do Trabalho - julgar a abusividade do direito de greve dos analistas de infraestrutura.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1068

(FGV / OAB / XX EXAME)



Fátima exerce o cargo público de servidora da câmara de vereadores do Município Z. Como servidora municipal, sua remuneração tem um limite remuneratório.

Sobre o caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

Deserto Administrativo
Prof. Igor Maciel

1069

(FGV / OAB / XX EXAME)



a) O cargo de Fátima está sujeito ao teto remuneratório correspondente ao subsídio do Prefeito.

Deserto Administrativo
Prof. Igor Maciel

1070

(FGV / OAB / XX EXAME)



b) O cargo de Fátima está sujeito ao limite remuneratório correspondente ao subsídio dos vereadores.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1071

(FGV / OAB / XX EXAME)



c) O cargo de Fátima não está sujeito ao limite remuneratório, uma vez que pode ser cumulado com o cargo de professor.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1072

(FGV / OAB / XX EXAME)



d) Enquanto não for editada lei complementar específica, não pode ser aplicado o limite remuneratório aos vencimentos do cargo de Fátima.

Deserto Administrativo
Prof. Igor Maciel

1073

(FGV / OAB / XX EXAME)



a) O cargo de Fátima está sujeito ao teto remuneratório correspondente ao subsídio do Prefeito.

Deserto Administrativo
Prof. Igor Maciel

1074

(FGV / OAB / XXI EXAME)



João foi aprovado em concurso público para o cargo de agente administrativo do Estado A lfa. Após regular investidura, recebeu sua primeira remuneração.

Disco Administrativo
Prof. Igor Maciel

1075

(FGV / OAB / XXI EXAME)



Contudo, os valores apontados na folha de pagamento causaram estranheza, considerando que a rubrica de seu vencimento-base se mostrava inferior ao salário mínimo vigente, montante que só era alcançado se considerados os demais valores (adicionais e gratificações) que compunham a sua remuneração total.

Disco Administrativo
Prof. Igor Maciel

1076

(FGV / OAB / XXI EXAME)



Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1077

(FGV / OAB / XXI EXAME)



a) A remuneração de João é constitucional, porque a garantia do salário mínimo não é aplicável aos servidores públicos.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1078

(FGV / OAB / XXI EXAME)



b) A remuneração de João é inconstitucional, porque o seu vencimento-base teria que ser superior ao salário mínimo.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

1079

(FGV / OAB / XXI EXAME)



c) A remuneração de João é constitucional, porque a garantia do salário mínimo se refere ao total da remuneração percebida.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

1080

(FGV / OAB / XXI EXAME)



d) A remuneração de João é inconstitucional, pois todo servidor público deve receber por subsídio, fixado em parcela única.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1081

(FGV / OAB / XXI EXAME)



c) A remuneração de João é constitucional, porque a garantia do salário mínimo se refere ao total da remuneração percebida.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1082

(FGV / OAB / XX EXAME)



Paulo é servidor concursado da Câmara de Vereadores do município Beta há mais de quinze anos. Durante esse tempo, Paulo concluiu cursos de aperfeiçoamento profissional, graduou-se no curso de economia, exerceu cargos em comissão e foi promovido por merecimento.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1083

(FGV / OAB / XX EXAME)



Todos esses fatores contribuiriam para aumentar sua remuneração. Considerando a disciplina constitucional a respeito dos servidores públicos, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1084

(FGV / OAB / XX EXAME)



a) O teto remuneratório aplicável a Paulo, servidor público municipal, corresponde ao subsídio do prefeito do município Beta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1085

(FGV / OAB / XX EXAME)



b) O teto remuneratório aplicável a Paulo, servidor público municipal, corresponde ao subsídio pago aos vereadores de Beta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1086

(FGV / OAB / XX EXAME)



c) Os acréscimos de caráter remuneratório, pagos a Paub, com a gratificação por tempo de serviço e a gratificação adicional de qualificação profissional, não se submetem ao teto remuneratório.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1087

(FGV / OAB / XX EXAME)



d) O teto remuneratório aplicável a Paub não está sujeito a qualquer limitação, tendo em vista a necessidade de edição de lei complementar para a instituição do teto previsto na CRFB/88.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1088

(FGV / OAB / XX EXAME)



a) O teto remuneratório aplicável a Paulo, servidor público municipal, corresponde ao subsídio do prefeito do município Beta.

Deserto Administrativo
Prof. Igor Maciel

1089

(FGV / OAB / XI EXAME)



Um empregado público de uma sociedade de economia mista ajuizou uma ação para garantir o recebimento de valores acima do teto remuneratório constitucional, que tem como limite máximo os subsídios pagos aos Ministros do STF.

Nesse caso, é correto afirmar que

Deserto Administrativo
Prof. Igor Maciel

1090

(FGV / OAB / XI EXAME)



a) o empregado tem direito a receber acima do teto, pois somente a administração pública direta está sujeita à referida limitação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1091

(FGV / OAB / XI EXAME)



b) o empregado não tem direito a receber acima do teto, pois toda a administração direta e indireta está sujeita à referida limitação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1092

(FGV / OAB / XIEXAME)



c) o empregado tem direito a receber acima do teto, pois somente a administração pública direta e as autarquias estão sujeitas à referida limitação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1093

(FGV / OAB / XIEXAME)



d) o empregado pode receber acima do teto, caso a sociedade de economia mista não receba recursos de nenhum ente federativo para despesas de pessoal ou de custeio em geral.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1094

(FGV / OAB / XIEXAM E)



d) o empregado pode receber acima do teto, caso a sociedade de economia mista não receba recursos de nenhum ente federativo para despesas de pessoal ou de custeio em geral.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1095

(FGV / OAB / VIEXAM E)



Joana D'Arc, beneficiária de pensão por morte deixada por ex-fiscal de rendas, falecido em 5/1/1999, ajuizou ação ordinária em face da União, alegando que determinado aumento remuneratório genérico concedido aos fiscais de renda em atividade não lhe teria sido repassado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1096

(FGV / OAB / VIEXAME)



Assim, isso teria violado a regra constitucional da paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas. A cerca de tal alegação, é correto afirmar que é manifestamente

Deserto Administrativo
Prof. Igor Maciel

1097

(FGV / OAB / VIEXAME)



a) procedente, pois, embora a regra da paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas tenha sido revogada pela EC 41/2003, a pensão por morte rege-se pela lei vigente à época do óbito, quando ainda vigia tal regra.

Deserto Administrativo
Prof. Igor Maciel

1098

(FGV / OAB / VIEXAME)



b) in procedente, pois, nos termos do verbete 339 da Súmula de Jurisprudência do STF, não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Azeiteiro

1099

(FGV / OAB / VIEXAME)



c) in procedente, pois a regra da paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas foi revogada pela EC 41/2003, sendo absolutamente irrelevante o fato de o ex-servidor ter falecido antes da edição da referida emenda.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Azeiteiro

1100

(FGV / OAB / VIEXAME)



d) procedente, pois a CRFB garante o reajustamento da pensão por morte dos beneficiários para preservá-los, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1101

(FGV / OAB / VIEXAME)



a) procedente, pois, embora a regra da paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas tenha sido revogada pela EC 41/2003, a pensão por morte rege-se pela lei vigente à época do óbito, quando ainda vigia tal regra.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1102

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



Maria foi aprovada em concurso para o cargo de analista judiciário do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, mas, após ter adquirido a estabilidade, foi demitida sem a observância das normas relativas ao processo administrativo disciplinar.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1103

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



Em razão disso, Maria ajuizou ação anulatória do ato demissivo, na qual obteve êxito por meio de decisão judicial transitada em julgado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1104

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



Nesse interregno, contudo, Alfredo, também regularmente aprovado em concurso e estável, foi promovido e passou a ocupar o cargo que era de Maria.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

Deserto Administrativo
Prof. Igor Maciel

1105

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



a) A invalidação do ato demissivo de Maria não poderá importar na sua reintegração ao cargo anterior, considerando que está ocupado por Alfredo.

Deserto Administrativo
Prof. Igor Maciel

1106

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



b) Maria, em razão de ter adquirido a estabilidade, independentemente da existência e necessidade do cargo que ocupava, deverá ser posta em disponibilidade.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

1107

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



c) Maria deverá ser readaptada em cargo superior ao que ocupava anteriormente, diante da ilicitude de seu ato disciplinar.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

1108

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



d) Em decorrência da invalidade do ato demissional, Maria deve ser reintegrada ao cargo que ocupava e Alfredo deverá ser reconduzido para o cargo de origem .

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1109

(FGV / OAB / XXVI EXAME)



d) Em decorrência da invalidade do ato demissional, Maria deve ser reintegrada ao cargo que ocupava e Alfredo deverá ser reconduzido para o cargo de origem .

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1110

(FGV / OAB / XIV EXAME)



Manoel, servidor público federal, obteve a concessão de aposentadoria por invalidez após ter sido atestado, por junta médica oficial, o surgimento de doença que o impossibilitava de desenvolver atividades laborativas.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1111

(FGV / OAB / XIV EXAME)



Passados dois anos, entretanto, Manoel voltou a ter boas condições de saúde, podendo voltar a trabalhar, o que foi comprovado por junta médica oficial.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1112

(FGV / OAB / XIV EXAME)



Nesse caso, o retorno do servidor às atividades laborativas na Administração, no mesmo cargo anteriormente ocupado, configura exemplo de

Deserto Administrativo
Prof. Igor Maciel

1113

(FGV / OAB / XIV EXAME)



a) reintegração.

Deserto Administrativo
Prof. Igor Maciel

1114

(FGV / OAB / XIV EXAME)



b) reversão .

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1115

(FGV / OAB / XIV EXAME)



c) aproveitamento .

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1116

(FGV / OAB / XIV EXAME)



d) readaptação.

Curso Adm. Inicial
Prof. Igor Maciel

1117

(FGV / OAB / XIV EXAME)



b) reversão.

Curso Adm. Inicial
Prof. Igor Maciel

1118

(FGV / OAB / XII EXAME)



Claudio, servidor público federal estável, foi demitido por suposta prática de ato de insubordinação grave em serviço. Diante da inexistência de regular processo administrativo disciplinar, Claudio conseguiu judicialmente a anulação da demissão e a reinvestidura no cargo anteriormente ocupado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1119

(FGV / OAB / XII EXAME)



O correto que tal cargo já estava ocupado por João, que também é servidor público estável.

Considerando o caso concreto, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1120

(FGV / OAB / XII EXAME)



a) Sendo Cláudio reinvestido, o ato configura reintegração. Caso João ocupasse outro cargo originariamente, seria reconduzido a ele, com direito à indenização.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1121

(FGV / OAB / XII EXAME)



b) Sendo Cláudio reinvestido, o ato configura reversão. Caso João ocupasse outro cargo originariamente, seria reconduzido a ele, com direito à indenização.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1122

(FGV / OAB / XII EXAME)



c) Cláudio obteve em juízo sua reintegração. João será reconduzido ao cargo de origem, sem indenização, ou será aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1123

(FGV / OAB / XII EXAME)



d) Cláudio obteve em juízo sua reversão. João será reconduzido ao cargo de origem, sem indenização, ou será aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1124

(FGV / OAB / XII EXAME)



c) Cláudio obteve em juízo sua reintegração. João será reconduzido ao cargo de origem, sem indenização, ou será aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1125

(FGV / OAB / VI EXAME)



Luiz Fernando, servidor público estável pertencente aos quadros de uma fundação pública federal, inconformado com a pena de demissão que lhe foi aplicada, ajuizou ação judicial visando à invalidação da decisão administrativa que determinou a perda do seu cargo público.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1126

(FGV / OAB / VIEXAME)



A decisão judicial acolheu a pretensão de Luiz Fernando e invalidou a penalidade disciplinar de demissão. Diante da situação hipotética narrada, Luiz Fernando deverá ser

Deserto Adm. Institucional
Prof. Igor M. Azeiteiro

1127

(FGV / OAB / VIEXAME)



a) reintegrado ao cargo anteriormente ocupado, ou no resultante de sua transformação, com ressarcimento de todas as vantagens.

Deserto Adm. Institucional
Prof. Igor M. Azeiteiro

1128

(FGV / OAB / VIEXAME)



b) aproveitado no cargo anteriormente ocupado ou em outro cargo de vencimentos e responsabilidades compatíveis com o anterior, sem ressarcimento das vantagens pecuniárias.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1129

(FGV / OAB / VIEXAME)



c) readaptado em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis, com ressarcimento de todas as vantagens.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1130

(FGV / OAB / VIEXAME)



d) reconduzido ao cargo anteriormente ocupado ou em outro de vencimentos e responsabilidades compatíveis com o anterior, com ressarcimento de todas as vantagens pecuniárias.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1131

(FGV / OAB / VIEXAME)



a) reintegrado ao cargo anteriormente ocupado, ou no resultante de sua transformação, com ressarcimento de todas as vantagens.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1132

(FGV / OAB / IIEXAME)



Determinada Administração Pública realiza concurso para preenchimento de cargos de detetive, categoria I. Ao final do certame, procede à nomeação e posse de 400 (quatrocentos) aprovados.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1133

(FGV / OAB / IIEXAME)



Os vinte primeiros classificados são desviados de suas funções e passam a exercer as atividades de delegado. Com o transcurso de 4 (quatro) anos, estes vinte agentes postulam a efetivação no cargo.

A partir do fragmento acima, assinale a alternativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1134

(FGV / OAB / IIEXAME)



a) Os referidos agentes têm razão, pois investidos irregularmente, estão exercendo as suas atividades há mais de 4 (quatro) anos, a consolidar a situação.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1135

(FGV / OAB / IIEXAME)



b) É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente foi investido.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1136

(FGV / OAB / IIEXAME)



d) É inconstitucional esta modalidade de provimento do cargo, pois afronta o princípio do concurso público, porém não podem ter alterado os ganhos vencimentais, sedimentado pelos anos, pelo princípio da irredutibilidade.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1137

(FGV / OAB / IIEXAME)



c) Não têm ainda o direito, pois dependem do transcurso do prazo de 15 (quinze) anos para que possam ser tidos com o delegados, por usucapão.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1138

(FGV / OAB / II EXAM E)



b) É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente foi investido.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1139

(FGV / OAB / XXV EXAM E)



João foi aprovado em concurso público para ocupar um cargo federal. Depois de nomeado, tomou posse e entrou em exercício imediato. Porém, em razão da sua baixa produtividade, o órgão ao qual João estava vinculado entendeu que o servidor não satisfazia as condições do estágio probatório.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1140

(FGV / OAB / XXV EXAME)



Considerando o Estatuto dos Servidores Públicos C ivilis da União ,
à luz do caso narado , assinale a afirm ativa correta .

Desa Adm inistrao
Prof. Igor Maciel

1141

(FGV / OAB / XXV EXAME)



a) A Adm inistração Pública deve exonerar João , após o devido
processo legal, visto que ele não mostrou aptidão e capacidade
para o exercício do cargo .

Desa Adm inistrao
Prof. Igor Maciel

1142

(FGV / OAB / XXV EXAME)



b) A Administração Pública deve demitir João, solução prevista em lei para os casos de inaptidão no estágio probatório.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1143

(FGV / OAB / XXV EXAME)



c) João deve ser redistribuído para outro órgão ou outra entidade do mesmo Poder, a fim de que possa desempenhar suas atribuições em outro local.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1144

(FGV / OAB / XXV EXAME)



d) João deve ser readaptado em cargo de atribuições afins.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1145

(FGV / OAB / XXV EXAME)



a) A Administração Pública deve exonerar João, após o devido processo legal, visto que ele não mostrou aptidão e capacidade para o exercício do cargo.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1146

(FGV / OAB / X EXAME)



As alternativas a seguir apresentam condições que geram vacância de cargo público, à exceção de uma. Assinale-a.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1147

(FGV / OAB / X EXAME)



a) Falecimento.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1148

(FGV / OAB / X EXAME)



b) Promoção.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1149

(FGV / OAB / X EXAME)



c) Aposentadoria.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1150

(FGV / OAB / X EXAME)



d) Licença para trato de interesse particular.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1151

(FGV / OAB / X EXAME)



d) Licença para trato de interesse particular.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1152

(FGV / OAB / XX EXAME)

Um servidor público federal em São Paulo viajou a serviço para Brasília, para uma inspeção, e cobriu todas as despesas com recursos próprios. Passados exatos 3 anos e 10 meses, o servidor formulou pedido na esfera administrativa de reembolso de despesas e pagamento das diárias de viagem.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1153

(FGV / OAB / XX EXAME)

A decisão final no processo administrativo somente foi proferida 1 (um) ano e 6 (seis) meses após a formalização do pedido, negando o pleito. Diante desse fato, ele pretende ingressar com demanda para cobrar o referido valor.

Considerando o exposto, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1154

(FGV / OAB / XX EXAME)



a) O prazo prescricional é de 3 (três) anos, que já se tinha consumado quando o servidor formulou o pedido na esfera administrativa.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

1155

(FGV / OAB / XX EXAME)



b) O prazo prescricional é de 5 (cinco) anos e este foi suspenso pelo pedido administrativo. Com a decisão negativa, volta a correr a prescrição contra o servidor.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

1156

(FGV / OAB / XX EXAME)



c) O prazo prescricional é de 10 (dez) anos e, a despeito de não haver previsão de suspensão ou interrupção do prazo, este ainda não se consumou em desfavor do servidor.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1157

(FGV / OAB / XX EXAME)



d) O prazo prescricional é de 5 (cinco) anos e, portanto, este já transcorreu integralmente, visto que o pedido formulado na esfera administrativa não suspende e nem interrompe a prescrição.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1158

(FGV / OAB / XX EXAME)



b) O prazo prescricional é de 5 (cinco) anos e este foi suspenso pelo pedido administrativo. Com a decisão negativa, volta a correr a prescrição contra o servidor.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1159

(FGV / OAB / XX EXAME)



Carlos Mário, chefe do Departamento de Contratos de uma autarquia federal descobre, por diversos relatos, que Geraldo, um dos servidores a ele subordinado, deixara de comparecer a uma reunião para acompanhar a tarde de autógrafos de um famoso artista de televisão.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1160

(FGV / OAB / XX EXAME)



Em outra ocasião, Geraldo já se ausentara do serviço, durante o expediente, sem prévia autorização do seu chefe, razão pela qual lhe fora aplicada advertência.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1161

(FGV / OAB / XX EXAME)



Instigado, Carlos Mário determina a instauração de um processo administrativo disciplinar, aplicando a Geraldo a penalidade de suspensão, por 15 (quinze) dias, sem a sua oitiva, em atenção ao princípio da verdade sabida.

Considerando o exposto, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1162

(FGV / OAB / XX EXAME)



a) A penalidade aplicada é nula, em razão de violação às garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório, razão pela qual o princípio da verdade sabida não guarda compatibilidade com a ordem constitucional vigente.

Curso Adm. Jurídico
Prof. Igor M. Azeiteiro

1163

(FGV / OAB / XX EXAME)



b) A penalidade aplicada é nula, pois a ausência do serviço sem autorização do chefe é hipótese de aplicação da penalidade de advertência e jamais poderia dar ensejo à aplicação da penalidade de suspensão.

Curso Adm. Jurídico
Prof. Igor M. Azeiteiro

1164

(FGV / OAB / XX EXAME)



c) A penalidade aplicada é correta, pois a ausência do servidor no horário de expediente é causa de aplicação da penalidade de suspensão, e o fato era de ciência de vários outros servidores.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1165

(FGV / OAB / XX EXAME)



d) A penalidade aplicada contém vício sanável, devendo ser ratificada pelo Diretor-Presidente da autarquia, autoridade competente para tanto.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1166

(FGV / OAB / XX EXAME)



a) A penalidade aplicada é nula, em razão de violação às garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório, razão pela qual o princípio da verdade sabida não guarda compatibilidade com a ordem constitucional vigente.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1167

(FGV / OAB / XVII EXAME)



Fernando, servidor público de uma autarquia federal há nove anos, foi acusado de participar de um esquema para favorecer determinada empresa em uma dispensa de licitação, razão pela qual foi instaurado processo administrativo disciplinar, que resultou na aplicação da penalidade de demissão.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1168

(FGV / OAB / XVII EXAME)



Sobre a situação apresentada, considerando que Fernando é ocupante de cargo efetivo, por investidura após prévia aprovação em concurso, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1169

(FGV / OAB / XVII EXAME)



a) Fernando não pode ser demitido do serviço público federal, uma vez que é servidor público estável.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1170

(FGV / OAB / XVII EXAME)



b) Fernando somente pode ser demitido mediante sentença judicial transitada em julgado, uma vez que a vitaliciedade é garantida aos servidores públicos.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1171

(FGV / OAB / XVII EXAME)



c) É possível a aplicação de penalidade de demissão a Fernando, servidor estável, mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1172

(FGV / OAB / XVII EXAME)



d) A aplicação de penalidade de demissão ao servidor público que pratica ato de improbidade independe de processo administrativo ou de sentença judicial.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Azeiteiro

1173

(FGV / OAB / XVII EXAME)



c) É possível a aplicação de penalidade de demissão a Fernando, servidor estável, mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Azeiteiro

1174

(FGV / OAB / XVI EXAME)



Carlos, servidor público federal, utilizou dois servidores do departamento que chefiava para o pagamento de contas em agência bancária e para outras atividades particulares.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1175

(FGV / OAB / XVI EXAME)



Por essa razão, foi aberto processo administrativo disciplinar, que culminou na aplicação de penalidade de suspensão de 5 (cinco) dias.

Sobre o caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1176

(FGV / OAB / XVI EXAME)



a) Carlos procedeu de forma desidiosa e, por essa razão, a penalidade aplicável seria a de advertência, não a de suspensão.

Doutor Administrativo
Prof. Igor Maciel

1177

(FGV / OAB / XVI EXAME)



b) A infração praticada por Carlos dá ensejo à penalidade de demissão, razão pela qual se torna insubsistente a penalidade aplicada.

Doutor Administrativo
Prof. Igor Maciel

1178

(FGV / OAB / XVI EXAME)



c) Caso haja conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Azeiteiro

1179

(FGV / OAB / XVI EXAME)



d) A penalidade aplicada a Carlos terá seu registro cancelado após 3 (três) anos de efetivo exercício, caso ele não cometa, nesse período, nova infração disciplinar.

Direito Administrativo
Prof. Igor M. Azeiteiro

1180

(FGV / OAB / XVI EXAME)



b) A infração praticada por Carlos dá ensejo à penalidade de demissão, razão pela qual se toma insubsistente a penalidade aplicada.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1181

(FGV / OAB / XVIII EXAME)



Marcos Paub é servidor público federal há mais de 5 (cinco) anos e, durante todo esse tempo, nunca sofreu qualquer sanção administrativa, apesar de serem frequentes suas faltas e seus atrasos ao serviço.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1182

(FGV / OAB / XVIII EXAME)



No último mês, entretanto, as constantes ausências chamaram a atenção de seu chefe, que, ao buscar a ficha de frequência do servidor, descobriu que Marcos Paulo faltara mais de 90 (noventa) dias no último ano.

A respeito do caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1183

(FGV / OAB / XVIII EXAME)



a) Marcos Paulo, servidor público estável, só pode ser demitido após decisão judicial transitada em julgado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1184

(FGV / OAB / XVIII EXAME)



b) Marcos Paub, servidor público estável, pode ser demitido pela sua inassiduidade após decisão em processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1185

(FGV / OAB / XVIII EXAME)



c) Marcos Paub, servidor público estável que nunca sofrera qualquer punição na esfera administrativa, não pode ser demitido em razão de sua inassiduidade.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1186

(FGV / OAB / XVIII EXAME)



d) Marcos Paub, servidor público estável, não pode ser demitido em razão de sua inassiduidade, pois esta somente autoriza a aplicação das sanções de advertência e suspensão.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1187

(FGV / OAB / XVIII EXAME)



b) Marcos Paub, servidor público estável, pode ser demitido pela sua inassiduidade após decisão em processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1188

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)



Sávio, servidor público federal, frustrado com a ineficiência da repartição em que trabalha, passou a faltar ao serviço. A Administração Pública, após constatar que Sávio acumulou sessenta dias de ausência nos últimos doze meses, instaurou processo administrativo disciplinar para apurar a conduta do referido servidor.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1189

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)



Tendo com o premissa esse caso concreto, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1190

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)



a) O processo administrativo disciplinar será submetido a um procedimento sumário, mais simples e célere, composto pelas fases da instauração, da instrução sumária - que compreende a indicação, a defesa e o relatório - e do julgamento.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1191

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)



b) A inassiduidade habitual configura hipótese de demissão do servidor público, ficando o servidor impedido de nova investidura em cargo público federal pelo prazo de cinco anos, a contar do julgamento.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1192

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)



c) Na hipótese de ser imputada a pena de demissão a Sávio, é lícito à Administração Pública exigir depósito de dinheiro com o requisito de admissibilidade do recurso administrativo, até mesmo com o fim de ressarcir os custos adicionais que o poder público terá com o processamento do apelo.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1193

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)



d) A falta de advogado constituído por Sávio no processo administrativo é causa de nulidade, tendo em vista que a ausência de defesa técnica prejudica o exercício da ampla defesa por parte do servidor amoldado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1194

(FGV / OAB / XXV III EXAM E)



a) O processo administrativo disciplinar será submetido a um procedimento sumário, mais simples e célere, composto pelas fases da instauração, da instrução sumária - que compreende a indicação, a defesa e o relatório - e do julgamento.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1195

(FGV / OAB / XXV EXAM E)



Ricardo, servidor público federal, especializou-se no mercado imobiliário, tomando-se corretor de imóveis. Em razão do aumento da demanda, passou a atender seus clientes durante o horário de expediente, ausentando-se da repartição pública sem prévia autorização do chefe imediato.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1196

(FGV / OAB / XXV EXAME)



Instaurada sindicância, Ricardo foi punido com uma advertência. Apesar disso, ele passou a reincidir na mesma falta que ensejou sua punição. Nova sindicância foi aberta.

Com base na situação narrada, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1197

(FGV / OAB / XXV EXAME)



a) A sindicância não pode resultar, em nenhuma hipótese, na aplicação da pena de suspensão; neste caso, deve ser instaurado processo administrativo disciplinar.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1198

(FGV / OAB / XXV EXAME)



b) A reiteração da mesma falha não enseja a aplicação da pena de suspensão; neste caso, a única sanção possível é a advertência.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1199

(FGV / OAB / XXV EXAME)



c) A sindicância pode dar ensejo à aplicação da pena de suspensão, desde que a sanção seja de até 30 (trinta) dias.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1200

(FGV / OAB / XXV EXAME)



d) A pena de demissão independe da instauração de processo administrativo disciplinar, podendo ser aplicada após sindicância.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1201

(FGV / OAB / XXV EXAME)



c) A sindicância pode dar ensejo à aplicação da pena de suspensão, desde que a sanção seja de até 30 (trinta) dias.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1202

(FGV / OAB / XXIII EXAME)



Após a Polícia Federal colher fato material probatório, o Ministério Público denunciou Ricardo, servidor público federal estável, por crime funcional e comunicou o fato às autoridades competentes para eventual apuração administrativa.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1203

(FGV / OAB / XXIII EXAME)



Antes do recebimento da denúncia, diante da vasta documentação que demonstrava a materialidade de violação de dever funcional remetida para a Administração, foi instaurado o processo administrativo disciplinar, sem a realização de

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1204

(FGV / OAB / XXIII EXAME)



sindicância, que, mediante regular processamento do inquérito administrativo, culminou na aplicação da pena de demissão de Ricardo. Sobre a situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1205

(FGV / OAB / XXIII EXAME)



a) Ricardo não poderia ser demitido sem a realização de sindicância, que é procedimento prévio imprescindível para a instauração de processo administrativo disciplinar.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1206

(FGV / OAB / XXIII EXAME)



b) O recebimento da denúncia deveria ter suspenso o processo administrativo disciplinar contra Ricardo, e o prosseguimento de tal apuração só poderia ocorrer após a conclusão do Juízo criminal.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1207

(FGV / OAB / XXIII EXAME)



c) O processo administrativo disciplinar instaurado contra Ricardo é nulo, pois não é cabível a utilização de prova produzida para a apuração criminal.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1208

(FGV / OAB / XXIII EXAME)



d) A hipótese não apresenta qualquer nulidade que contamine o processo administrativo disciplinar instaurado contra Ricardo.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1209

(FGV / OAB / XXIII EXAME)



d) A hipótese não apresenta qualquer nulidade que contamine o processo administrativo disciplinar instaurado contra Ricardo.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1210

(FGV / OAB / X EXAME)



Um servidor público foi acusado de corrupção passiva e peculato. Respondeu a processo criminal e foi absolvido por ausência de provas. Diante dessa situação, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1211

(FGV / OAB / X EXAME)



a) A Administração Pública, no caso, permanece livre para punir o funcionário, desde que verifique haver desvios na conduta funcional do servidor.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1212

(FGV / OAB / X EXAME)



b) A decisão de absolvição do servidor sempre vincula a Administração Pública, que não poderá punir o seu funcionário.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1213

(FGV / OAB / X EXAME)



c) A autotutela administrativa permite desconsiderar decisões judiciais contrárias à lei ou às provas dos autos, sendo possível a aplicação de sanções administrativas com cópias extraídas do processo criminal.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1214

(FGV / OAB / X EXAME)



d) As decisões da justiça, que punem o servidor por qualquer crime, vinculam o Poder Público, embora as decisões de absolvição nunca inpeçam o poderpunitivo da Adm inistração.

Curso Adm inistrativo
Prof. IgorM aciel

1215

(FGV / OAB / X EXAME)



a) A Adm inistração Pública, no caso, permanece livre para punir o funcionário, desde que verifique haver desvios na conduta funcional do servidor.

Curso Adm inistrativo
Prof. IgorM aciel

1216

(FGV / OAB / VIEXAME)



Tício, servidor público pertencente aos quadros de uma autarquia federal, está respondendo a processo administrativo disciplinar por fato que também foi objeto de apuração em processo criminal, já concluído com sentença absolutória de negativa de autoria transitada em julgado.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1217

(FGV / OAB / VIEXAME)



Considerando a situação hipotética narrada, o processo administrativo disciplinar

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1218

(FGV / OAB / VIEXAME)



a) deverá prosseguir regularmente, uma vez que as instâncias penais e administrativas são independentes.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

1219

(FGV / OAB / VIEXAME)



b) deverá prosseguir regularmente, uma vez que a sentença absolutória proferida na instância penal apenas vinculará a instância administrativa em caso de negativa da existência do fato.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

1220

(FGV / OAB / VIEXAME)



c) ficará prejudicado, uma vez que a responsabilidade administrativa somente pode configurar efeito secundário da responsabilidade penal.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1221

(FGV / OAB / VIEXAME)



d) ficará prejudicado, uma vez que a responsabilidade administrativa é afastada no caso de absolvição criminal que negue a autoria do fato.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1222

(FGV / OAB / VIEXAME)



d) ficará prejudicado, uma vez que a responsabilidade administrativa é afastada no caso de absolvição criminal que negue a autoria do fato.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1223

(FGV / OAB / VIEXAME)



Determinado servidor público foi acusado de ter recebido vantagens indevidas valendo-se de seu cargo público, sendo denunciado à justiça criminal e instaurado, no âmbito administrativo, processo administrativo disciplinar por ter infringido seu estatuto funcional pela mesma conduta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1224

(FGV / OAB / VIEXAM E)



O corre que o servidor foi absolvido pelo Poder Judiciário em razão de ter ficado provada a inexistência do ato ilícito que lhe fora atribuído.

Nessa situação, é correto afirmar que

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1225

(FGV / OAB / VIEXAM E)



a) a decisão absolutória não influirá na decisão administrativa do processo administrativo disciplinar, por serem independentes.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1226

(FGV / OAB / VIEXAME)



b) haverá repercussão no âmbito do processo administrativo disciplinar, não podendo a administração pública punir o servidor pelo fato decidido na esfera penal.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1227

(FGV / OAB / VIEXAME)



c) em nenhuma hipótese a decisão penal surtirá efeito na esfera administrativa, mesmo que a conduta praticada pelo servidor seja prevista com o ilícito penal e ilícito administrativo.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1228

(FGV / OAB / VIEXAME)



d) a punição na instância administrativa nunca poderá ser anulada, caso tenha sido aplicada.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1229

(FGV / OAB / VIEXAME)



b) haverá repercussão no âmbito do processo administrativo disciplinar, não podendo a administração pública punir o servidor pelo fato decidido na esfera penal.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1230

(FGV / OAB / XXI EXAME)



O governador do estado Alfa, diante de grave crise financeira que assolava as contas estaduais, elaborou numerosos projetos de lei para diminuir os gastos públicos e atender ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1231

(FGV / OAB / XXI EXAME)



Dentre esses projetos encontram-se: i) corte de 25% (vinte e cinco por cento) dos cargos em comissão do Poder Executivo; ii) redução dos subsídios e vencimentos dos servidores públicos estáveis em 10% (dez por cento) de seu valor nominal.

Com relação à constitucionalidade de tais projetos, assinale a afirmativa correta.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1232

(FGV / OAB / XXI EXAME)



a) Os projetos são constitucionais, porque cabe ao Estado zelar por suas finanças, à luz dos princípios aplicáveis à Administração Pública.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1233

(FGV / OAB / XXI EXAME)



b) O projeto que determina o corte de cargos em comissão é inconstitucional, pois resultará na exoneração dos servidores que os ocupam.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1234

(FGV / OAB / XXI EXAME)



c) O projeto que reduz diretamente os subsídios e vencimentos pagos aos servidores públicos é inconstitucional.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1235

(FGV / OAB / XXI EXAME)



d) Os projetos são inconstitucionais, porque há direito adquirido à inmutabilidade de regime e jurídico dos servidores públicos.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1236

(FGV / OAB / XXI EXAME)



c) O projeto que reduz diretamente os subsídios e vencimentos pagos aos servidores públicos é inconstitucional.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1237



1238

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



Durval, cidadão brasileiro e engenheiro civil, desempenha trabalho voluntário na ONG Transparência, cujo principal objetivo é apurar a conformidade das contas públicas e expor eventuais irregularidades, apresentando reclamações e denúncias aos órgãos e entidades competentes.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1239

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



Ocorre que, durante o ano de 2018, a Secretaria de Obras do Estado Alfa deixou de divulgar em sua página da Internet informações referentes aos repasses de recursos financeiros, bem como foram omitidos os registros das despesas realizadas.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1240

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



Por essa razão, Durval compareceu ao referido órgão e protocolizou pedido de acesso a tais informações, devidamente especificadas.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

1241

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



Em resposta à solicitação, foi comunicado que os dados requeridos são de natureza sigilosa, somente podendo ser disponibilizados mediante requisição do Ministério Público ou do Tribunal de Contas.

A partir do enunciado proposto, com base na legislação vigente, assinale a afirmativa correta.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

1242

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



a) A decisão está em desacordo com a ordem jurídica, pois os órgãos e entidades públicas têm o dever legal de promover, mesmo sem requerimento, a divulgação, em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral que produzam ou custodiam.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1243

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



b) Assiste razão ao órgão público no que concerne tão somente ao sigilo das informações relativas aos repasses de recursos financeiros, sendo imprescindível a requisição do Ministério Público ou do Tribunal de Contas para acessar tais dados.

Curso Administrativo
Prof. Igor Maciel

1244

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



c) Assiste razão ao órgão público no que conceme tão somente ao sigilo das informações relativas aos registros das despesas realizadas, sendo imprescindível a requisição do Ministério Público ou do Tribunal de Contas para acessar tais dados.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

1245

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



d) Assiste razão ao órgão público no que conceme ao sigilo das informações postuladas, pois tais dados apenas poderiam ser pessoalmente postulados por Durval caso estivesse devidamente assistido por advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

1246

(FGV / OAB / XXIX EXAME)



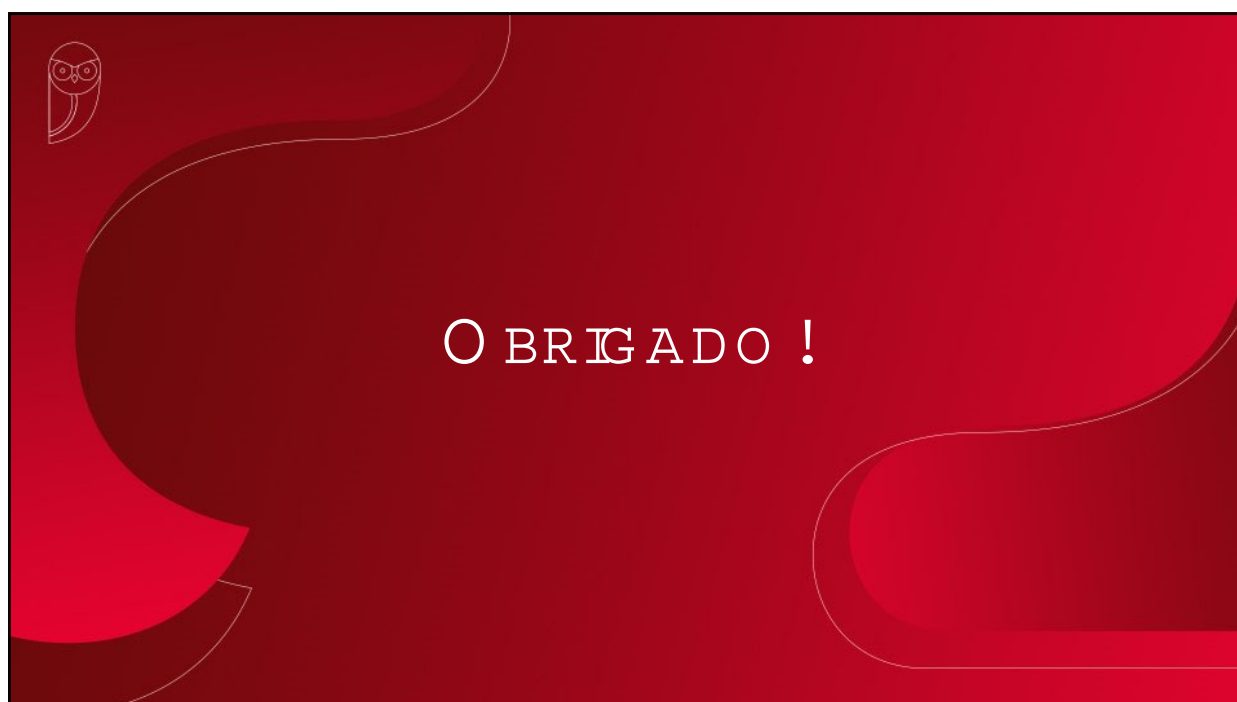
a) A decisão está em desacordo com a ordem jurídica, pois os órgãos e entidades públicas têm o dever legal de promover, mesmo sem requerimento, a divulgação, em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral que produzam ou custodiam.

Direito Administrativo
Prof. Igor Maciel

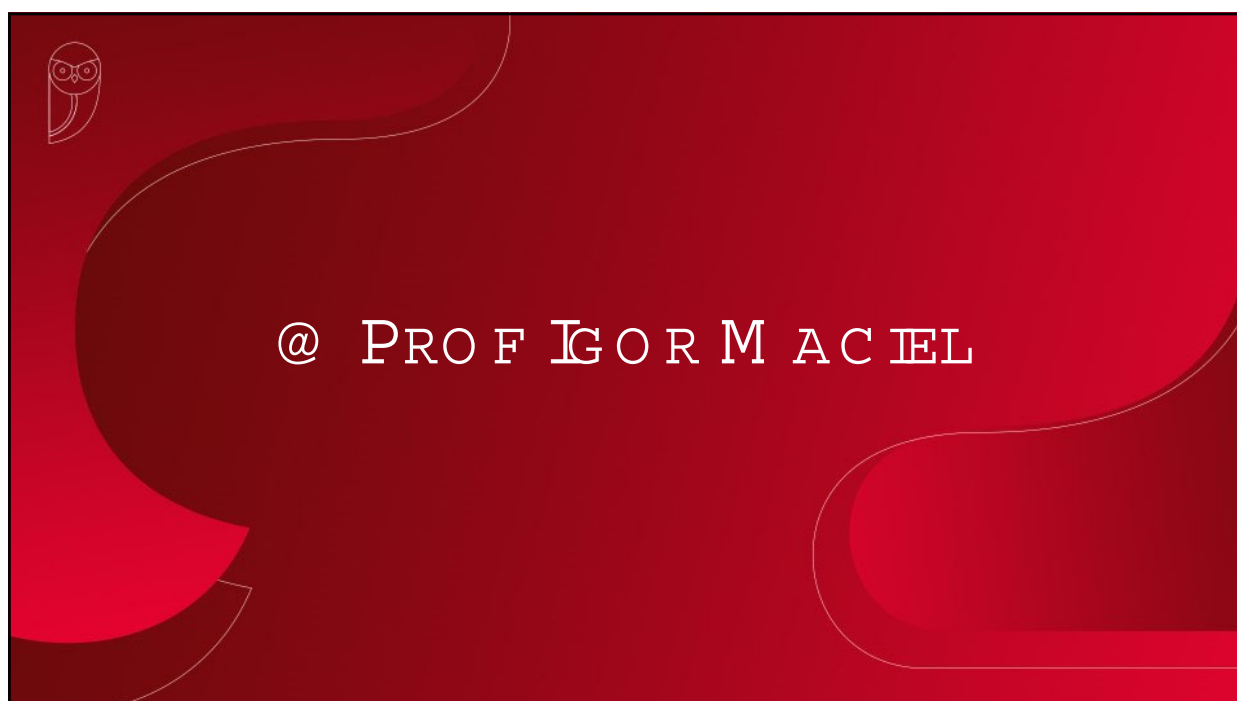
1247



1248



1249



1250